

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**Guerra, Religião e Monarquia. A árdua diplomacia
de Eusébio Leão em Itália (1912-1916).**

Gonçalo Jorge Silva Ferreira

Tese orientada pela Prof.^a Doutora Teresa Nunes, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História, na especialidade de História Moderna e Contemporânea.

Dissertação de Mestrado

2017

Agradecimentos

O caminho que percorremos até à conclusão de uma dissertação de Mestrado é longo e complicado, cheio de felicidades e angústias, de sucessos e falhanços, mas do qual nos orgulhamos quando o concluímos. Não sou diferente, e orgulho-me bastante de todo este percurso, das minhas lutas, das minhas derrotas e das minhas vitórias, que me ajudaram a crescer e que fizeram de mim uma melhor pessoa. Contudo, todo o trabalho que se segue só se concluiu devido ao apoio de muitos, que de diversas maneiras me fizeram continuar com um sorriso na cara.

Inicialmente, um agradecimento especial à minha orientadora, a Professora Dr. Teresa Nunes que, não só me incutiu o gosto e paixão pela História Contemporânea de Portugal e pela História da República Portuguesa, como também me sugeriu o tema que aqui apresento e sobre o qual me deu um enormíssimo gosto e felicidade em trabalhar, o que, no fundo, é (ou, pelo menos, devia ser) o mais importante em qualquer actividade que façamos. Tanto no papel de orientadora, como na de historiadora e professora, demonstrou uma qualidade ímpar e exemplar a qualquer outro, e será sempre com orgulho que me intitularei seu mestrando e aluno.

A nível profissional, deixo um agradecimento às seguintes instituições e seus respectivos funcionários, que sempre me auxiliaram e nunca, a qualquer momento me impuseram entraves e/ou obstáculos: o Museu Bernardino Machado e o Dr. José Leite; a Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça e o seu director, Dr. Nuno Prates que, para além do acesso aos arquivos da dita casa, me proporcionou uma visita à antiga casa da antiga glória republicana, José Relvas; ao Museu da Presidência da República e aos seus doutores, Vítor Meireles Gomes e Susana Rodrigues; à Biblioteca Municipal do Porto e, por fim, o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com que muito tempo partilhei os arquivos e que sempre me tentaram auxiliar da melhor maneira possível.

A nível pessoal, quero começar por agradecer à minha namorada, a minha melhor amiga, que me acompanha há mais de cinco anos, desde o início da minha Licenciatura, e que sempre me apoiou de forma incansável, em todos os aspectos da minha vida. Ela foi (e é) o meu chão nos momentos de maior angústia e o meu maior apoio nos tempos de alegria. Nunca serei capaz de exprimir a minha gratidão de forma devida, mas espero conseguir

fazê-lo ao longo da minha vida, uma vez que espero que ela lá comigo continue, nos bons e nos maus momentos.

Quanto aos amigos, quero destacar, primeiramente, os meus colegas de curso, Daniel, Susana e Anderson pela companhia nos estudos e em diversos momentos de diversão ao longo dos anos. De seguida, um enorme abraço de agradecimento aos amigos de tantos anos que me viram a crescer, como é o caso do Ruben Santos e do Gonçalo Baptista, e aos amigos que ao longo destes últimos anos fui conhecendo, como é o caso da Vanessa, do Rui, do Vieira, do Gui, do Moisés, do pessoal da RentExperience e de todos aqueles que partilham um campo de futebol comigo todas as quintas à noite, que me fizeram, com aquelas noites de futebol europeu, abstrair da tensão que era escrever uma dissertação, nem que por uma hora fosse.

Deixo também 23 anos de agradecimento a toda a minha família (sem excepção!), que lá estiveram, cá estão e que no futuro continuarão a estar. São a minha família, e nenhum outro valor a supera. Quero, no entanto, destacar a minha tia Lena, uma segunda mãe, sempre presente, todas as semanas, no meu crescimento e com uma curiosidade pela História que proporcionou belas conversas; e, também, a minha tia Maria, que me ensinou no ano passado, após a morte do seu marido, e meu tio, o que é ser forte, valente e firme. Por ela nutro um enorme amor e, acima de tudo, respeito.

Por fim, quero agradecer aos meus pais e à minha irmã. A esta por me encorajar a sonhar, a ir mais longe, a fazer aquilo que gosto, por me ensinar a ter bom gosto e a ser quem sou hoje; e àqueles por me criarem, eu sou deles, eu sou eles, e este trabalho é tanto meu como é deles, uma vez que só Deus sabe o que eles passaram para me dar tudo aquilo que tenho hoje, desde a minha educação até ao café que me pagaram ontem. Estarei sempre em dívida, obrigado por tudo!

Tudo isto faço em memória dos meus avós (Maria, Manuel e José) e do meu tio Guilhermino, e dedico ao meu Pai e à minha Mãe: que todo o seu esforço não seja em vão, lutarei para retribuir todo o seu trabalho e amor.

Resumo

Palavras-Chaves: Eusébio Leão, República, diplomacia, Monarquia, Itália

A presente dissertação tem como objectivo primordial o estudo das relações diplomáticas entre a República Portuguesa e a Monarquia Italiana, durante os anos de 1912 e 1916, mais concretamente, desde o ingresso de Eusébio Leão na Legação portuguesa em Roma até à entrada de Portugal na Grande Guerra. Numa altura em que a Monarquia cede protagonismo no contexto político português em prol da República, pretende-se analisar o caminho diplomático percorrido por ambos os países, tanto mais quando a família real portuguesa deposta tinha ligações estreitas com a família real italiana, nomeadamente, através do casamento de D. Luís I e a Rainha D. Maria Pia, filha do Rei Victor Emanuel II, ascendentes do último rei de Portugal, D. Manuel II.

A nossa premissa de estudo incide sobre a actuação diplomática de Francisco Eusébio Lourenço Leão, Ministro Plenipotenciário em Roma de 1912 a 1926, tendo em apreço a natureza, projecção e consequências do trabalho desenvolvido a nível económico, político, religioso, cultural e militar.

Com base num conjunto de fontes que, na sua maioria, estão inexplorados, será também abordada a visão europeísta deste republicano, face aos acontecimentos por ele testemunhados em Itália enquanto representante da República Portuguesa, incluindo as suas ideias sobre a Itália, Portugal e própria guerra que viria a assolar o Velho Continente a partir de 1914.

Abstract

Keywords: Eusébio Leão, Republic, diplomacy, Monarchy, Italy

The following dissertation has, as a primordial aim, the study of the diplomatic relations between the Portuguese Republic and the Italian Monarchy, during the years of 1912 and 1916, most specifically, starting with the nomination of Eusébio Leão for the portuguese embassy in Rome, until the entrance of Portugal at the Great War. In a time where the monarchy steps down as the main character of the portuguese political scene, being replaced by the Republic, we intend to analyse the deplomatic journey taken by both countries, all the more so when the dethroned portuguese royal family had tight conections with the italian royal family, namely, through de marriage of D. Luís I and D. Maria Pia, daughter of the italian king, Victor Emanuel II, ascending family members of the last king of Portugal, D. Manuel II.

Our premise of study is focused on the diplomatic work of Francisco Eusébio Lourenço Leão, Plenipotentiary Minister in Rome between the years of 1912 and 1926, having in account the nature, the projection and the consequences of his works developed at an economical, political, religious, cultural and military level.

Based on a set of sources, most of them unexplored, his european view will also be analysed, due to the events witnessed by him while in Italy, including his ideas regarding Italy, Portugal and the war that would ravage Europe as from 1914.

Índice

Introdução: as relações luso-italianas de 1870 à nomeação de Eusébio Leão para Ministro Plenipotenciário em Roma	2
Estado da Arte	26
Capítulo I – Entre Gavião e Roma. Eusébio Leão: uma biografia	32
Capítulo II – A estratégia político-militar de Eusébio Leão	60
1. A afirmação da República Portuguesa na Itália monárquica.....	70
2. Portugal e Itália na Grande Guerra (1914-1916)	86
Capítulo III – Eusébio Leão e a questão religiosa	107
Capítulo IV – A estratégia económica de Eusébio Leão. O desenvolvimento do mercado luso-italiano	122
Capítulo V – A estratégia sócio-cultural de Eusébio Leão. A cultura portuguesa em Itália	141
Capítulo VI – Conclusão: o papel de Eusébio Leão no desenrolar das relações luso-italianas até à entrada de Portugal na Grande Guerra	151
Bibliografia.....	158

Introdução: as relações luso-italianas de 1870 até à implantação da República

A análise da diplomacia portuguesa republicana em relação à Itália e a avaliação do desempenho de Eusébio Leão neste contexto conduzem-nos a um estudo crítico prévio, subordinado ao posicionamento português na conjuntura internacional nos anos imediatamente anteriores à queda do regime monárquico constitucional em Portugal. Com ênfase particular nas relações travadas entre os dois países supramencionados no mesmo âmbito cronológico.

Na década de 80 do século XIX, o panorama político português surgia dividido sobre as soluções diplomáticas a implementar em prol dos interesses nacionais geoestratégicos. Estes interesses instalados, maioritariamente no continente africano, até à Conferência de Berlim, realizada em Novembro de 1884, não passavam de um conjunto disperso e fundamentalmente costeiros de estabelecimentos, não existindo grande vontade de se expandir em direção ao interior do continente africano¹. No entanto, ao entrarmos no último quartel do século XIX, o panorama colonial muda, surgindo um enorme interesse em explorar o continente africano. Interesses económicos e políticos de grandes potências europeias, como é o caso da Alemanha e do Reino Unido, levavam a que o factor “descobrimento”, defendido por países colonialistas, seculares no que à posse de território ultramarinos diz respeito, como é o caso de Portugal e Espanha, fosse remetido para segundo plano, pondo assim os territórios coloniais portugueses em causa². Com a Conferência de Berlim, ao

¹ Vide José Miguel Sardica, “O Ultimato Britânico” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, p. 1025.

² Vide Idem, *ibidem*, p. 1026.

reunirem-se todas as potências europeias, marcou-se o “[...] início da modernidade colonial europeia”³. Portugal retirava duas ideias fundamentais; a primeira, a sua integridade colonial estava em risco perante potências bastante mais fortes que a nação portuguesa; a segunda, a sua tentativa de asseverar a posse do Zaire tinha fracassado⁴.

Desta conferência há também a destacar a atitude inglesa, atenta às suas pretensões em detrimento dos interesses da aliada portuguesa, preferindo, por outro lado, dedicar a sua atenção a países de maior preponderância europeia e mundial. Fruto deste posicionamento, a manutenção da corrente favorável ao reforço da aliança luso-britânica, representada maioritariamente pelo Partido Regenerador, não impediu o advento de novas tendências, consubstanciadas na diversificação das alianças diplomáticas e na aproximação a outras potências europeias para a prossecução dos propósitos portugueses em África⁵. Tal seria a estratégia adoptada por Barros Gomes⁶, na esteira das opções políticas progressistas, fundada no reconhecimento francês e alemão da soberania portuguesa sobre os territórios reivindicados por Portugal no Mapa Cor de Rosa, nomeadamente, todo o território que unia Angola com Moçambique (correspondente à área a sul do Zaire) que, segundo a aprovação na Conferência de Berlim, se apresentava como território *res nullius*⁷.

³ Idem, *ibidem*, p. 1026.

⁴ Vide Idem, *ibidem*, p. 1026.

⁵ Vide Fernando Costa, “A Política Externa: do Ultimato à República” in *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo. Actas do I Ciclo de Conferências*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 45.

⁶ Henrique de Barros Gomes, nascido em 1843, foi um político e economista. Formou-se na Escola Politécnica, vindo mais tarde a pertencer à direção do Banco de Portugal até à sua entrada no mundo político, onde enveredou pelo Partido Reformista e, mais tarde, pelo Partido Progressista. Pelas suas mãos passaram as pastas do ministério da Fazenda, da Marinha e Estrangeiros, ficando nesta última associada ao chamado Mapa Cor-de-Rosa quando onde lutou por uma nova aliança com a Alemanha face aos interesses coloniais portugueses, que o próprio defendia. Morreria pouco tempo depois, em 1898. Vide A. M. de C., “Gomes, Henrique de Barros”, in *Dicionário de História de Portugal*, Volume III, Joel Serrão (dir.), Lisboa, Companhia Editora do Minho, 1984, p. 129.

⁷ Vide José Miguel Sardica, *Op. Cit.*, p. 1027.

Alcançado esse, em 1886⁸, o executivo português confrontava-se com a relutância inglesa. Decerto, o leque das opções económicas que se colocavam então à Inglaterra contribuiria para o referido impasse como ainda o interesse revelado por esta potência na negociação de compromissos com os países europeus disponíveis à aceitação dos desideratos lusos na África Austral⁹. Só posteriormente, segundo Fernando Costa, estaria a Inglaterra preparada para encetar negociações com o governo português. Este, por seu turno, não estando interessado em ceder, preferiu forçar a aceitação inglesa dos objectivos nacionais, enviando Serpa Pinto e João de Azevedo Coutinho para a região a sudoeste do Niassa, esperando submeter esta à administração portuguesa¹⁰. Conforme a visão do autor mencionado, tal acto redundaria na ruptura entre ambos os países, patente no *Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890, no fim da apetência portuguesa por novos territórios em África e, inclusivamente no isolamento português no contexto político internacional.

Perspectivas diferentes são-nos proporcionadas pelos trabalhos de Pedro Aires de Oliveira sobre as causas do Ultimato e os seus reflexos na relação entre Portugal e Inglaterra¹¹. Por seu turno, António José Telo opta por uma abordagem crítica global da temática, integrando-a num quadro mais alargado, o das relações internacionais no âmbito da Paz Armada, caracterizada pela crescente disparidade dos interesses expressos pela França, Inglaterra e Alemanha nas diferentes áreas geográficas de respectivas actuação e/ou influência¹². Para este autor, o isolamento português não se verificou no decurso do

⁸ Vide Fernando Costa, *Op. Cit.*, p. 49.

⁹ Vide Idem, *ibidem*, pp. 50-51.

¹⁰ Vide Idem, *ibidem*, p. 52.

¹¹ Vide Pedro Aires de Oliveira, “O Ciclo Africano” in *História da Expansão do Império Português*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 399-408.

¹² Vide António José Telo e Hipólito de la Torre, *Portugal e Espanha – Nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 64-65.

Ultimatum Britânico¹³ nem Portugal poderia vir a ser desconsiderado no cômputo diplomático britânico na sequência das Leis Navais alemãs, perante a revalorização estratégica dos arquipélagos atlânticos, entre os quais Madeira e Açores¹⁴.

Por último, para Rui Ramos, o *Ultimatum* Britânico, longe de constituir um contexto de isolamento para Portugal, revelou-se de particular relevância no âmbito europeu, como se apreciava na correspondência trocada entre a Rainha Vitória e D. Carlos e nas observações da monarca inglesa ao seu executivo a propósito da questão portuguesa¹⁵.

Tais pressupostos aferiam-se no cuidado posto pela Inglaterra na proposta de tratado para a fixação de fronteiras na África Austral, reservando a Portugal uma faixa de comunicação entre Angola e Moçambique¹⁶. Em Portugal, esta iniciativa contaria com a oposição expressa de progressistas e republicanos que, em contexto de sublevação endémica, condicionariam a capacidade negocial do governo português e determinariam a não ratificação do texto assinado pelos executivos luso e britânica. Contudo, não subsistiriam dúvidas em Portugal sobre a importância da Grã-Bretanha na consolidação da presença portuguesa no espaço africano. O conflito Anglo-Boer suscitou a proximidade das duas partes, não sem a atenção constante da Alemanha que, em face das dificuldades financeiras portuguesas, ditaria a sua participação no empréstimo projectado por Londres a Lisboa, suportado nos rendimentos das alfândegas coloniais e, em última instância, na partilha das colónias portuguesas¹⁷.

¹³ Vide Idem, *ibidem*, p. 65.

¹⁴ Vide António José Telo, *Os Açores e o controlo no Atlântico*, Porto, Edições ASA, 1993, pp. 38-39.

¹⁵ Vide Rui Ramos, *D. Carlos (1863-1908)*, Lisboa, Temas & Debates, 2007, p. 83.

¹⁶ Vide Pedro Aires de Oliveira, *Op. Cit.*, p. 409.

¹⁷ Vide Fernando Costa, *Op. Cit.*, pp. 53-67.

Ciente da condição precária associada à soberania portuguesa em África, o Estado português assumiria como prioridade o desenvolvimento de uma campanha diplomática de relançamento do prestígio nacional no cenário europeu, combinado com a implementação parcial das cláusulas acordadas em Berlim em Fevereiro de 1885¹⁸. Tal premissa explicaria a ampla acção diplomática protagonizada por D. Carlos¹⁹, suportado pelos propósitos dos sucessivos executivos portugueses empenhados na defesa da soberania portuguesa em África.

A diplomacia portuguesa tenderia a concentrar-se nos principais palcos europeus, onde se salientavam capitais tais como Londres e Berlim, por exemplo²⁰. Já Roma, e segundo a opinião de António José Telo, pertencia a um grupo de potências de segunda ordem (onde se inclui a França, a Rússia, a Áustria e o Japão), numa altura em que o sistema internacional caracterizava-se por uma hegemonia multipolar, mas com preponderância britânica²¹. Contudo revestiam-se de importância particular à qual não seriam alheios alguns episódios turbulentos que fizeram perigar o quadro de contactos estabelecidos pelas duas potências meridionais. Observe-se, no entanto, a correlação estreita de ambas as nações com um terceiro interlocutor, de presença contante: a Santa Sé.

Até à implantação da República, a relação entre as monarquias portuguesa e italiana foi constantemente perturbada pela intitulada “questão de Roma”, situação resultante da unificação italiana concluída em 1870 e que levava Pio IX a sentir-se “preso” no Vaticano²².

¹⁸ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Volume X, [s. l.], Editorial Verbo, 1995, p. 275.

¹⁹ Vide Teresa Maria Sousa Nunes. *D. Carlos*, Lisboa, QuidNovi, 2009, pp. 39-40.

²⁰ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, p. 275.

²¹ Vide António José Telo e Hipólito de la Torre, *Op. Cit.*, p. 61.

²² Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, p. 280. Foram precisos 59 anos para que este dissídio se resolvesse, nomeadamente, através do Tratado de Latrão. Vide Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, [s.l.] Editorial Verbo, 1992, p.469.

Esta perturbação assentava no facto da monarquia portuguesa tentar evitar desagravos diplomáticos com a Itália e o Vaticano já que, de um lado, encontrava-se a Casa Real, unida à coroa portuguesa através do casamento entre D. Luís I e D. Maria Pia e, do outro, estava o representante máximo do Catolicismo, religião oficial do Estado Português. A situação era melindrosa, ainda mais quando as relações com o Vaticano já não se mostravam muito amistosas desde 1861, ano em que a 27 de Junho, o governo português reconhece o reino de Itália²³. Antes, em 1834, um cisma havia sido criado com Roma face às mudanças feitas nos prelados das dioceses portuguesas por meio de nomeações forçadas de D. Pedro IV, no advento da Revolução Liberal, que procurava erradicar as nomeações de D. Miguel²⁴. Só com o Convénio de 21 de Outubro de 1848 é que as relações entre Portugal e a Santa Sé voltariam a nutrir alguma calma²⁵.

Da parte do governo português, embora de forma algo difusa, existiu sempre um certo favorecimento à causa italiana²⁶. De facto, o próprio D. Luís nunca sequer abordou o controlo de Roma por parte do sogro, rei Victor Emanuel II, em 1870, chegando mesmo a elogiar as relações entre Portugal e Itália na abertura das Cortes a 15 de Outubro de 1870²⁷. Ao verem o seu monarca partilhar os pontos de vista do reino de Itália, o governo português, sem querer pôr em causa D. Luís, perfilhava o seu posicionamento²⁸, apesar de certas figuras eminentes

²³ Vide Dias Barbosa, *O governo português e a crise do papado nos anos 1848-1870*, Lisboa, Editorial Verbo Divino, 1979, p. 191.

²⁴ Vide Luís Manuel Perdigão Dória, *Do cisma ao convénio (Estado e Igreja de 1831 a 1848)*, Tese de Mestrado de História do Século XIX apresentada para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, [s. a.], p. 33.

²⁵ Vide Idem, *ibidem*, p. 236.

²⁶ Vide Pedro Soares Martinez, *Op. Cit.*, p. 470.

²⁷ Vide Dias Barbosa, *Op. Cit.*, p. 158.

²⁸ Vide Idem, *ibidem*, p. 159.

do contexto político nacional, onde se destacava claramente o Marquês de Ávila²⁹, presidente do conselho de ministros à altura, se pronunciarem a favor de Pio IX³⁰.

Como é óbvio, a Igreja portuguesa opunha-se ao movimento de Victor Emanuel II, independentemente da sua contestação ser fraca e tardia³¹. Contudo, é certo que D. Luís I desejava encontrar um *modus vivendi* com a Santa Sé, nunca deixando de se interessar pelo pontífice³². Da parte do governo português, em Outubro de 1870, por via de Borges de Castro³³, representante de Portugal junto do Reino de Itália, Portugal oferecia-se como intermediário junto da Santa Sé e a Itália, numa tentativa de remediar as tensões vividas, uma ideia que nunca foi possível concretizar³⁴. Certo é que o governo português, pela mão de Marquês de Ávila, presidente do conselho de ministros e ministro dos negócios estrangeiros, procurou da melhor forma entender-se com ambas as partes em confronto, sendo exemplo disso as instruções que dadas ao Conde de Tomar³⁵, representante de Portugal junto da Santa

²⁹ António José de Ávila foi uma das grandes figuras do liberalismo oitocentista português. Nascido na ilha do Faial, arquipélago dos Açores, protagonizou uma grande ascensão social, passando por Par de Reino, Conde, Marquês e, por fim, Duque. Terá uma grande carreira política de 50 anos (de 1831 até 1881, ano do seu falecimento), tendo gerido inúmeras pastas ministeriais, chefiado diversos governos, participado em comissões de serviços e missões diplomáticas, que lhe valeram títulos, condecorações e missões diplomáticas. Vide José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama*, Lisboa, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, 2004.

³⁰ Vide Dias Barbosa, *Op. Cit.*, p. 171.

³¹ Vide Pedro Soares Martinez, *Op. Cit.*, p. 471. Só a 4 de Novembro é que o Episcopado português se fez ouvir no protesto ao rei de Itália, e mesmo este foi deficitário, não se encontrando presente os bispos de Viseu e Bragança.

³² Vide Dias Barbosa, *Op. Cit.*, p. 172.

³³ Borges de Castro, diplomata, investigador e publicista, nasce no Porto a 3 de Outubro de 1825. Em 1841 é nomeado adido à Legação de São Petersburgo, transitando de seguida para a Legação de Berlim para ocupar o mesmo cargo. Em 1851 transita para o cargo de secretário na Legação de Madrid, cargo que ocupará até à sua nomeação como Ministro Plenipotenciário junto das cortes de Sardenha e Itália. Ao longo da sua vida, tornar-se-á Par do Reino, sócio da Academia Real das Ciências, capitão de artilharia, e ganharia um grande número de honras, tal como a de comendador da Ordem de Cristo e da Conceição, de comendador da Águia Vermelha da Prússia, de Alberto o Valoroso, da Saxónia, de Cavaleiro do Leão de Carlos III e, na Itália, receberia a Grã-Cruz de S. Maurício e S. Lázaro, da Sardenha e da Coroa de Itália. Em 1867 D. Luís concede-lhe o título de Visconde. Morre a 15 de Novembro de 1887. Vide [sem autor], “Borges de Castro (Viscondes de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume IV, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 932-933.

³⁴ Vide Pedro Soares Martinez, *Op. Cit.*, p. 469.

³⁵ O Conde de Tomar, mais tarde, Marquês, 1º deste título, António Bernardo da Costa Cabral, foi uma das grandes personagens do mundo político português do século XIX, sendo sinal claro disso as inúmeras honras que adquiriu ao longo da sua vida, como a Grã-cruz das Ordens de Cristo; da Rosa, do Brasil; de S. Gregório Magno e de Pio IX, da Santa Sé; da Águia Branca, da Rússia; de S. Maurício e S. Lázaro, de Itália; de Leopoldo, da Bélgica, entre outros. Nascido a 9 de Maio de 1803, Costa Cabral forma-se em Direito pela Universidade de Coimbra e faz carreira militar, participando nas guerras liberais em prol do constitucionalismo. Os seus primeiros feitos políticos acontecem nos Açores quando se refugia da derrota de 1828 na guerra. Já em 1836 com a vitória das tropas de D. Pedro IV, torna-se deputado, e em 1839 ministro da justiça

Sé, a 7 de Novembro de 1870 a saber, deveria acompanhar o Papa caso este decidisse sair de Roma, independentemente do seu destino³⁶. A 15 de Novembro do mesmo ano, o mesmo representante diplomático era instruído para contactar o rei de Itália aquando da sua ida a Roma. O encontro consumir-se-ia a 1 de Janeiro de 1871 e os seus encontros com a realeza italiana determinaram críticas duras do Vaticano ao dito Conde. O embaixador português, atribuindo cada vez menos importância àquela Legação, rejeita as críticas e sugere ao governo português a agregação da mesma à Legação italiana, uma ideia que acabaria rejeitada³⁷. A linha seguida pelo Marquês de Ávila, de não privilegiar nenhuma das partes, parece ter continuação com os demais governos que lhe sucederam, desejando-se, acima de tudo, manter relações abertas tanto com a Itália, como com a Santa Sé.

De modo sucinto, durante o reinado de D. Luís, o principal objectivo dos seus governos residia na manutenção de boas relações, tanto com a Santa Sé como com o reino de Itália, apesar de existir um certo favorecimento à causa italiana. Com D. Carlos I, tendo em conta determinadas decisões, operava-se uma alteração qualitativa no domínio das relações com a Santa Sé, enfatizadas em detrimento do relacionamento mantido com a Itália. Logo em 1890, Monsenhor Visenso Vannutelli, núncio apostólico em Portugal, recebeu o barrete cardinalício; em 1892, o marquês D. Júlio Sachetti deslocava-se a Lisboa, em missão papal, com a finalidade de entregar a Rosa de Ouro (símbolo da pureza e da vitória, concedida

onde, entre vários trabalhos, se destaca na Novíssima Reforma Judiciária. Em 1842 é actor principal na restauração da Carta Constitucional, terminando assim com o Setembrismo, formando, de seguida, governo, onde fez reformas e construções notáveis. Com a guerra civil, abandonaria o seu cargo em 1846, voltado somente em 1849, tendo, nesse interregno, assumido as funções de Ministro Plenipotenciário em Madrid. Em 1851, com a Regeneração, abandonaria por completo o Parlamento português, exercendo as suas funções de diplomata até ao final da sua vida em 1889. Até esse ano, assume o cargo de Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro em 1859, e em 1870 vai para a Legação de Portugal no Vaticano onde, em 1878, se tornaria embaixador. Vide [sem autor] “Tomar (Condes e Marqueses de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXXII, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 13-16.

³⁶ Vide Dias Barbosa, *Op. Cit.*, p. 181.

³⁷ Vide Idem, *ibidem*, p. 183.

apenas a indivíduos que se tivessem distinguido ao serviço da Igreja) à rainha D. Amélia. No jubileu episcopal do Papa Leão XIII, Portugal fez-se representar por Martens Ferrão, penúltimo embaixador da monarquia portuguesa junto da Santa Sé, antecessor de Miguel Martins d'Antas. Por fim, em Agosto de 1903, um mês após a morte do Papa Leão XIII, D. José Sebastião Neto, cardeal-patriarca de Lisboa participava no conclave³⁸. A este, o governo português soliticava a transmissão de uma mensagem à cúria romana: a consideração aos interesses portugueses na escolha do novo sucessor de Pedro, atendidos no escrutínio de um papa não hostil à coroa italiana³⁹, demonstrando assim a afinidade que a monarquia portuguesa tentava manter com aquela nação.

Apesar da boa vontade portuguesa, as relações luso-italianas, que até então mantinham uma convivência regular, sofreriam, em Outubro de 1895, um revés importante escassamente analisado na historiografia nacional. D. Carlos predispunha-se a realizar um périplo europeu para reforço da projecção portuguesa nos centros de decisão europeus. O itinerário da viagem incluía vários Estados – Espanha, França, Alemanha e Inglaterra – e, de forma paradigmática, salientava Itália como o primeiro país visitado. O percurso originalmente traçado levaria o Rei de Portugal a Monza, para visitar Umberto I, seu tio; a pedido do governo italiano, a recepção familiar tomava novo cenário, Roma, na ideia de fazer um grande encontro entre ambos os monarcas⁴⁰. Os avisos de desagrado enviados pela Secretaria de Estado do Vaticano suscitavam um recuo da posição portuguesa que anunciava

³⁸ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, pp. 279-280.

³⁹ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, p. 280.

⁴⁰ Vide Pedro Soares Martinez, *Op. Cit.*, p. 520.

o adiamento do encontro, numa primeira fase, e posteriormente⁴¹, solicitava a realocação da reunião para o local previamente acordado, em vão⁴².

Apercebendo-se da recusa do rei português, Francesco Crispi⁴³, chefe do governo italiano, telegrafava ao rei de Itália: “*Não precisamos, para nada, desse minúsculo Rei de Portugal, que não tem importância alguma na Europa. Se não pode vir a Roma, que fique em casa, e visto que o seu arrependimento e o do seu governo representam uma afirmação de princípios contrários a nós, retiraremos o nosso ministro de Lisboa, como resposta a esse proceder*”⁴⁴. O comunicado oficial do executivo português, confirmando a exclusão de Roma do percurso europeu de D. Carlos merecia a ironia do congénere italiano: “[...] *fazemos votos cordiais para que Portugal recupere a sua independência*”⁴⁵, sucedendo a ruptura de relações diplomáticas. O reatamento das mesmas em muito se viria a dever à acção de D. Maria Pia, no contexto do casamento do futuro rei de Itália, Victor Emanuel III, seu sobrinho⁴⁶. Esta, numa acção concertada com o seu filho, D. Carlos I, e o governo português, deslocava-se a Roma em Outubro de 1896, chegando no dia 22, e negociou com seu pai, Victor Emanuel II,

⁴¹ Vide Idem, *ibidem*, p. 520.

⁴² Vide *A Capital*, 29 de Novembro de 1913, N°1198, p. 1.

⁴³ Francesco Crispi, nascido na ilha de Sicília a 4 de Outubro de 1818, foi um homem de estado de grande importância em Itália, nomeadamente, aquando da unificação do reino de Itália. Forma-se em jurisprudência mas decide, em 1839, enveredar pelo jornalismo. O seu papel como político inicia-se através da revolução siciliana, surgida no intuito de destronar Fernando II, rei das duas Sicílias. O movimento falhou e Crispi é obrigado a exilar-se em Malta, França, Inglaterra, e até Portugal. Apesar do seu afastamento, acabaria por ser peça fundamental do movimento de unificação italiana, sendo um ajudante incansável de Garibaldi, herói da Itália unificada, chegando mesmo a ser nomeado secretário de estado durante o “governo provisório” que antecedeu as eleições gerais. Republicano durante a maior parte da sua vida, fará parte da bancada extremista do 1º parlamento italiano. Com o tempo, tornar-se-á mais moderado, permitindo-lhe assim ter um papel mais activo na política italiana. Deste modo, tornar-se-ia presidente da câmara dos deputados e ministro do interior, em 1877. Após 10 anos de pausa, face a um escândalo de bigamia, Crispi volta em 1887 e é nomeado presidente do conselho, cargo que assume até 1891 e que voltará a gerir entre 1893 e 1896. Político apaixonado e patriota, foi sempre alvo de muita fama em Itália. Morre a 11 de Agosto de 1901. Vide Giuseppe Paladino, “Crispi, Francesco” in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Volume XI, Giovanni Gentile (dir.), Milano, Istituto Giovanni Treccani, 1931, pp. 922-924.

⁴⁴ *A Capital*, 29 de Novembro de 1913, N°1198, p. 1.

⁴⁵ *A Capital*, 3 de Dezembro de 1913, N°1201, p. 1.

⁴⁶ Vide *ibidem*.

e o seu sobrinho, o reatamento das relações, com sucesso⁴⁷. O seu feito acabaria até aplaudido e elogiado na Câmara dos Pares a 26 de Janeiro de 1897⁴⁸.

Superado este incidente, operava-se uma normalização de contactos. Portugal fez-se representar nas festas comemorativas do IV Centenário do Descobrimento da América, realizadas em Génova em Setembro de 1892. D. Maria Pia, em viagem particular, iria a Itália com o intuito de participar nas bodas de prata do seu irmão, Umberto I em Abril de 1893⁴⁹. Os dois países trocaram ainda, durante o ano de 1906, notas diplomáticas para garantia dos direitos autores de artistas italianos em Portugal e dos artistas portugueses em Itália. Em 1897 assinava-se a convenção de 19 de Maio para efeitos de extradição dos perseguidos de justiça: tratou-se do único acto oficial entre ambas as monarquias até à revolução republicana. Por fim, é importante abordar o assassinato do irmão de D. Maria Pia, ocorrido em Julho de 1900, que levou a rainha-mãe a ir ao funeral do seu irmão. Ao invés, o rei D. Carlos não comparecia, opção eventualmente justificada pelas pressões vaticanistas, prevalecentes à vontade régia de também estar presente⁵⁰. Uma vez mais, D. Carlos I via-se na contingência de não hostilizar a Santa Sé, em detrimento das relações com o estado italiano.

No contexto das relações luso-italianas, a figura de D. Maria Pia assumiu um papel de relevância inquestionável. Filha de Victor Emanuel II, casava-se a 27 de Setembro de 1862 com D. Luís I na cidade de Turim, em Itália, e o seu papel como rainha ficará marcado pela beneficência, pela promoção das artes, pela sua personalidade forte⁵¹ e, segundo os seus

⁴⁷ Vide Maria Antónia Lopes, *Rainhas que o povo amou – Estefânia de Hohenzollern-Maria Pia de Saboia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 335.

⁴⁸ Vide Idem, *ibidem*.

⁴⁹ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, p. 281.

⁵⁰ Vide Maria Antónia Lopes, *Op. Cit.*, p. 362.

⁵¹ Rocha Martins destaca de uma forma algo humorística o seu desentendimento com o marechal Saldanha após este ter imposto a queda do ministério do Duque de Loulé: “[...] D. Luís concedia tudo, dobrava-se ante o marechal, quando a rainha, (...) apareceu com o seu ar magestoso. E diante da corte, do Rei, do militar glorioso, vendo nas janelas buracos de

críticos, pela ostentação que a levou à ruína após a morte do seu marido e que a obrigou a contrair diversos empréstimos junto dos familiares em Itália (Umberto I e Victor Emanuel III) e do seu filho D. Carlos que, por seu turno, também recorria a financeiros europeus e ao Estado Português. Contudo, não foi só por aspectos negativos que D. Maria Pia ficaria conhecida. A rainha era, indiscutivelmente, uma figura muito popular na sociedade portuguesa, reconhecida como uma mulher forte, generosa, determinada, corajosa, ativa, mãe, benfeitora⁵². Para interesse desta pequena introdução, uma grande diplomata que, face aos seus esforços, conseguiu sozinha, como já foi dito, sustentar as relações entre Portugal e Itália. Sentiria os verdadeiros dissabores da vida com as mortes do seu irmão Umberto I, do seu filho Carlos e do seu neto Luís Filipe (todos assassinados), mas em todos se manteve firme. Quanto ao povo português, fica o testemunho de Rocha Martins afirmando que “*o povo, sabendo das suas qualidades boas e ouvindo falar dos seus gastos, respeitava-a como se só aquelas recordasse [...]*”⁵³. Também Maria Antónia Lopes intitula D. Maria Pia de “[...] *indiscutivelmente a melhor rainha-consorte da monarquia constitucional portuguesa.*”⁵⁴

Em linhas gerais, estes foram os parâmetros genéricos das relações diplomáticas luso-italianas até ao advento do regime republicano em Portugal.

A Revolução Republicana portuguesa foi objecto de grande interesse em Itália e a imprensa daquele país inundava-se de descrições sobre os acontecimentos revolucionários. Tomemos por exemplo demonstrativo o *La Stampa*, jornal sediado em Turim, fundado em

balas, exclamou: - *Se eu fosse o Rei, mandava-o fuzilar!... E ficara ativa, encarando-o, com a audácia de quem fora embalada no rumor épico d'uma epopeia.*” Vide Rocha Martins, *D. Manuel II (Memórias para a História do seu reinado)*, Volume I, Lisboa, Sociedade Editora “José Bastos”, 1910, p. 119.

⁵² Vide Maria Antónia Lopes, *Op. Cit.*, p. 398.

⁵³ Rocha Martins, *Op. Cit.*, p. 131.

⁵⁴ Maria Antónia Lopes, *Op. Cit.*, p. 398.

1867. Ainda em funcionamento, este jornal apresentava-se como um periódico razoavelmente neutral, apesar da simpatia pelas ideias republicanas.

Curiosamente, ou talvez não, a abordagem à revolução começava logo a 4 de Outubro, pela pena de Romolo Murri, com um artigo intitulado “Il tramonto di una monarchia”⁵⁵. Note-se que as movimentações revolucionárias da capital portuguesa eram desconhecidas, se atendermos à circunstância de que as primeiras notícias sobre a revolução foram publicadas no dia seguinte (dia 5), sem referência alguma aos republicanos⁵⁶. Ora, o texto de Romolo Murri, concebido na sequência de uma deslocação a Lisboa no mês de Setembro, revelava o ambiente republicano na capital portuguesa, fruto da vitória do Partido Republicano Português nas eleições municipais de 28 de Agosto.

Se Lisboa se tornara um autêntico forte republicano, Murri recorria ao Marquês de Paolucci del Caboti, Ministro de Itália em Portugal, para compreender as causas da tendência verificada. A entrevista com o diplomata italiano permitia-lhe apreender o estado decadente do país. O desempenho do executivo merecia-lhe a crítica pelo fraco aproveitamento dos vastos recursos disponíveis, pela “*arretratissima*” cultura portuguesa, onde 76% das pessoas eram analfabetas, pela fraca liberdade política, mas também pela liberdade em excesso, concedida aos privilegiados e monopolistas. Nesta análise, a Casa de Bragança não ficava aquém da crítica, classificada de impopular, desprovida de uma figura notável. Neste elenco, D. Luís era criticado pela incapacidade em compreender a importância das celebrações camonianas de 1880; já D. Maria Pia era mencionada pelos gastos supérfluos e D. Carlos era caracterizado pela indiferença e desinteresse para com os assuntos governativos, não

⁵⁵ *La Stampa*, 4 de Outubro de 1910, Ano 54, N°275, p. 3.

⁵⁶ Vide Idem, *ibidem*, p. 6.

obstante, ser um artista. Por último D. Manuel II surgia retratado como um rapaz tímido, lançado na cena política num período acutilante, sem preparação para o efeito. A avaliação de Murri não dispensava João Franco a quem atribuía as responsabilidades exclusivas sobre o engrandecimento do poder real e a ascensão do poder ditatorial. Tais factores explicavam o descontentamento popular e o prestígio crescente das ideias e dos líderes republicanos.

As imagens da Revolução de Lisboa afluíam à imprensa italiana a partir de dia 5, como antes referido, com elevado nível de incerteza, carecendo de fundamento e/ou confirmação⁵⁷. Oficiosamente, informava-se a proclamação da República e o bombardeamento ao Palácio Real⁵⁸. Os periódicos italianos pareciam unânimes na previsibilidade do movimento revolucionário de Lisboa, à semelhança do Rei Victor Emanuel III que “[...] *no fu impressionato*”⁵⁹, embora preocupado com a segurança da sua tia, D. Maria Pia.

As primeiras confirmações chegavam ainda por via oficiosa através de um telegrama de Magalhães Lima⁶⁰, expedido de Madrid: a República fora proclamada e a família real

⁵⁷ Exemplo disso é o próprio motivo pelo qual se deu a revolução, que a imprensa periódica italiana atribui à morte de Miguel Bombarda: “*L’assassinio di Bombarda fu l’incidente che suscitò la rivoluzione.*” *La Stampa*, 6 de Outubro de 1910, Ano 54, Nº277, p. 1.

⁵⁸ Vide *La Stampa*, 6 de Outubro de 1910, Ano 54, Nº277, p. 1.

⁵⁹ *La Stampa*, 6 de Outubro de 1910, Ano 54, Nº277, p. 2. Na lista de personalidades não impressionadas com a revolução, consta também Oliveira Machado, reitor do Colégio Português em Roma, que numa entrevista ao periódico *Giornale d’Itália*, diz não estar surpreendido com a revolução e que, na sua opinião, nem o próprio governo português estaria. Vide *ibidem*, p. 2.

⁶⁰ Sebastião de Magalhães Lima foi uma das grandes figuras do republicanismo português. Nasce no Rio de Janeiro a 30 de Maio de 1850, vindo somente para Portugal em 1855. Estuda em Lisboa, Porto e Coimbra, acabando por se formar em Direito em 1875, nunca vindo a exercer a sua profissão com grande fulgor. Convive com a chamada “geração de 70” e aí destaca-se através da sua oratória, republicanismo, pacifismo, internacionalismo e iberismo, vendo nesta última a salvação portuguesa e o seu ressurgimento. Em 1879 faz jornalismo profissional, contribuindo para um grande número de jornais fundamentais para a propagação do republicanismo. Foi um homem muito viajado, que participou em imensos congressos internacionais, fazendo dele um dos portugueses mais conhecidos no estrangeiro. Em 1907 é eleito Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa, cargo que ocupará até à sua morte. Em 1910, juntamente com José Relvas, fará parte da missão diplomática ao estrangeiro, incumbida de salvaguardar a revolução republicana perante as grandes potências estrangeiras. Após a implantação da República, ocupará somente o cargo de ministro da instrução pública em 1915 durante um mês. Até à sua morte, destaque-se as variadas críticas que recebe durante o Sidonismo, sendo, inclusive, preso no Governo Civil de Lisboa, e a condecoração Torre e Espada que recebe em 1919. Em 1922 funda a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos e em 1923 é proposto por Teófilo Braga a Presidente da República, contudo, a ideia não segue em frente. Até à sua morte, a 7 de Dezembro de 1928, vive de uma forma mais apagada, amargurado com o estado em que a sua República estava. O seu

abandonava Portugal com destino a Inglaterra⁶¹. Quanto à rainha Maria Pia, só a 7 de Outubro era divulgada a sua deslocação para Itália⁶².

O executivo italiano revelava-se preocupado com as consequências da revolução nas negociações comerciais em curso entre os dois estados. Esta notícia, divulgada no *La Stampa*, era original do *La Tribuna*, onde se mencionava o calendário previsto para o termo das conversações – finais de 1910 ou em Janeiro de 1911⁶³. A conjuntura política portuguesa impunha um adiamento ao cumprimento dos prazos iniciais mas, segundo o periódico, sem prejuízo dos contactos e intenções já estabelecidas para desenvolver, independentemente do regime político que subsistisse em Portugal⁶⁴.

Sublinhe-se ainda a entrevista concedida por Lambertini Pinto⁶⁵, novo Encarregado de Negócios de Portugal após a saída de Matias de Carvalho e Vasconcelos⁶⁶, ao *Giornale d'Italia*, reproduzido no *La Stampa*. Nesta, Lambertini Pinto esforçava-se por tranquilizar a opinião pública italiana quanto à revolução, com particular expressão para as garantias dadas

funeral foi uma das maiores manifestações de pesar da história portuguesa. Vide Grémio Lusitano, *Magalhães Lima (1850-1928) – No Cinquentenário da sua morte*, Lisboa, [s. e.], 1978, pp. 3-4.

⁶¹ Vide *La Stampa*, 6 de Outubro de 1910, Ano 54, N°277, p. 7.

⁶² Vide *La Stampa*, 7 de Outubro de 1910, Ano 54, N°278, p. 7.

⁶³ Vide *La Stampa*, 6 de Outubro de 1910, Ano 54, N°277, p. 2.

⁶⁴ “ [...] *nol possiamo assicurare che verranno subito riprese col Governo della Repubblica la trattative che erano state aperte col Governo della Monarchia.*” *La Stampa*, 7 de Outubro de 1910, Ano 54, N°278, p. 2.

⁶⁵ Lambertini Pinto é uma outra personagem importante da história da República, sobre o qual carece uma biografia mais desenvolvida, não existindo nenhuma em qualquer monografia, dicionário ou enciclopédia. Homem de grandes dotes culturais, sabe-se que chega a Roma 7 de Novembro de 1908 para exercer o cargo de primeiro-secretário naquela Legação, elevando-se a Encarregado de Negócios aquando da revolução republicana e a demissão do ministro plenipotenciário Matias de Carvalho e Vasconcelos, tornando-se assim o chefe dessa mesma legação até Março de 1912, mês em que Eusébio Leão o substitui como ministro plenipotenciário. De seguida deslocava-se para a Legação de Portugal em Paris, junto de João Chagas e, mais tarde, trabalhou no ministério dos negócios estrangeiros.

⁶⁶ Matias de Carvalho e Vasconcelos, nascido a 22 de Outubro de 1832, foi um diplomata e político. Formado em Filosofia na Universidade de Coimbra, é lente na mesma casa, naquela mesma cadeira, até à sua nomeação para director da Casa da Moeda. Em Março de 1865 chefia a pasta da fazenda no ministério do Duque de Loulé. De 1869 a 1876 inicia a sua carreira diplomática, sendo nomeado para ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro. De seguida exercerá o mesmo cargo mas em Roma de 1876 a 1886, de 1887 a 1897, e de 1898 até 1910, ano em que falece, dois dias antes da implantação da República. Pelo meio gere a Legação de Portugal em Berlim no ano de 1886 e durante nove meses no ano de 1897 gere o ministério dos negócios estrangeiros no ministério de José Luciano de Castro e Barros Gomes. Vide [sem autor], “Vasconcelos (Matias de Carvalho)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXXIV, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 303.

sobre a integridade de D. Maria Pia, a quem o povo português dispensava especial carinho⁶⁷. Sublinhava ainda o quão pacífica fora a mudança verificada em Portugal, desmentindo expressamente as informações difundidas sobre inúmeros assaltos a instituições bancárias, por exemplo⁶⁸. Por último, destaque-se a tentativa de Lambertini Pinto em promover empatia entre a sociedade italiana e o novo regime político português através das críticas à influência nefasta da Igreja Católica no seu país.

A avaliar pelo artigo de primeira página do *La Stampa*, de 11 de Outubro, podemos extrair o êxito parcial da estratégia utilizada pelo diplomata português: resumidamente, o redactor explicava como a Itália e o povo italiano deviam observar Portugal e a revolução como exemplares dos limites para a utilização política da religião. Importaria assim aprender que as convicções religiosas não poderiam ser aplicadas como bandeira de um partido e/ou como instrumento político, à semelhança do ocorrido no contexto português, antes da ruptura revolucionária, com a maioria do clero a participar directa ou indirectamente na política⁶⁹.

A mudança política portuguesa não constituiu uma viragem no padrão de relações amistosas entre os dois países. Para tal contribuíam os interesses comuns a ambos os países que presidiram ao padrão de convivência estabelecida com o Quirinal à qual não seria alheia a circunstância de D. Maria Pia pertencer à casa de Saboia⁷⁰. Emídio Garcia⁷¹, por seu turno,

⁶⁷ Patrocinada por Victor Emanuel III, D. Maria Pia vai para Itália e é dotada com o uso de um dos palácios reais, juntamente com uma subvenção anual de 100.000 liras. Também o seu filho D. Afonso se exilou em Itália e na maior parte do tempo estaria junto de sua mãe. Vide Bruno Cardoso Reis, “Relações com a Itália” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, p. 553.

⁶⁸ Vide *La Stampa*, 8 de Outubro de 1910, Ano 54, N°279, p. 2.

⁶⁹ Vide *La Stampa*, 11 de Outubro de 1910, Ano 54, N°282, p. 1.

⁷⁰ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Volume XII, [s.l.], Editorial Verbo, 1993, p. 45.

⁷¹ Manuel Emídio Furtado Garcia nasce em Coimbra no ano de 1877 e forma-se em Direito. Republicano desde jovem, terá papel activo na República logo após a sua implantação, sendo funcionário superior do ministério das finanças e secretário do ministro desta pasta, José Relvas. Em 1911 é nomeado por Bernardino Machado (ministro dos negócios estrangeiros do governo provisório) para exercer o cargo de administrador do Instituto Português em Roma. Ficar lá até 1928. Durante esses anos colaborará com vários jornais italianos de grande importância, como é o caso do *Il Messaggero*, e será correspondente do jornal *O Século* em Portugal, assinando uma coluna nesse jornal republicano intitulada de “Cartas de Itália” nos anos de 1915 e 1916. Morre a 17 de Julho de 1939, sem lançar o segundo volume das suas crónicas em Roma.

mostrou-se discordante desta premissa; segundo o autor, as duas nações confrontaram-se com uma situação política complicada, hostil inclusivamente, motivada pelo ministro dos negócios estrangeiros italiano, o Marquês de S. Giuliano⁷², que terá dificultado bastante a vida de Lambertini Pinto⁷³. Se a relutância de um responsável político poderá ter tornado mais árduo o papel do encarregado de negócios estrangeiros português em Itália, não o foi suficiente ao ponto de fazer perigar o entendimento entre os dois países. Segundo Bruno Cardoso Reis: “[...] nunca a Itália se transformou, como inicialmente se temeu num centro da oposição monárquica ao novo regime republicano.”⁷⁴

Efectivamente, até à chegada de Leão a Roma, a 5 de Abril de 1912, sucederam-se acordos e alguns incidentes diplomáticos entre os dois países. A 7 de Outubro de 1910, dois dias após a revolução, o *La Stampa* informava que o governo italiano instruía Paolucci de Calboli, diplomata italiano em Portugal, para permanecer em Lisboa⁷⁵. No mês seguinte, a 9, o referido embaixador participava, com os diplomatas inglês, francês e espanhol creditados em Lisboa, da petição dirigida a Bernardino Machado⁷⁶, ministro dos negócios estrangeiros,

Vide [sem autor] “Garcia (Manuel Emídio Furtado)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume V, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 165.

⁷² Antonino Paternò-Castello, mais conhecido por Marquês de San Giuliano, foi um dos grandes políticos italianos do início do século XX. Nasce a 10 de Dezembro de 1852, e desde cedo mostra as suas vocações políticas, pertencendo à administração gerente da sua cidade natal (Catania). Homem de grande inteligência, conhecimento cultural e defensor de uma maior expansão italiana no continente africano, logo aos 30 anos é eleito deputado e até 1900 ocupa os cargos de sub-secretário de estado da Agricultura (1892) e director dos correios e telégrafos (1898). A partir de 1900 entra na pasta dos negócios estrangeiros. Entre 1905 e 1906 é ministro dessa pasta; entre 1906 e 1909 é nomeado embaixador em Londres; e entre 1909 e 1910 prossegue os seus trabalhos na Legação italiana em Paris. Por fim, de Março de 1910 até Outubro de 1914 vai ficar a gerir a pasta dos negócios estrangeiros sem qualquer paragem, sobrevivendo assim a três governos diferentes. Morre, relativamente, cedo a 16 de Outubro de 1914. Vide Pietro Silva, “San Giuliano, Antonino Paternò-Castello” in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Volume XXX, Domenico Bartoline (dir. gen.), Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 1936, p. 661.

⁷³ Vide Emídio Garcia, *Um republicano na cidade dos Papas: Crónicas de uma época (1911-1928) vivida em Roma*, Volume I, Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1937, p. 15.

⁷⁴ Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, p. 554. Este medo advinha, maioritariamente, da presença de D. Afonso em Itália, presença esta que acabaria por se tornar banal, percebendo a jovem República que este herdeiro do trono não tinha grande importância nas intencionalidades monárquicas: “[...] precisava averiguar o que fazia o Infante D. Afonso, cuja actividade política (que não era nenhuma) preocupou, [...] O infante D. Afonso divertia-se...”. Emídio Garcia, *Op. Cit.*, p.68.

⁷⁵ Vide *La Stampa*, 7 de Outubro de 1910, Ano 54, Nº278, p. 1.

⁷⁶ Bernardino Luís Machado terá sido um dos mais famosos republicanos durante a vigência da I República, lado a lado com Afonso Costa, sendo também, por isso mesmo, um dos homens mais queridos para a população portuguesa. Nascido a 28 de Março de 1851, Bernardino Machado passou os primeiros anos da sua infância no Brasil, tendo chegado a Portugal

sobre a manutenção das relações de amizade entre a nova República e os países respectivos⁷⁷.

Esta iniciativa consubstanciava-se na assinatura do *modus vivendi* assinado entre Portugal e a Itália a 9 de Maio de 1911 sobre a cláusula de Nação mais favorecida: Portugal aceitava reduzir os direitos do vinho do Porto e do vinho da Madeira e obtinha o benefício da pauta mínima italiana para produtos coloniais, conservas de sardinhas e outros produtos que não os vinhos comuns⁷⁸.

Antes, a 8 de Maio, o Ministério dos Negócios Estrangeiros decidia criar um consulado-geral de 1ª classe em Roma⁷⁹. A 11 de Setembro desse mesmo ano, a República portuguesa era reconhecida oficialmente pela monarquia italiana, representada em Lisboa por Marquês Paolucci de Calboli que submetia as suas credenciais a 28 de Novembro⁸⁰. Pela voz deste diplomata, compreende-se a importância que a monarquia italiana depositava no estabelecimento de boas relações entre os dois países: *“Intérprete das intenções do meu augusto soberano, será meu empenho manter os vínculos de amizade e simpatia que ligam as duas antigas nações latinas, vínculos que o recente restabelecimento das relações*

com a tenra idade de 8 anos. Formar-se-ia em Filosofia na Universidade de Coimbra, com enorme distinção e, mais tarde, tornar-se-ia lente na mesma casa. Logo na década de 1870, Bernardino Machado integra o mundo político, e apesar de se afirmar, mais tarde, como republicano, a sua carreira política iniciar-se-ia no lado monárquico, tendo em 1882 integrado o Partido Regenerador. Nesse mesmo partido, mas já em 1893, Bernardino Machado acabaria por exercer a sua primeira pasta ministerial, nomeadamente, a das Obras Públicas, Comércio e Indústria no governo chefiado por Hintze Ribeiro. Em 1903, sem qualquer tipo de confiança na Monarquia, desiludido com o seu progresso, torna-se republicano e adere ao Partido Republicano Português. Até à proclamação da República, Bernardino Machado fará um trabalho de propaganda incansável, participando em comícios e trabalhando com o Directório do Partido. Já com a República implantada, este republicano ocupará, no governo provisório a pasta do ministério dos negócios estrangeiros, importantíssima, no sentido em que era essencial face à reação das potências estrangeiras perante a revolução republicana. Em 1912 seria nomeado ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro, cargo que manteve até ter recebido de Manuel de Arriaga uma proposta para formar governo em 1914. Foi o primeiro, mas não seria o último. Seria também eleito Presidente da República por duas vezes, sendo que, em ambas, nunca acabou o mandato, acabando mesmo exilado nestas duas ocasiões, a primeira por via de Sidónio Pais, e a segunda pelo golpe militar que deu origem à Ditadura Militar. Exila-se, durante maior parte do tempo, em Paris, regressando ao seu país em 1940, onde, quatro anos mais tarde, com 93 anos, morreria na cidade do Porto. Até à sua morte foi também Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa. Vide Maria Alice Samara, *Bernardino Machado: uma vida de luta*, Lisboa, Coleção Parlamento, 2012.

⁷⁷ Vide Idem, *ibidem*, p. 61.

⁷⁸ Vide Idem, *ibidem*, p. 65. O mesmo acordo viria a ser rectificado e confirmado no dia 26 de Maio de 1911 pelo Governo Provisório. Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, Vol. XII, p. 46.

⁷⁹ O titular ficaria também com as funções de adido comercial. Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, Vol. XII, p. 46.

⁸⁰ Vide Idem, *Ibidem*, Vol. XII, p. 46.

comerciais entre os dois povos não poderá senão consolidar ainda mais. Aos votos que faço pela prosperidade deste nobre país, permito-me juntar os que formulo pelo seu primeiro magistrado, com a preciosa benevolência do qual estou certo poder eficazmente contar para o desempenho da alta missão que me foi confiada”⁸¹. Em resposta a esta mensagem, Manuel de Arriaga⁸², Presidente da República, acentuava a cordialidade de relações existentes entre ambos os países e a enorme simpatia que o povo português nutria pela grande nação italiana.⁸³

Por fim, e antes de abordar os poucos incidentes que existiram nas relações entre Portugal e Itália nos primeiros dois anos da República portuguesa, até à entrada de Eusébio Leão como ministro de Portugal junto do Quirinal, é importante referir o impacto relevante obtido pela presença de Lambertini Pinto no funeral da rainha-mãe, D. Maria Pia, aquando da sua morte a 4 de Julho de 1911, em representação do governo português, evidenciando assim, uma vez mais, a importância que esta rainha teve para Portugal e o seu povo, decidindo a República não olvidar os seus feitos⁸⁴.

⁸¹ *O Occidente*, 10 de Dezembro de 1911, vol. XXXIV, nº1186, p. 266.

⁸² Manuel de Arriaga nasce a 8 de Julho de 1840 na cidade da Horta, nos Açores. Forma-se em Direito na Universidade de Coimbra e acabaria por ganhar fama a praticar advocacia. Afiliou-se no Partido Republicano Português e fez parte do seu Directório em 1891. Ao mesmo tempo, lecionava inglês em vários liceus de Lisboa. Enquanto político, foi um grande propagandista do movimento republicano e orador, participando num grande número de comícios por todo o país, o que lhe dava assim uma grande popularidade entre a população portuguesa. Fruto disso, acabaria eleito quatro vezes como deputado no parlamento da monarquia constitucional pelo círculo da Madeira. Em 1890 era preso e conduzido para um navio de guerra por protestos em praça pública. Desde então, e até à implantação da República, recolheu-se para a vida familiar, sendo nomeado para Procurador muito por aclamação do povo, que o levou em triunfo no Terreiro do Paço aquando da revolução. A 24 de Agosto de 1911 é nomeado Presidente da República, o primeiro após a Assembleia Constituinte, por via de António José de Almeida, que indicou o seu nome. Tinha Manuel de Arriaga 71 anos. Até 26 de Maio de 1915 exerceu o seu cargo de uma forma calma e pacífica, o que não implicou que os seus governos seguissem o seu estilo, bem pelo contrário, tendo o Presidente da República nomeado 6 governos e “sobrevivido” ao governo ditatorial de Pimenta de Castro. Morre a 5 de Março de 1917 com 77 anos. Vide [sem autor], “Arriaga (Manuel de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 358-359.

⁸³ Vide *O Occidente*, 10 de Dezembro de 1911, vol. XXXIV, nº1186, p. 266.

⁸⁴ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, Op. Cit., Vol. XII, p. 46.

O primeiro incidente, considerado por Maria Lúcia de Brito Moura como o primeiro de teor religioso, ocorreu a 6 de Janeiro de 1911, com a invasão e destruição parcial da Igreja do Loreto por um grupo de arruaceiros. No seguimento deste incidente, o capelão da Igreja contactava o ministro dos negócios estrangeiros; contudo, caberia ao ministro da Justiça e dos Cultos, Afonso Costa⁸⁵, a apresentação formal de desculpas pelo desrespeito ao templo italiano e sua destruição garantindo ainda a punição dos seus responsáveis. Um dos envolvidos no assalto era Estevão da Cunha Pimentel, governador civil de Évora e figura grada do movimento republicano português⁸⁶. Sobre este incidente, são pouquíssimos os jornais que o abordam. O *Jornal de Notícias* é um dos periódicos, caracterizando o incidente detalhadamente. Destacava o grupo de arruaceiros que se dirigiu ao altar-mor da igreja assim que o capelão abriu as portas, tendo destruído “[...] *todos os objectos do culto, partindo*

⁸⁵ Afonso Costa nasce em Seia a 6 de Março de 1871, e viria a morrer em Paris, na situação de exilado, a 11 de Maio de 1937. Jurista de grande valor e reconhecimento foi uma das grandes figuras do republicanismo e da I República, sendo, possivelmente, aquela que mais se destacou. Pertenceu à chamada Geração de 90, composta por jovens universitários com ideais republicanos, descontentes com o desenrolar das políticas monárquicas. Cursa em Direito, na Universidade de Coimbra, e termina-o em 1894, doutorando-se no ano seguinte. Em 1905 é iniciado na maçonaria, na loja O Futuro, com o nome simbólico de “Platão”. De seguida, leciona em Coimbra, entre 1896 e 1903, e novamente de 1908 até 1911. Lecionará também na Escola Politécnica de Lisboa, de 1911 a 1913 e, na recém-criada Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1913 e 1915, tendo nesta última assumido o cargo de Director. Foi uma figura que esteve presente nas fases mais importantes do republicanismo, destacando-se na propaganda política e nas intervenções parlamentares do chamado “bloco republicano”, onde incendiou as cortes com os seus discursos radicais. Para além disso, será também importante na criação das linhas de orientação do seu partido (Partido Republicano Português) e na criação das medidas revolucionárias do Governo Provisório. Defensor de um “socialismo integral”, Afonso Costa luta desde jovem contra tudo aquilo que considerava como “mal social”, desde o rotativismo oligárquico e os escândalos financeiros, até ao jesuitismo. Será eleito deputado pelo círculo do Porto em 1899, assim como candidato às eleições em 1900, 1901, 1904, e de 1906 em diante, até ao encerramento da I República. Em 1911, com o Governo Provisório, ocupa o cargo de Ministro da Justiça, de onde emanará das leis mais importantes e emblemáticas da jovem república portuguesa, como era o caso da Lei da Separação da Igreja do Estado e a Lei do Registo Civil. De seguida, e até 1917, ano em que é exilado após o golpe militar de Sidónio Pais, Afonso Costa dominará juntamente com o seu partido (PRP, e de seguida, o Partido Democrático), a política portuguesa. O “afonsismo” encontrará no primeiro governo liderado por este republicano o seu ponto mais alto, onde de Janeiro de 1913 a Fevereiro de 1914 se empenhou no equilíbrio das contas públicas, no combate à ameaça monárquica e ao mundo do operariado e na afirmação do seu partido. Posteriormente, será também fulcral na entrada de Portugal na Grande Guerra, sendo um forte defensor do intervencionismo. Durante este tempo, Afonso Costa, apesar das críticas internas (dos demais partidos e do próprio Presidente da República, Manuel de Arriaga), conseguirá dar um maior prestígio à imagem de Portugal no estrangeiro. Por fim, destaque-se a sua presença na Conferência de Paz de 1919, como representante dos interesses portugueses no pós-guerra, a sua também notada presença na Sociedade das Nações, onde em 1926 se torna presidente e, finalmente, a forte oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo, sendo da sua autoria a criação da Liga de Defesa da República em 1927, e em 1937, a Frente Popular Portuguesa, pouco antes de morrer. Vide Luís Farinha, “Costa, Afonso Augusto da (1871-1937)” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 933-936.

⁸⁶ Vide Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na I República*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004, p. 132.

*jarras e outros objectos.”*⁸⁷ Ao ver o acto, o dito capelão terá pedido socorro às autoridades policíacas que rapidamente se dirigiram à igreja e prenderam os infractores, onde se destacavam o então já mencionado Estevão Pimentel e Lopo Pimentel, actor. Levado de imediato para o governo civil de Lisboa, era prontamente noticiado que o governador civil de Évora seria demitido⁸⁸, o que acabaria por não suceder. De resto, o ministro de Itália em Portugal, Marquês de Paolucci, ao ser notificado do caso, deslocou-se à igreja, encontrando-se lá com o ministro da justiça, Afonso Costa, que prometeu solucionar o caso e castigar os culpados, frisando que o seu desejo era que existisse o respeito por todas as pessoas e cultos. Por último, adiantava também que durante o resto do dia a igreja estaria protegida por um regimento de infantaria⁸⁹.

O único jornal de firme teor republicano a ensaiar a defesa dos atacantes do templo italiano seria *O Mundo*. Retratava os acontecimentos com intentos desdramatizantes: “*Tudo quanto sucedeu na igreja do Loreto foi isto: caíram uns tocheiros e partiu-se uma jarra. Nada mais, absolutamente mais nada! Foi isto mesmo que o sacristão declarou à policia, afirmando não haver desacato – como consta do respectivo auto que se levantou*”⁹⁰. Sublinhava, por outro lado, a confiança do governo em Estevão Pimentel, expressa em conselho de ministros, afirmando este jornal que regressando ao seu posto, processaria todos os jornais que deturparam os factos, difamando-o⁹¹. O próprio *Jornal de Notícias*, acabaria por confirmar a situação: “*Sobre o caso da igreja do Loreto, apurou-se pelo inquérito administrativo que ele não teve a importância que a principio se lhe atribuiu.*”⁹²

⁸⁷ *Jornal de Notícias*, 7 de Janeiro de 1911, ano nº24, nº6, p. 4.

⁸⁸ Vide *ibidem*.

⁸⁹ Vide *ibidem*.

⁹⁰ *O Mundo*, 8 de Janeiro de 1911, nº3660, p. 1.

⁹¹ Vide *idem*.

⁹² *Jornal de Notícias*, 8 de Janeiro de 1911, ano nº24, nº7, p. 4.

Entre os jornais usados por Maria Lúcia de Brito Moura destacavam-se *O Liberal* e *A Aurora do Lima*. Neste último é noticiado que, no rescaldo do incidente, um couraçado italiano fundeu em águas portuguesas com o intuito de proteger os seus compatriotas⁹³. Esta seria uma notícia falsa, tendo o próprio jornal confirmado (na mesma notícia que a autora refere na sua obra) que, no MNE “[...] *nada constava acerca da notícia telegráfica de que, por ordem do governo italiano, o couraçado “Roma” seguira para as águas portuguesas com instruções reservadas*”⁹⁴. Mais acrescentava que o couraçado saiu de Spezia, Itália, e que era certo a sua não entrada nos portos portugueses.

O segundo incidente ocorreu com Lambertini Pinto no ano de 1911, na recepção protocolar de “Ano Bom” oferecida pela rainha Margarida, mãe de Victor Emanuel III, na sua residência, ao corpo diplomático creditado no Quirinal⁹⁵. Segundo Lambertini, tratava-se do primeiro acto oficial solene da República portuguesa em Itália⁹⁶. A Rainha ignorou a presença do diplomata português a quem não cumprimentou ostensivamente; em réplica, a delegação portuguesa retirava-se do palácio⁹⁷. Para Emídio Garcia, o procedimento da Rainha comprometeu as relações luso-italianas e serviu de pretexto para as críticas de algumas personalidades monárquicas que consideravam os elos portugueses com Itália como “*muito precários*” e que, sem fundamento, insinuaram que aquela recepção foi um erro imperdoável de Lambertini Pinto⁹⁸.

⁹³ Vide Maria Lúcia de Brito Moura, *Op. Cit.*, p. 132.

⁹⁴ *O Aurora do Lima*, 25 de Janeiro de 1911, nº8207, p. 1.

⁹⁵ Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, p. 33.

⁹⁶ Vide João Chagas, *Correspondência Literária e Política*, Volume II, Lisboa, Editorial Notícias, 1958, p. 90.

⁹⁷ Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, p. 35.

⁹⁸ Vide Idem, *ibidem.*, p. 34.

Na prática, superado o pânico inicial, o incidente não causou nenhum problema entre as duas nações e viria a ser abafado por parte dos periódicos de ambos os países⁹⁹. Lambertini Pinto apressou-se a esclarecer os acontecimentos com o Marquês de São Giuliano, o qual considerou dispensável qualquer intervenção política uma vez que a rainha Margarida não era pessoa reinante. A representação portuguesa ficava, no entanto, diminuída, motivo do pedido de transferência imediata do diplomata português em Roma: *“A única consolação que em toda esta série de sensaborias tive foi ser nomeado para cá o Eusébio Leão. Vão abrir-se as portas destes Paços ao homem que das janelas do Município declarou destronados e banidos os próximos parentes desta família reinante. É a cruel ironia da política moderna! Que a velha o engula ou que não o engula, em qualquer dos casos é sempre para mim um principio de desforra.”*¹⁰⁰

Por fim, no decorrer da República, Roma recebia a visita de Magalhães Lima, a convite da associação Latina Gens¹⁰¹. Tratava-se de uma viagem de propaganda sobre a República portuguesa, igualmente vocacionada para o estreitamento de relações entre republicanos portugueses e italianos, unidos também pelas ideias maçónicas¹⁰². Esta visita de Magalhães Lima, ocorrida em meados de 1912, foi alvo de grande interesse por parte dos portugueses. A estes, o conceituado republicano pedia que tivessem em conta o infante D. Afonso, tio de D. Manuel II, um possível activo da causa monárquica, mas que acabaria por não causar incómodo algum à jovem República portuguesa¹⁰³. Recebido pela Legação, na

⁹⁹ Vide Idem, *ibidem.*, p. 34.

¹⁰⁰ João Chagas, *Op. Cit.*, p. 96.

¹⁰¹ A Latina Gens foi uma associação fundada por Elena Bacaloglu, jornalista e escritora romena defensora dos ideais fascistas. Era uma associação que albergava individualidades de nações ditas “latinas” e que promovia a unificação dos povos de língua românica (resultantes do latim) através de uma federação acabando, consequentemente, por suplantarem qualquer povo não-latino. Este pan-latinismo acabaria por ser um vector essencial na Itália fascista de Benito Mussolini.

¹⁰² Vide Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, p. 553.

¹⁰³ Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, p. 92.

altura chefiada por Lambertini Pinto, Magalhães Lima era objecto de uma ovação entusiástica pela *Latina Gens* no Teatro Argentina, em Roma. Perante uma plateia cheia¹⁰⁴, pejada de grandes personalidades, o republicano português proferiu um discurso em francês e italiano, condenando a guerra e o militarismo e exacerbando a Itália através da antiga Roma republicana, dos césaes e imperadores¹⁰⁵.

¹⁰⁴ A nível de curiosidade, a fama de Magalhães Lima atingia níveis elevados em Itália que, à altura da revolução republicana, de tal forma que o seu nome era um dos mais sugeridos para ocupar o cargo de ministro plenipotenciário da Legação de Portugal em Roma. Vide *La Stampa*, 9 de Outubro de 1910, ano nº54, nº280, p. 1.

¹⁰⁵ Vide Idem, *ibidem*, pp. 91-92.

Estado da Arte

A presente dissertação incide na análise crítica do desempenho diplomático desenvolvido por Eusébio Leão em Itália, na sequência da sua nomeação a 24 de Fevereiro de 1912. O nosso objectivo original, o de promover uma avaliação extensível ao pleno da actividade diplomática do nosso autor, ficaria condicionado pela profusão de fontes primárias disponíveis no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mais concretamente, no fundo da Legação de Portugal em Roma entre os anos de 1912 e 1916. Optámos, em função do motivo supra enunciado, por restringir a nossa investigação ao âmbito cronológico que se espraia entre o início da actividade de Leão na capital italiana e a entrada de Portugal na Grande Guerra. A nossa escolha funda-se na alteração substantiva operada então no quadro das relações externas portuguesas e, consequentemente, no padrão de ligações políticas, económicas e sociais, promovidas entre Portugal e Itália.

A nossa investigação confrontou-se com as dificuldades associadas ao número exíguo de abordagens historiográficas sobre as relações entre Portugal e a Itália nos primórdios de Novecentos. Esta circunstância, se nos forçou a trilhar um percurso de trabalho algo desacompanhado, suscitou-nos um alento renovado pela natureza inovadora dos contributos que poderemos apresentar.

O objecto de estudo da dissertação aqui apresentada, entenda-se, o papel de Eusébio Leão nas relações luso-italianas, não mereceu, até ao momento, qualquer tipo de análise aprofundada, tornando a investigação aqui realizada ligeiramente mais árdua, mas ao mesmo tempo mais aliciante.

Tendo em conta essa escassez, toda a base deste trabalho consistiu no acervo documental existente no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acervo de interesse enormíssimo, que merece uma ainda maior investigação para os anos posteriores às balizas cronológicas aqui utilizadas.

No âmbito das relações luso-italianas, sublinhem-se as análises de Joaquim Veríssimo Serrão, volume X¹⁰⁶ e XII¹⁰⁷, do artigo de Bruno Cardoso Reis, *Relações com a Itália*, dado à estampa em *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*¹⁰⁸, coordenado por Maria Fernanda Rollo e a obra de Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*¹⁰⁹. Observe-se a importância relativa concedida às questões diplomáticas entre as duas potências supra indicadas face à centralidade dada à análise das relações externas portuguesas com a Inglaterra ou a França. Neste aspecto, refira-se as obras de António José Telo, um dos grandes especialistas no estudo da I República Portuguesa: *Portugal e Espanha – Nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*¹¹⁰ e *Os Açores e o controlo no Atlântico*¹¹¹.

A natureza abrangente das análises citadas determinou uma análise assaz sumária sobre o âmbito temporal da permanência de Leão em Itália; pelo mesmo motivo, o diplomata republicano não tem merecido uma análise circunstanciada no contexto das obras historiográficas mencionadas.

¹⁰⁶ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, Volume X.

¹⁰⁷ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, Volume XII.

¹⁰⁸ Vide Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, pp. 552-556.

¹⁰⁹ Vide Pedro Soares Martínez, *Op. Cit.*.

¹¹⁰ Vide António José Telo e Hipólito de la Torre, *Op. Cit.*.

¹¹¹ Vide António José Telo, *Op. Cit.*.

Idêntica conclusão poderá ser extraída da leitura às visões de Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires de Oliveira em *A 1ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*¹¹², sobre a política externa no período que mediou entre a implantação da República e o advento da Grande Guerra; ou ainda a obra coordenada por João Paulo Oliveira e Costa, onde o capítulo da autoria de Pedro Aires de Oliveira – “O Ciclo Africano” – se destacou¹¹³, e o livro de Maria Alice Samara, *Bernardino Machado: uma vida de luta*¹¹⁴, que mostra como o primeiro ministro dos negócios estrangeiros (Governo Provisório) tratou da diplomacia portuguesa num momento tão acutilante.

A análise circunstanciada do desempenho diplomático de Eusébio Leão, entre os anos de 1912 e 1916, motivou-nos à consulta dos arquivos/espólios pessoais de vultos

¹¹² Vide Filipe Ribeiro de Meneses & Pedro Aires Oliveira (coord.), *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011.

¹¹³ Vide Pedro Aires de Oliveira, “O Ciclo Africano” in *Op. Cit.*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 341-546.

¹¹⁴ Vide Maria Alice Samara, *Op. Cit.*.

republicanos, tal como Basílio Teles¹¹⁵, José Relvas¹¹⁶, Bernardino Machado¹¹⁷, Teófilo Braga¹¹⁸, Augusto de Vasconcelos¹¹⁹ e António José de Almeida¹²⁰. Os referidos acervos

¹¹⁵ Basílio Teles, publicista, ideólogo e pensador, foi uma das figuras proeminentes da república portuguesa, sendo a sua figura uma das mais conhecidas da sua época. Nascido no Porto a 14 de Fevereiro de 1856, foi naquela cidade que efectuou a maior parte dos seus estudos tendo também, pelo caminho, frequentado a Escola Médico-Cirúrgica em Lisboa, curso que nunca terminou por não concordar com o método de ensino dos seus lentes. Terminando os seus estudos em 1879, começa a lecionar Literatura, Filosofia e Ciências Naturais na Escola Académica do Porto no ano seguinte, em que também se filia ao Partido Republicano Português. Em 1890, no seguimento do *Ultimatum*, cria a Liga Patriótica do Porto que, apesar de acabar extinta, marcava o início da caminhada que culminaria na revolta de 31 de Janeiro de 1891, que, ao fracassar, obrigaria Basílio Teles a exilar-se. Até lá, é eleito delegado pelos republicanos do Porto, e torna-se num dos maiores críticos do ideal “evolucionista” que reinava no seio do partido republicano. Em 1893, após regressar do exílio, é eleito para o Directório do seu partido e terá até 1894 pensado em elaborar uma nova revolução, ideia que abandonaria face à forte vigilância policial que sobre ele caía desde o seu regresso. A partir de então Basílio Teles decide afastar-se da vida política, iniciando a sua carreira de publicista, distinguindo-se no domínio das ciências sociais, filosofia e política. Após o regicídio, e até à implantação da República (onde recusou qualquer cargo ministerial por discordâncias na estratégia política), destaca-se a sua candidatura pelo círculo ocidental da cidade do Porto e a inauguração do Centro Republicano Basílio Teles, no Porto. Até à sua morte a 10 de Março de 1923, foi convidado a integrar 3 governos de ditadura militar (em 1913 após a queda do ministério de Duarte Leite, em 1915, com Pimenta de Castro e em 1917 com Sidónio Pais). Vide Pedro Miguel Páscoa Santos Martins, *O Republicanismo Autoritário de Basílio Teles (1850-1923)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2011.

¹¹⁶ José de Mascarenhas Relvas, filho de Carlos Relvas, um amador tauromáquico, nasce na Golegã a 5 de Março de 1858. Contudo, seria em Alpiarça que acabaria por passar parte da sua vida, num solar que mandou construir a Raul Lino. Frequenta Direito na Universidade de Coimbra, mas saíria 2 anos depois, optando por ingressar no Curso Superior de Letras, curso que terminaria em 1880 com distinção. Destacar-se-á pela sua influência política mas será também um precursor das artes, aprendendo violino, difundindo a sua cultura através de várias viagens e colecionado pinturas, esculturas e porcelanas. No campo político, adere ao Partido Republicano Português em 1907, alinhando na ala revolucionária do partido, tendo, até essa data dedicado-se à administração da sua casa agrícola e ao estudo dos problemas económicos. Após a revolução, onde teve papel preponderante, pertencendo ao Directório, vai destacar-se pelos seus cargos como ministro de Portugal em Madrid (1912-1914), ministro das Finanças (1911-1912) e chefe de governo em 1919, após as intencões monárquicas. Morre em Alpiarça a 31 de Outubro de 1929, no mesmo dia que António José de Almeida. Vide José Relvas, *Memórias Políticas*, Volume I, Lisboa, Terra Livre, 1977.

¹¹⁷ Localizado em Famalicão, no Museu Bernardino Machado, o espólio deste republicano tornou-se essencial para o melhor entendimento do árduo trabalho de Eusébio Leão enquanto secretário do Directório do Partido Republicano, com maior destaque na altura em que o cargo de Eusébio Leão de Ministro Plenipotenciário em Roma coincidiu com a presidência da República de Bernardino Machado.

¹¹⁸ Joaquim Teófilo Braga, historiador, político, historiador e publicista, nasce em Ponta Delgada a 24 de Fevereiro onde, apesar das dificuldades económicas provenientes do falecimento da sua mãe, iniciou a publicação dos vários livros que publicou ao longo da sua vida. Alcança a cátedra de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras em 1872, e é nesse período que inicia um longo estudo do Positivismo, de Augusto Comte. Juntar-se-á ao Partido Republicano Português, tornando-se figura de primeiro plano na organização do centenário de Camões em 1880, pertencendo várias vezes ao Directório do partido e assumindo até o cargo de vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Aquando da implantação da República assumirá, no governo provisório a presidência da República até 1911 e, novamente em 1915 após demissão de Manuel de Arriaga. Apesar do seu feitio algo vitimador e antipático, é impossível não dar relevo à importância política de Teófilo Braga, que foi peça fundamental na construção da República. Vide David Ferreira, “Braga, Joaquim Teófilo” in *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Joel Serrão (dir.), Porto, Companhia Editor do Minho, [s. a.], pp. 367-368.

¹¹⁹ Augusto de Vasconcelos, nascido a 24 de Setembro de 1867 foi médico, professor (Escola Médico-Cirúrgica e Faculdade de Medicina de Lisboa), ministro e diplomata. Formou-se na Escola Médico-Cirúrgica e conclui o curso em 1891. Em 1899 é nomeado demonstrador da secção cirúrgica na mesma instituição, seguido pela nomeação para lente substituto na secção cirúrgica em 1903 e em 1906 torna-se lente catedrático da cadeira de Anatomia Descritiva e Topográfica. Será também director da enfermaria de S. Fernando do Hospital do Desterro; compatibilizará o cargo de cirurgião-director da clinica cirúrgica do Hospital de São José com o de enfermeiro-mor nesta mesma casa. Na esfera política, Augusto de Vasconcelos, republicano desde jovem, inicia o seu trabalho no jornal académico *A Pátria*. Aquando da revolução republicana, tinha a seu encargo a presidência da Comissão Municipal de Partido Republicano Português. A 23 de Março é nomeado embaixador em Madrid, tomando posse a 11 de Abril de 1911, ocupa-o até 12 de Outubro, quando é exonerado do cargo para vir para Lisboa ocupar a pasta do Negócios Estrangeiros no primeiro governo constitucional da República, liderado por João Chagas, onde vai ser essencial para a normalização das relações com as diversas potências mundiais. Com a queda do governo de Chagas, Augusto de Vasconcelos é convidado a formar governo que se constitui a 11 de Novembro de 1911, ficando este a cargo da presidência e da pasta dos Estrangeiros. Pedirá a demissão a 4 de Junho face aos distúrbios populares que afectavam o país. Continuará, contudo, na pasta dos Estrangeiros durante o governo que lhe seguiu (de Duarte Leite) e que durou até

arquivísticos permitiram-nos um confronto com a documentação constante nos fundos relativos às relações luso-italianas do Arquivo Histórico do MNE.

A consulta da imprensa periódica, portuguesa e italiana¹²¹, revelou-se fundamental na investigação realizada. Sublinhe-se, neste contexto, *O Século*, um observador particularmente atento ao percurso de Eusébio Leão. Esta opção editorial viria a ser complementada pelas “Cartas de Itália” de Emídio Garcia, prolixas na demonstração da singularidade constituída por Itália no âmbito da política externa portuguesa. Por outro lado, indicativas da visão italiana sobre Portugal e o regime implantado em Outubro de 1910.

Quanto ao nosso biografado, Eusébio Leão, salientamos a investigação realizada por António Ventura em *Eusébio Leão: um paladino discreto da República*¹²². Trata-se de um estudo biográfico caracterizado por uma reconstituição circunstanciada do percurso profissional, académico e político de Leão. António Ventura, único historiador que biografou

8 de Janeiro de 1913. Seguiu-se o seu regresso a Madrid como ministro de Portugal na capital espanhola a 8 de Agosto de 1914. Irá de seguida ocupar o mesmo cargo em Londres, tendo em ambas as capitais enfrentado várias dificuldades face à Grande Guerra. Com o final desta, Augusto de Vasconcelos é nomeado presidente da delegação portuguesa à Conferência da Paz de 1919. A partir de 1922 dedicará todo o seu conhecimento e esforço político à Sociedade das Nações, onde a sua ajuda foi importantíssima, de tal forma que viria a ser nomeado presidente daquela organização mundial em Maio de 1935. Mantém o cargo até 1937, ano em que atinge o limite de idade. Por fim, destaque-se a sua posição de sócio titular da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, da Associação dos Médicos Portugueses e da Assistência Nacional aos Tuberculosos. Face aos seus inúmeros trabalhos, recebeu variadíssimas condecorações e honras, tanto de Portugal, como de outros países. Viria a morrer em 1951, a 27 de Setembro. Vide [sem autor], “Vasconcelos (Augusto de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXXIV, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 277-279.

¹²⁰ António José de Almeida, médico, político, escritor e jornalista, nasceu em 1866. Estuda na Universidade de Coimbra e acabará por exercer clínica em São Tomé e Príncipe e Lisboa. Destaca-se como orador na pequena minoria republicana representante do Partido Republicano Português nos últimos parlamentos monárquicos. Será vital na consolidação do seu partido, sendo até mesmo preso nas vésperas da fracassada revolução de 28 de Janeiro de 1908. Com a República já implantada, torna-se ministro do Interior, funda e chefia o Partido Evolucionista, tornando-se num adversário de Afonso Costa, apesar de com ele ter formado a União Sagrada tendo em conta Primeira Guerra Mundial. Ficaria a monte com o governo de Sidónios Pais, voltando mais tarde para assumir a presidência da República que cumpriu durante os 4 anos, o primeiro a conseguir tal feito. Morreria a 31 de Outubro de 1929, no mesmo dia que José Relvas. Vide David Ferreira, “Almeida, António José de” in *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Joel Serrão, (dir.), Porto, Companhia Editor do Minho, [s. a.], pp. 114-115.

¹²¹ Note-se que o *La Stampa* era o único com acesso gratuito ao seu arquivo, ao contrário de periódicos como o *Il Messaggero* ou o *Corriere della Serra* que só tinha acesso por meio de pagamento. Este motivo condicionou a nossa possibilidade de consulta.

¹²² Vide António Ventura, *Eusébio Leão: um Paladino discreto da República*, Gavião, Edição da Câmara Municipal de Gavião, 1991.

e estudou este republicano, contribuiu também para a difusão do seu conhecimento através de biografias mais concisas em obras gerais, como é no caso da *História de Portugal*¹²³, dirigida por João Medina, e no *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*¹²⁴, coordenado por Maria Fernanda Rollo, assim como em obras específicas, como é o caso de *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, de sua autoria¹²⁵.

Estas obras de referência foram complementada pela publicação de Jorge Gabriel Henriques intitulada *Eusébio Leão: A agenda de um Governador Civil (1910-1912)*¹²⁶. Iniciativa patrocinada pelo Centenário da República, trata-se, efectivamente, de uma cronologia exaustiva da acção de Eusébio Leão, enquanto governador civil da cidade de Lisboa. Permite-nos conhecer, de forma muito sumária, as opções mas também as solicitações que Leão se encontrou no Governo Civil da capital, uma temática cuja relevância justificaria uma avaliação pormenorizada¹²⁷.

Por fim, destacamos a obra de Emídio Garcia, *Um republicano na cidade do Papas: Crónicas de uma época (1911-1928)*¹²⁸, um trabalho assaz valioso pelas abordagens do autor objecto da nossa investigação, a saber, Eusébio Leão, e naturalmente ao ambiente da acção político, económico e social subjacente ao percurso diplomático do autor.

¹²³ Vide António Ventura, “Eusébio Leão” in *História de Portugal*, Volume X, João Medina (dir.), Lisboa, Clube Internacional do Livro, [s.a.], pp. 230-232.

¹²⁴ Vide António Ventura, “Leão, Francisco Eusébio Lourenço” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 592-593.

¹²⁵ Vide António Ventura, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Circulo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

¹²⁶ Vide Jorge Gabriel Henriques, *Eusébio Leão – A Agenda de um Governador Civil (1910-1912)*, Caldas da Rainha, Património Histórico – Grupo de Estudos / Governo Civil de Lisboa, 2010.

¹²⁷ Sobre o assunto, destaque-se também o trabalho dirigido por José Tengarrinha sobre a história do Governo Civil de Lisboa que aborda toda a história desta, agora extinta, instituição e seus governadores de uma forma resumida, concisa e objectiva. Vide Ana Margarida Batalha, Ana Moura Carvalho, José Correia dos Loios, Maria de Jesus Machado, *História do Governo Civil de Lisboa*, Volumes I e II, José Tengarrinha (dir.), [s.l.], [s.e.], 2002.

¹²⁸ Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*.

Capítulo I – Entre Gavião e Roma. Eusébio Leão: uma biografia

A biografia de Eusébio Leão pode dividir-se em quatro partes: actividade académica (até 1890), actividade político-social (1890-1895), exercício da actividade profissional (1896-1907) e o retorno à actividade política (a partir de 1908). Aquando da instauração do novo regime político aceitou somente o cargo de governador civil exercido até 24 de Fevereiro de 1912, data da nomeação como Ministro Plenipotenciário em Roma.

Francisco Eusébio Lourenço Leão nasceu a 2 de Fevereiro de 1864¹²⁹ em Degracia Cimeira, povoação pertencente à freguesia de Gavião. Oriundo de uma família humilde, teve como pais Ana Heitor, descendente da família Gonçalves Galinhas de Gavião, e Eusébio Lourenço, natural de Amieira do Tejo (município de Nisa)¹³⁰. Em 1884, após a conclusão dos estudos primários, Eusébio Leão fixava-se em Lisboa, com a ajuda dos irmãos, António e Ramiro. Instalava-se na freguesia de Santa Catarina¹³¹.

Os irmãos de Eusébio Leão exerceram grande influência na vida do jovem gaviãoense através, por exemplo, do patrocínio dos seus estudos¹³². Dos dois irmãos, Ramiro destacava-se: o principal responsável pela ascensão social da família. Iniciava-se muito jovem no trabalho rural, assalariado do comendador Adriano Dias, homem responsável pela primeira ida de Ramiro a Lisboa. Uma vez na capital, tornava-se marçano a quem seria possível

¹²⁹ É baptizado dois meses depois a 3 de Abril de 1864 na igreja matriz de Gavião. Vide António Ventura, *Op. Cit.*, p. 6.

¹³⁰ Vide João M. A. Florindo, *Ester Leão – Uma Actriz da República*, Gavião, Editora Ramiro Leão, 2010, p. 18.

¹³¹ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 6.

¹³² Eusébio Leão soube sempre reconhecer os seus irmãos pela ajuda que lhe empregaram, e daí os agradecimentos a eles feito aquando da entrega do trabalho final intitulado “*Algumas Palavras sobre os Parasitas do Paludismo*”. Para além disso, também é importante notar que, apesar da ajuda oferecida, Eusébio Leão lecionou com o intuito de se auto-sustentar, procurando não estar em constante dependência dos irmãos. Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, pp. 7-8. Destaque-se também a dor que a morte de seu irmão António lhe causou: “*Muito e muito agradeço os seus pêsames pela morte do meu irmão. Tem sido realmente um grande desgosto para mim pois que ele foi para a minha educação mais de que um pai. Mas, enfim, aos destinos da vida humana não se foge.*” Carta de Eusébio Leão a José Relvas, 23 de Janeiro de 1921, *Correspondência Pessoal Recebida*, AHCPA, caixa 023, pasta 002.

estabelecer-se por conta própria. A sua primeira loja¹³³ localizava-se na Rua Nova do Almada onde permaneceu até 1888, ano da mudança para a Rua Garrett, onde instalava definitivamente os seus armazéns¹³⁴. As diferenças políticas e ideológicas (Ramiro Leão era monárquico, Regenerador-Liberal, tendo no seu currículo a governação do Banco de Portugal) não impediram os irmãos de uma convivência familiar frutuosa¹³⁵.

Em Lisboa, Eusébio Leão matriculava-se na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, contrariando assim o negócio do seu irmão ao preferir seguir o ramo da medicina. O seu percurso académico era concluído em Julho de 1890, com a apresentação do trabalho final intitulado de “Algumas Palavras sobre os Parasitas do Paludismo”¹³⁶.

Durante a formação académica, Eusébio Leão abraçou o ideário republicano. Foi um dos fundadores do jornal *A Pátria*, órgão académico de Lisboa, publicado a partir de 29 de

¹³³ É nesta primeira loja que surge a história do apelido Leão. Ramiro, que fazia várias viagens ao Brasil numa altura em que se começava a afirmar comercialmente em Lisboa, traz no retorno de uma delas um leão de bronze que lhe chamara a atenção, decidindo, posteriormente, pô-lo no balcão da sua loja, acto este que acabaria por fazer daquele leão um objecto de culto, começando a sua loja a ser conhecida como “A Loja do Leão” Ramiro gosta do epíteto, e rapidamente adopta o nome Leão, autorizando somente os seus irmão a usá-lo também. Vide João M. A. Florindo, *Op. Cit.*, p. 19.

¹³⁴ Vide Idem, *ibidem*, p. 19.

¹³⁵ Outro episódio caricato envolvendo os dois irmãos, foi o divórcio de Eusébio Leão e Laura Virgínia Barros d’Azevedo Lopes (sua primeira mulher) a mando de Ramiro Leão, uma vez que as constantes traições da mulher do seu irmão eram já um dado garantido. Para o demonstrar, leva-o ao Teatro de São Carlos onde ela é apanhada em flagrante. Eusébio Leão acabaria por acatar os conselhos do irmão. Vide João M. A. Florindo, *Op. Cit.*, p. 20.

¹³⁶ Francisco Eusébio Lourenço Leão, *Algumas Palavras sobre os Parasitas do Paludismo*, Dissertação inaugural defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

Janeiro de 1890. Neste periódico colaboraram Brito Camacho¹³⁷, Higino de Sousa¹³⁸, Augusto de Vasconcelos, entre outros. O activismo de Eusébio Leão revelou-se ainda no seu envolvimento no “Manifesto dos Estudantes de Lisboa ao Povo Português”, documento em que os estudantes de Lisboa procuraram fazer face à dissolução, promulgada pelo governo, da Associação Académica de Lisboa a 14 de Fevereiro de 1890¹³⁹; na criação da Federação Académica de Portugal, sendo um dos 68 congressistas presentes, a 23 de Março de 1890¹⁴⁰; ou na presidência da Caixa de Socorro aos Estudantes, entidade que geriu durante os seis anos que esteve em Lisboa¹⁴¹.

Concluída a formação, Eusébio Leão regressou à terra natal em Agosto de 1890, onde iniciou o exercício da prática clínica. A 18 de Agosto de 1890 tornava-se médico municipal

¹³⁷ Manuel de Brito Camacho, estadista de enorme relevo na 1ª República, escritor, jornalista e médico militar, nasce em 1862 e morre em 1934. Colega de Eusébio Leão durante o ensino superior, tira medicina na Escola Médico-Cirúrgica, local onde, juntamente com Leão, inicia a sua vida política face à revolta académica que se construiu perante o ultimato inglês. Ao longo dos anos, e até à implantação da República, será um grande protagonista de propaganda política através do jornalismo, nomeadamente, o jornal *A Lucta*, órgão crucial na divulgação dos ideais republicanos. Em 1908 é eleito deputado pelo círculo de Beja, iniciando assim o seu trabalho no Parlamento em prol da sua ideologia. Após a revolução de 5 de Outubro, onde teve um papel preponderante face às suas amizades no seio militar, volta a ganhar um assento na Câmara dos Deputados e acabará por ser nomeado para a pasta do Fomento a 24 de Novembro de 1910, onde será responsável por um grande conjunto de medidas, onde se destaca o crédito agrícola, os caminhos de ferro e o ensino técnico. Já em 1911, e após a cisão do Partido Republicano Português, forma e lidera a União Republicana, um seguimento do chamado “Bloco”, grupo parlamentar que se forma logo após o nascimento da República. Ao longo da sua carreira política, defenderá sempre os valores da República de forma intensa, destacando-se os períodos da ditadura militar de Pimenta de Castro e as revoluções do Norte e de Monsanto que acabariam por ditar o seu afastamento da actividade partidária. Em 1921 aceita o cargo de Alto Comissário da República em Moçambique, prescindindo assim da direção do seu jornal, *A Lucta*. Por fim, destaque-se também a sua carreira militar de enorme qualidade que culminou com a atribuição do cargo de Coronel em 1919. Vide [sem autor], “Camacho (Manuel de Brito)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume V, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 547-548.

¹³⁸ Higino de Sousa, médico, professor e jornalista, nasce em 1862, morrendo prematuramente em 1904. Este destacado médico forma-se em várias instituições, nomeadamente, a Escola Politécnica de Lisboa, a Escola Médico-Cirúrgica e Instituto Oftalmológico, também em Lisboa, viajando para a Alemanha, permanecendo lá durante dois anos para se especializar em oftalmologia. Trabalhará de seguida no Hospital de São José, onde se torna efectivo. Na sua carreira profissional, há ainda a destacar o seu lugar de sócio na Sociedade das Ciências Médicas e na Sociedade de Geografia, o cargo de secretário da direção da Associação dos Médicos Portugueses, e a sua adesão à Assistência Nacional aos Tuberculosos e a Liga Nacional contra a Tuberculose. Destaque-se, por fim, a sua carreira jornalística que terminou após a sua formatura, sendo o seu ponto alto a participação no jornal académico *A Pátria*, juntamente com Eusébio Leão, amigo e colega de profissão. Vide [sem autor], Sousa (Higino de), in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXIX, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 794-795.

¹³⁹ António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 8.

¹⁴⁰ Vide Caetano Gonçalves, *A primeira legislatura da República Portuguesa (1911-1914)*, Lisboa, Torres & C.ª, 1914, p. 7.

¹⁴¹ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (org.), p. 230.

de Gavião, cargo exercido até Março de 1895, ano em que regressa a Lisboa¹⁴². Envolvido com a vida da comunidade, foi provedor da Misericórdia local¹⁴³, fundou o Clube “Os Gavionenses” e colaborou com vários periódicos locais (*Eco do Alentejo* – jornal com 2 números publicados, *Norte do Alentejo* – jornal com 4 números publicados, *Comércio do Alentejo* – jornal onde publicou dezenas de artigos nos anos de 1892 e 1893, e *O Abrantes* – periódico onde assinava cerca de 25 artigos no ano de 1893, assumindo neste último a sua direção).¹⁴⁴ Dos vários textos publicados, destacavam-se aqueles em que Eusébio Leão criticava de uma forma bastante agressiva a monarquia portuguesa, a família real, o clericalismo e o jesuitismo; defendia uma possível federação ibérica (de cariz republicana) com uma Espanha fragmentada, onde Portugal se destacaria como a província mais poderosa. Tal pensamento incitava-o a defender uma reação hostil perante uma Espanha unida que considerava uma ameaça para a integridade portuguesa. Em contrapartida projectava uma aproximação à Grã-Bretanha, apesar de inicialmente tecer duras críticas a esta aliada. Destaque-se também a valorização que o autor atribuía às doutrinas socialistas e anarquistas¹⁴⁵.

No domínio da intervenção política, Eusébio Leão inseria-se na estrutura do Partido Republicano Português em Portalegre; nessa qualidade, foi candidato por este círculo nas eleições municipais de 1892 e de 1894, alcançando um melhor resultado na primeira (11º lugar com 959 votos) do que na segunda (901 votos)¹⁴⁶. Ainda na década de 90, mais precisamente em 1893, Eusébio Leão era iniciado, com nome simbólico desconhecido, no

¹⁴² Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 9.

¹⁴³ Enquanto geriu este cargo, criou em 1894 uma récita a favor daquela instituição onde conseguiu uma receita de 36000 réis. Note-se também que nesta mesma récita incluía-se no programa uma peça anticlerical chamada Os Lazaristas. Vide João M. A. Florindo, *Op. Cit.*, p. 23 e Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 9.

¹⁴⁴ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, pp. 9-11.

¹⁴⁵ Vide Idem, *ibidem*, pp. 9-11.

¹⁴⁶ Vide Idem, *ibidem*, p. 11.

triângulo a constituir-se em Portalegre (que nunca veio a acontecer), vindo mais tarde, já em Lisboa, a regularizar-se na loja Elias Garcia nº184 (a 5 de Agosto de 1895) e na loja José Estevão nº199 (a 14 de Maio de 1912)¹⁴⁷.

Em Março de 1895 regressava a Lisboa para prosseguir os seus estudos de especialização no Instituto Bacteriológico; a mesma especialização em urologia levá-lo-ia a aprofundar os conhecimentos em Paris, Berlim e Viena¹⁴⁸. Até 1908, Eusébio Leão concentrou a sua actividade no domínio profissional; afastava-se, temporariamente, das lides políticas. Sublinhe-se neste domínio as seguintes vertentes: o trabalho desenvolvido no Hospital de São José; a criação do seu consultório na Rua Garrett; o exercício da função de secretário na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa no início do século XX; a colaboração na revista *Medicina Contemporânea* de 1895 até 1908; a chefia do estabelecimento hidroterapêutico dos Banhos da Poça em São João do Estoril; a eleição para sócio do Instituto de Coimbra (em Junho de 1898); a participação no Congresso contra a Tuberculose (em Fevereiro de 1901) e o seu papel de fundador na Liga Nacional contra a Tuberculose (criada em 1899)¹⁴⁹.

Sem desprimor da atenção à actividade profissional, Leão publicava ainda no jornal a *Vanguarda*, dirigido por Sebastião de Magalhães Lima. Em número reduzido (cerca de cinco artigos), estes têm teor político incidindo, maioritariamente, sobre questões de saúde pública, nomeadamente a tuberculose e o paludismo (a sua especialidade). Integrou o denominado “Grupo de A Lucta”, jornal fundado pelo correligionário e amigo Brito

¹⁴⁷ Face à sua ida para Itália, Eusébio Leão pede a 27 de Fevereiro de 1912 o atestado de quite. Vide António Ventura, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Circulo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 175.

¹⁴⁸ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (drg.), p. 230.

¹⁴⁹ Vide Idem, *ibidem*, p. 230.

Camacho, em 1906. O envolvimento político do autor no esforço de propaganda republicana explicava a sua nomeação para a Junta Directora do Sul no ano de 1902, com a votação de 92 votos¹⁵⁰.

Após o regicídio de 1908, Eusébio Leão regressava à vida política activa, patente na sua participação em comícios e conferências realizados em vários centros republicanos, tais como os da Pena, de Belém, do Centro Rodrigues Freitas e de Santa Isabel¹⁵¹. Neste último, numa das suas primeiras conferências, Eusébio Leão era apresentado como “*Republicano desde os bancos da escola, [...], ele sempre tem acompanhado de coração o partido e se mais não tem feito, é por não poder. Foi efectivamente sugestionado para aderir ao franquismo, mas não podia fazer isso, que seria a renegação dos seus princípios*”¹⁵². Não obstante a gravidade da situação política portuguesa, Leão deixava uma mensagem de esperança: “*o doente se pode ainda salvar, pois a alma popular está com a República*”¹⁵³. Ainda em 1908, no mês de Abril, voltava a candidatar-se pelo círculo de Portalegre, sufrágio em que registou um resultado de 1103 votos¹⁵⁴.

O regresso à política activa culminava na nomeação para secretário do Directório do Partido Republicano Português, na sequência do Congresso de Setúbal realizado entre os dias 23 e 25 de Abril de 1909. Tratava-se de um Directório de cariz revolucionário, conciliando a tarefa de alteração institucional com a presença de figuras que tranquilizavam a sociedade portuguesa pelo moderantismo das posições assumidas¹⁵⁵. Assim, a composição do directório

¹⁵⁰ Vide António Ventura, *Op. cit.*, 1991, p. 12.

¹⁵¹ Vide Idem, *ibidem*, p. 13.

¹⁵² *A Lucta*, 31 de Março de 1908, N°814, p.2.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 2.

¹⁵⁴ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 13.

¹⁵⁵ Em nota aparte, Afonso Costa, defendendo a composição de um Directório que preparasse a revolução, preferia que este fosse composto por figuras que contassem sempre com um apoio absoluto do Partido Republicano, como por exemplo João

agremiava, para além de Eusébio Leão, Teófilo Braga, Basílio Teles, Cupertino Ribeiro¹⁵⁶ e José Relvas, tendo como substitutos Inocêncio Camacho¹⁵⁷ e José Barbosa¹⁵⁸.

Tratava-se de uma fase crítica do Partido Republicano Português, tendo em vista o confronto entre duas correntes: a da continuidade da disputa institucional, baseada nos mecanismos eleitorais, com o intuito de demonstrar que este partido era capaz de governar,

Chagas, José Relvas, Augusto de Vasconcelos, Brito Camacho, Teixeira de Queirós ou Teófilo Braga. Vide A. H. Oliveira Marques (org.), *Correspondência Política de Afonso Costa (1896-1910)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 363.

¹⁵⁶ Cupertino Ribeiro, um prestigiado comerciante e republicano, nasce em 1848 no concelho de Alcobaça e morre em 1922. Enveredando pela vida comercial numa fase jovem da sua vida (marçano desde os 11 anos de idade), criaria em 1886 a sua própria casa comercial: “Cupertino Ribeiro & C”. Para além desta, criaria também diversas indústrias, onde se destaca uma fábrica de estampania e tinturaria em Rio de Mouro, Sintra. Pertencia, como comerciante prestigiado, a diversas associações empresariais, como era no caso da Associação Comercial de Lisboa, a Associação Industrial de Portugal e a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. Quanto à sua ligação com o Partido Republicano Português, é ela bastante antiga, pertencendo ao Directório do partido desde 1902, mantendo-se neste cargo até 1911. A sua colaboração para com o partido foi sempre bastante importante, sendo essencial no auxílio financeiro e na propaganda, face à sua posição de empresário comercial. Já com a república como novo regime político, Cupertino Ribeiro terá sempre um papel bastante interventivo, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado (a partir de 1912) onde várias vezes deu a sua opinião em assunto de teor financeiro através das diversas comissões a que pertenceu (como a Administrativa e a de Obras Públicas, da qual foi presidente). Vide Daniel Alves, “Ribeiro Júnior, José Cupertino” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 691-692.

¹⁵⁷ Inocêncio Camacho, republicano, professor e governador do Banco de Portugal, nasce em Moura em 1867. Cursa na antiga Escola Politécnica de Lisboa, onde em 1899 é nomeado demonstrador de Física no mesmo estabelecimento. A sua carreira profissional como docente continuará a progredir, tendo em 1911 sido nomeado 1º assistente na mesma instituição, e em 1929 nomeado professor da Faculdade de Ciências de Lisboa. Quanto à sua carreira política, Inocêncio Camacho sempre se impusera como um propagandista da República, tendo sido nomeado para vogal do Directório do PRP, acabando por participar de maneira directa na revolução republicana. Já com o novo regime implantado, torna-se no 1º Diretor-geral da Fazenda Pública. Contudo, o maior cargo que viria a desempenhar seria o de Governador do Banco de Portugal após nomeação a 2 de Abril de 1911 e que ocuparia até 30 de Junho de 1936. Também em 1920 seria nomeado Ministro das Finanças, tendo nesse cargo representado o país na Conferência Económica de Londres nesse mesmo ano. Também em 1933 representaria Portugal na Conferência Financeira de Bruxelas. Por fim, destaque-se a sua associação às Sociedades de Estudos Pedagógicos e de Geografia; a sua colaboração em diversos periódicos, onde se destaca o jornal *A Lucta*; e a sua participação em diversas conferências de divulgação científica. Vide [sem autor], “Camacho Rodrigues (Inocêncio)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume V, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 548.

¹⁵⁸ José Barbosa foi um político, republicano e jornalista, destacando-se nesta última área, tanto em Portugal como no estrangeiro enquanto emigrante. Nascido em 1869 na ilha do Fogo em Cabo Verde, José Barbosa cedo se identificou com os ideais republicanos, sendo um dos fundadores do jornal académico *A Pátria*, juntamente com Hígino de Sousa. Autor de críticas violentíssimas contra o regime monárquico, acabaria por ser várias vezes levado para tribunais e prisões. Impossibilitado de exercer jornalismo e política em Portugal, o que o leva a emigrar em 1894 para Espanha e, de seguida, para França, onde se fixaria na cidade de Paris, onde se tornou correspondente de jornais brasileiros. Mais tarde, acabaria mesmo por emigrar para o Brasil, onde se tornaria secretário de redação de diversos jornais daquele país, destacando-se claramente a do *Estado de São Paulo*. Só no ano de 1908 é que regressaria a Portugal, onde continuaria a colaborar com periódicos brasileiros, ao mesmo tempo que colaborava nos preparativos para a revolução republicana (seria nomeado membro suplente do Directório em 1909, mantendo o cargo até 1911) e redigia artigos para o jornal *A Lucta* de Brito Camacho, seu amigo. Com a república já implantada, José Barbosa era nomeado para director e secretário-geral do Ministério do Interior do Governo Provisório, tendo também sido nomeado para a Assembleia Constituinte. Com a fragmentação do Partido Republicano Português, acabaria por seguir a linha de António José de Almeida, listando-se dessa forma no Partido Republicano Evolucionista. Mais tarde, em 1920, no governo presidido por Álvaro de Castro, ocuparia a pasta das Colónias. Por fim, destaque-se também o cargo que ocupou como Vice-Presidente de Administração Financeira e o esforço que depositou na melhoria das relações luso-brasileiras nos anos que antecederam o regime republicano. Vide Luís Almeida, “Barbosa, José” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, p. 383.

uma corrente na qual se destacavam homens de peso político, tais como Bernardino Machado e, por um certo tempo, Afonso Costa¹⁵⁹; e a de cariz revolucionária, mais radical que socorrendo-se do contributo da Carbonária¹⁶⁰, pretendia promover uma viragem efectiva em tempo curto¹⁶¹.

Um dos maiores defensores desta corrente era, entre outros, João Chagas que formulava ideias claras sobre o papel do novo Directório que saiu do congresso de Setúbal: “[...] é entre esse pequeno número de indivíduos que o congresso de Setúbal vai escolher os que hão de compor o último Directório do partido republicano português”¹⁶².

Enquanto secretário do Directório do Partido Republicano Português, Eusébio Leão ficava incumbido das funções de tesoureiro, recorrendo ao cofre forte dos Armazéns do irmão Ramiro para salvaguarda dos recursos financeiros da Revolução¹⁶³. Empenhou-se, por outro lado, na propaganda republicana através da organização de comícios patrocinados pelos centros republicanos. Até à eclosão da revolução republicana, a 5 de Outubro de 1910, o seu contributo político caracterizou-se por intensa actividade, participando em mais de uma trintena de conferências ou comícios por todo o país, defendendo a causa republicana e, em contrapartida, criticando o papel da monarquia decadente. Relativamente à geografia desta actividade, pautou-se por uma relativa disparidade. A maioria, como seria de esperar,

¹⁵⁹ Vide António José Telo, *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, pp. 91-92.

¹⁶⁰ Sociedade secreta que defendia o recurso à violência para acabar com o regime monárquico. Dirigida por Artur Luz de Almeida, António Maria da Silva e António Machado Santos. Contava nas suas linhas com altas figuras da vida militar e civil que ajudavam nas diversas tarefas de vigilância e sabotagem, juntamente com o povo (de quem pretendiam a maior adesão possível. Para além da sua participação no regicídio e em actos bombistas, não oferece qualquer dúvida a sua participação na revolução de 5 de Outubro de 1910 em diversos pontos da capital portuguesa. Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Volume XI, [s. l.], Editorial Verbo, 1995, p. 28.

¹⁶¹ Vide Maria Fernanda Rollo & Fernando Rosas (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2011, p. 75-76.

¹⁶² Vide João Chagas, “Carta ao Congresso de Setúbal, ao reunir-se para eleger o último Directório do Partido Republicano Português” in *Cartas Políticas*, I Série, Lisboa, [s. e.], 1909, p. 292.

¹⁶³ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 14.

ocorreram na capital portuguesa – Lisboa – nos diversos Centros Republicanos; contudo, várias foram as vezes em que o prestigiado republicano rumou a outras cidades e localidades do país para difundir as ideias republicanas: Setúbal, Portalegre, Porto, Leiria, Sacavém, Coimbra, Viseu, Galveias, Barcarena, Miranda do Corvo, Santarém, Alcobaça e Elvas.

Avaliando o empenho de Leão neste período, Machado Santos afirmava: “*Eusébio Leão assina oitocentas circulares e só passados meses consegue, moeda a moeda, recolher algum dinheiro*”¹⁶⁴. Já José Relvas considerava Eusébio Leão como “[...] *o mais activo e dedicado secretário do Directório, seguia uma linha de conduta muito austera na delegação de poderes, tendo a máxima cautela em não confiar jamais a pessoas de reputação duvidosa para a opinião pública*”¹⁶⁵. Do ponto de vista pessoal, era um organizador, meticoloso e providente, menos um espírito revolucionário, na visão do futuro ministro das finanças do Governo Provisório; “[...] *compreendia que a plataforma de combate mais eficaz contra a Monarquia, [...] deveria ser a política tendo por fundamento essencial a seleção dos homens e a honestidade intransigente dos processos*”¹⁶⁶.

Este ideal defendido por Eusébio Leão e apresentado por José Relvas, não compatibilizava com as próprias palavras do secretário do Directório, que sempre se apresentou como defensor do movimento revolucionário, corroborando-se numa entrevista cedida ao jornal *O Século*, nos dias 27 e 28 de Outubro de 1910, ao afirmar: “*O espirito do partido republicano foi sempre revolucionário e não era apenas para dirigir e organizar eleições que o partido elegia o Directório. Este último, ao qual tenho a honra de pertencer, foi eleito, como sabe, em Abril de 1909, no congresso de Setúbal. Nessa sessão o espírito*

¹⁶⁴ Machado Santos, *A Revolução Portuguesa (1907-1910)*, Lisboa, Sextante Editora, Lda, 2007, p. 47.

¹⁶⁵ José Relvas, *Op. Cit.*, p. 75.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp. 100-101.

*revolucionário respirava-se no próprio ar e todos nós, os que fomos eleitos, sentimos bem a responsabilidade que tomávamos para com o partido, que o mesmo equivale a dizer para com o país. Pois desde essa hora nunca mais o Directório deixou de trabalhar para que a revolução se realizasse*¹⁶⁷. O próprio mais acrescenta que o acto em si era “*urgente*”, mas que era necessário “*prepará-lo*”¹⁶⁸.

Assim sendo, entende-se que a visão de José Relvas não compaginava com o empenhamento de Leão nos preparativos da Revolução Republicana entre os anos de 1909 e 1910. Acrescendo um novo título exemplificativo, refira-se a cedência do seu escritório para as reuniões realizadas após a missão republicana ao estrangeiro. Por outro lado, viria a ser determinante em Julho de 1910, quando desaconselha e recusa a antecipação do movimento revolucionário, no advento das pressões de um grupo de marinheiros¹⁶⁹.

De facto, o trabalho de Eusébio Leão revelava-se espinhoso, não apenas pela natureza da tarefa mas também pelas condições do seu exercício, subsidiárias das rivalidades internas no Partido Republicano Português. As 35 cartas trocadas entre Leão e Basílio Teles (compreendidas entre os anos de 1908 e 1910) reflectem as desinteligências endógenas e as suas consequências. Sublinhe-se que no decurso dos dois anos de correspondência, só a missiva de 15 de Janeiro de 1910 expressava alguma convergência entre os líderes republicanos. Segundo explicava o secretário do Directório, a reunião do dia anterior tinha sido “[...] *a melhor a que tinha assistido, não havendo incompatibilidades pessoais [...]*”¹⁷⁰. Até então, e dali em diante, as divergências preponderavam no partido.

¹⁶⁷ António Ventura, *Os homens do 5 de Outubro – Nos bastidores da República*, Lisboa, Ésquilo, 2010, pp. 66-67.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 67.

¹⁶⁹ Vide José Relvas, *Op. Cit.*, pp. 93, 94 e 98.

¹⁷⁰ Carta de Eusébio Leão a Basílio Teles, 15 de Janeiro de 1910, *Espólio de Basílio Teles*, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Caixa P5A, n.º 714 A.

Pedindo instantaneamente a Teles para se deslocar a Lisboa¹⁷¹, Leão não poupava críticas a Bernardino Machado, acusado de promover a instabilidade do partido, a destruição do Directório, uma revolução interna ou de tentativas para subjugar o PRP às suas vontades e interesses. A circunstância de Bernardino Machado ter recusado participar na missão republicana às capitais europeias¹⁷² contribuía para reforçar as censuras do secretário do Directório que, em vão, tentou persuadir o líder republicano do inverso¹⁷³. A Leão também não era indiferente as relações tensas entre Bernardino Machado e João Chagas, como relatava a Basílio Teles¹⁷⁴.

Estranhamente, ou talvez não, o desempenho das funções de secretário do Directório empolgaram Eusébio Leão, como confessava a José Relvas: “*Francamente, isto apaixonou-me!*”¹⁷⁵. Foi essa paixão que, independentemente das várias adversidades que defrontou, o manteve na dianteira dos destinos da futura República portuguesa. Nas palavras de José Barbosa, um dos membros do Directório, em entrevista publicada no periódico *A Capital*, no dia 17 de Outubro de 1910, diz, firmemente, que “[...] o dr. Eusébio Leão, secretário do Directório e cujos serviços – nunca é demais dizê-lo – e cuja dedicação e lealdade nos serão inolvidáveis”¹⁷⁶.

¹⁷¹ Em resposta a uma destas cartas, Basílio Teles diz mesmo que já não se revê no Partido Republicano, ponderando mesmo retirar-se da vida pública. Nessa mesma resposta pergunta a Eusébio Leão: “[...] e se algum dos nossos homens adormecem? Pode V.E. sacudi-los?”. Carta de Basílio Teles a Eusébio Leão, 24 de Fevereiro de 1910, *Espólio de Basílio Teles*, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Caixa P11A, nº 1191 A.

¹⁷² Carta de Eusébio Leão a Bernardino Machado, 10 de Maio de 1910, *Museu Bernardino Machado*.

¹⁷³ Ainda em relação à missão ao estrangeiro, também é importante referir que o secretário do Directório acreditava que se devia incluir Madrid nas cidades escolhida para a missão ao estrangeiro (Paris e Londres). Carta de Eusébio Leão a José Relvas, 5 de Julho de 1910, *Correspondência Pessoal Recebida*, AHCPA, caixa 023, pasta 002.

¹⁷⁴ “*O Chagas decerto lhe conta tudo, incluindo a cena violenta dele com o Bernardino. [...] Veio à reunião da Junta exclusivamente para defender o C. e Costa! Valeu-lhe uma boa sova, não haja dúvida.*” Carta de Eusébio Leão a José Relvas, 28 de Junho de 1909, *Correspondência Pessoal Recebida*, AHCPA, caixa 023, pasta 001.

¹⁷⁵ Carta de Eusébio Leão a José Relvas, 11 de Junho de 1909, *Correspondência Pessoal Recebida*, AHCPA, caixa 023, pasta 001.

¹⁷⁶ António Ventura, *Op. Cit.*, 2010, p. 57.

Eusébio Leão tornava-se uma das figuras principais nas últimas reuniões de preparação do movimento revolucionário, como a ocorrida no Centro de São Carlos em finais de Setembro, entre o Directório e a Junta Consultiva; mas também os encontros realizados no seu consultório na Rua Garrett, nomeadamente, o de 2 de Outubro¹⁷⁷. Participaria de igual modo na última reunião conjunta, organizada na casa da mãe de Inocêncio Camacho, na Rua da Esperança¹⁷⁸.

O seu desempenho no âmbito da acção revolucionária ficou condicionado às condições de saúde precárias¹⁷⁹. Acompanhou os correligionários aos banhos de São Paulo, juntamente com os outros republicanos; contudo, a ausência de melhoras levou José Relvas a transportá-lo para o consultório e, mais tarde, para o Hotel d'Europe onde secundou a incerteza geral sobre o curso dos acontecimentos “[...] *Leão reclamava, estendido no leito, algum conforto, menos pelo mal físico de que sofria que pelas previsões pessimistas, que também o assaltavam*”¹⁸⁰.

Finda a revolução, o Directório dirigiu-se para o Largo do Município, onde a República foi proclamada no edifício da Câmara Municipal de Lisboa. A tarefa, executada às 9 horas da manhã era cumprida pelo secretário do Directório do Partido Republicano, Eusébio Leão que, na varanda daquele edifício anunciava entusiasticamente que a República acabava de substituir a Monarquia no governo da nação¹⁸¹. Esta sua acção, desvirtualizada pela falsa ideia que teria sido José Relvas a efectuá-la, era confirmada pelo próprio numa

¹⁷⁷ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 17.

¹⁷⁸ Vide José Relvas, *Op. Cit.*, p. 111.

¹⁷⁹ “*Mas decididamente Leão era naquele momento um embaraço [...]*” Idem, *ibidem*, p. 117.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 144.

¹⁸¹ Vide Anónimo, “Da Monarquia À República – Relato do Movimento que Originou a Implantação da República em Portugal” in *O 5 de Outubro Por Quem o Viveu. Reportagens, Depoimentos e Relatórios*, António Ventura (org.), Lisboa, Livros Horizonte, 2010, p. 309.

entrevista concedida a Rocha Martins, para a *Ilustração Portuguesa*. Nesta, Eusébio Leão afirmava: “*Reunimo-nos n’um instante, e eu, como secretário do Directório, fiz comovidamente a proclamação, como consta do auto lavrado. Cheguei à varanda com os meus companheiros; tremíamos de uma enorme emoção ao vermos os nossos esforços e toda essa enérgica e seguida obra de propaganda, obter um êxito tão ambicionado. [...] – Viva a República! Gritei no fim da proclamação e durante uma larga meia hora, não se ouviu mais do que repetir esse brado.*”¹⁸² O episódio despertava em Leão saudade e felicidade pelo feito que ele e os seus colegas conseguiram atingir, e por isso mesmo declarava na entrevista sem hesitação: “*Foi o dia mais feliz da minha vida!...*”.¹⁸³

Na mesma varanda onde o secretário do Directório proclamou a República, Inocêncio Camacho leu para a multidão a lista daqueles que fariam parte do Governo Provisório e Eusébio Leão era então imediatamente nomeado governador civil de Lisboa, ficando encarregue de comandar os destinos da capital do país.

Concluída a cerimónia, dirigiu-se ao Quartel do Carmo, juntamente com Feio Terenas, para oferecer a bandeira republicana pertença do Directório, a qual era hasteada por Malaquias de Lemos após várias peripécias, segundo António Maria da Silva¹⁸⁴. Em 27 de Outubro, explicava detalhadamente a sua participação na revolução em entrevista ao jornal *O Século* onde explica o que foi a revolução e todos os seus movimentos. Neste interessante relato, Eusébio Leão enaltecia o forte cuidado que existiu na organização da revolução, que

¹⁸² *Ilustração Portuguesa*, 1911, nº 257, 23 de Janeiro, p. 118.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 119.

¹⁸⁴ Vide António Maria da Silva, *O Meu Depoimento – Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*, Volume I, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Lda., [s.a.], p. 376.

o próprio definia como metódica, ordenada, planeada e com lógica, contando nas suas linhas com republicanos aguerridos e exaltados, e outros “menos românticos”, mas serenos¹⁸⁵.

Identificava João Chagas e Cândido dos Reis como as almas da revolução, mas engrandecia o papel do Directório na organização do movimento revolucionário, a sua grande missão, para a qual os membros haviam sido nomeados.¹⁸⁶ Abordando a questão do capital necessário para a revolução, Eusébio Leão destacava as discussões e desentendimentos que houve nesse assunto, onde se decidiu que seria o próprio Directório a financiar a revolução, sendo o próprio Leão nomeado para tesoureiro, uma decisão que, segundo o biografado, não passou com unanimidade.

Neste aspecto, o entrevistado salientava a recusa por parte dos republicanos em aceitar um empréstimo do estrangeiro, excluindo por completo a aceitação de ajuda por parte de “*estranhos*”¹⁸⁷. A maioria dos fundos tinham por objectivo a aquisição de armas (700, número suficiente e que encontrou entendimento dentro do partido, segundo o secretário do Directório) e munições. Destacava também a missão ao estrangeiro, liderada por Magalhães Lima, Alves da Veiga e José Relvas, com conclusão favorável às pretensões republicanas, mas que precavia os republicanos a organizar a revolução de uma forma ainda mais meticulosa¹⁸⁸.

Por fim, Eusébio Leão abordava as tentativas revolucionárias não concretizadas em Julho e em Agosto, descrevendo de seguida, de uma forma escrupulosa, toda a revolução iniciada a 3 de Outubro, sem omitir as falhas ocorridas no movimento que, no entanto, obteve

¹⁸⁵ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 2010, p. 66.

¹⁸⁶ Vide Idem, *ibidem*, p. 67.

¹⁸⁷ Vide Idem, *ibidem*, p. 68.

¹⁸⁸ Vide Idem, *ibidem*, p. 69.

um final feliz. Existia, portanto, por parte de Eusébio Leão uma necessidade de redimir o seu partido e o Directório que geriu, defendendo que todo o trabalho foi planeado e organizado, independentemente do plano concreto ter sido muito mal aplicado.

Eleito para a Assembleia Nacional Constituinte pelo círculo de Portalegre após reunir o maior número de votos (24) numa reunião distrital do partido que decorreu no início de Abril¹⁸⁹, assumiu aquele cargo até à extinção da assembleia; transitando de seguida para o Senado¹⁹⁰. Nesta câmara, Eusébio Leão alinhou pelo chamado “Bloco” composta pelas forças conjuntas de António José de Almeida e Brito Camacho. Aquando da cisão do Partido Republicano, no congresso do partido realizado a 30 Outubro de 1911¹⁹¹, seria de esperar a sua integração no partido de Brito Camacho. No entanto, Eusébio Leão acabaria por não entrar nos quadros do partido que se formaria¹⁹².

A razão desta ausência relacionava-se com a saída de Eusébio Leão para Itália para ocupar o seu cargo de Ministro Plenipotenciário em Roma, aquando da formação do dito partido – União Republicana – a 27 de Março de 1912. Enquanto deputado na Assembleia Nacional Constituinte, Eusébio Leão foi nomeado para a Comissão dos Negócios Estrangeiros com 61 votos, cargo que viria a reassumir já no Senado.¹⁹³ Já nesta câmara, para além da sua nomeação para Vice-Presidente, interveio em diversas situações, destacando-se: a regularização do jogo, a luta contra a medicina ilegal, discussão de diversos orçamentos, a educação, a regulamentação do Senado e a saúde pública.

¹⁸⁹ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 20.

¹⁹⁰ Onde é eleito Vice-Presidente da mesa.

¹⁹¹ Vide António Ventura, *Op. Cit.*, 1991, p. 22.

¹⁹² Vide Idem, *ibidem*, p. 23.

¹⁹³ Vide Idem, *ibidem*, p. 21.

Como já foi exposto, logo após a revolução, Eusébio Leão assumiu o cargo de Governador Civil de Lisboa, cargo que exerceu desde o preciso momento em que o seu nome foi anunciado à população lisboeta a partir da varanda da Câmara Municipal de Lisboa no dia 5 de Outubro. Em termos oficiais, e por decreto do *Diário de Governo*, Leão seria nomeado para este cargo a 26 de Outubro de 1910, tendo o decreto sido publicado somente a 29¹⁹⁴.

O Governo Civil de Lisboa desempenhou um papel fundamental, sendo o titular do cargo essencial para prevenir a afirmação de um vazio no poder político e a verdade é que Eusébio Leão, enquanto governador civil, seria “[...] *das poucas presenças fortes, no decurso do acto revolucionário e no período imediatamente posterior, assumindo o papel de garante da ordem pública de uma forma muito pessoal e centralizadora, evidenciando os valores a preservar ou seja, os direitos individuais, o direito à propriedade e o respeito às autoridades e particularmente aos elementos do clero*”¹⁹⁵.

As suas prioridades consistiriam em garantir a ordem e a tranquilidade pública na capital, exigindo respeito pelos cidadãos e pelas propriedades respectivas, independentemente da nacionalidade, classe, profissão, opinião política ou religiosa¹⁹⁶. Os referidos objectivos davam lugar aos editais mandados publicar nos dias 5¹⁹⁷, 6¹⁹⁸ e 9¹⁹⁹ de Outubro, todos de ordem pública. Por outro lado, Eusébio Leão instruiu a emissão de mandado de captura a todos os indivíduos apanhados em flagrante a desrespeitar a ordem pública. Desta sua medida, sublinhe-se: a perseguição, e respectivo mandado de captura, a

¹⁹⁴ Vide José Tengarrinha (dir.), *Op. Cit.*, Volume I, p. 242.

¹⁹⁵ Vide Idem, ibidem, pp. 223-224.

¹⁹⁶ Vide *A Lucta*, 1910, nº 1727, 7 de Outubro, p. 1.

¹⁹⁷ Vide *Diário do Governo*, 7 de Outubro de 1910, I Série, nº2, p. 5.

¹⁹⁸ Vide Idem.

¹⁹⁹ Vide *Diário do Governo*, 10 de Outubro de 1910, I Série, nº4, p. 21.

um grupo de forasteiros que assaltara a Guarda Municipal; a ordem de prisão a padres e criados do Convento do Quelhas (em consequência do seu jesuitismo eram considerados uma grave ameaça para o recém regime português) e a captura de todos aqueles que fossem apanhados a atacar pessoas e propriedades²⁰⁰. Apesar da sua intervenção, o número elevado de queixas justificou a realização de uma rusga geral em Lisboa, a 10 de Outubro, para deter qualquer pessoa com cadastro criminal²⁰¹.

Os procedimentos supra descritos valeram forte acolhimento ao Governador Civil de Lisboa a quem foram enviadas felicitações e saudações por parte de individualidades, colectividades e repórteres, não só pelo trabalho desenvolvido nos primeiros dias após a revolução, mas também pela própria implantação da República²⁰².

As opções de Eusébio Leão no Governo Civil de Lisboa mereciam igualmente o reconhecimento do periódico francês *Le Matin* que, admirado com a tranquilidade que reinava na capital portuguesa, afirmava que Lisboa dera uma lição ao mundo inteiro²⁰³. Volvidos 10 dias sobre a Revolução, os periódicos republicanos afirmavam que a tranquilidade e calma encontravam-se restabelecidas. A opinião era compartilhada por jornais, diga-se, “independentes”, como o *Diário de Notícias*, e monárquicos, como por exemplo, *O Dia*. O primeiro enfatizava que “*Quem ontem [11 de Outubro de 1910], e até mesmo já ante-ontem percorresse, não só pelas principais artérias da cidade mas ainda os sítios mais escuros, até as alfurjas, d’onde, em circunstâncias idênticas, n’outras terras, saem criaturas que, não professando nenhuma crença política, são a vergonha e o ultraje de*

²⁰⁰ Vide *A Lucta*, 1910, n° 1729, 9 de Outubro, p. 2.

²⁰¹ Vide *A Lucta*, 1910, n° 1739, 11 de Outubro, p. 2.

²⁰² Vide *ibidem*, p. 2.

²⁰³ Vide *ibidem*, p. 2.

todas, apregoaria que não há centro mais tranquilo e metrópole mais bem policiada que a de Lisboa”²⁰⁴; já o segundo declarava que “[...] *hoje [11 de Outubro de 1910], tudo se regulariza em Lisboa na mais completa e cordial paz, no mais perfeito sossego tranquilizador. Todos os que mourejam pela vida, aí percorrem, já, as ruas da nossa formosa capital, isentos de sustos e de receios [...]*”²⁰⁵.

Quanto à administração do Governo Civil, a inexperiência republicana e os escassos avanços sobre o *Código Administrativo*, ditavam a reposição imediata, a título provisório, do código de 1878, mais democrático e liberal, ao contrário do código de 1896 que era criticado por ser demasiado conservador. Aquele, era caracterizado pela forte descentralização que, consequentemente concedia ao Governador Civil um leque de poderes ilimitados, uma vez que este passaria a superintender todos os magistrados e corpos administrativos, provendo em casos omissos e urgentes (casos estes que não têm definição concreta, dando a ideia que os seus poderes acabam por ser ilimitados)²⁰⁶. A verdade é que Lisboa não se podia reger por um código de 42 anos, tanto mais acabada de se tornar capital de um país de regime republicano. Para remediar a situação são adoptadas partes do Código Administrativo de 1896, enquanto era preparado um novo texto propício à nova realidade política²⁰⁷.

À data da nomeação de Eusébio Leão, o Governo Civil de Lisboa encontrava-se debilitado em termos financeiros. Tal motivo conduziu ao inquérito sobre a instituição, apurando-se um desvio de fundos da beneficência municipal²⁰⁸. Esse desvio, efectuado pelo governador civil que antecedeu Eusébio Leão, isto é, o último da monarquia, Alfredo Mendes

²⁰⁴ *Diário de Notícias*, 1910, nº 16134, 12 de Outubro, p. 1.

²⁰⁵ *O Dia*, 1910, nº 3176, 11 de Outubro, p.1.

²⁰⁶ Vide José Tengarrinha (dir.), *Op. e vol. cit.*, pp. 224-225.

²⁰⁷ Vide Idem, *ibidem*, p. 225.

²⁰⁸ Vide *A Lucta*, 1911, nº 1860, 21 de Fevereiro, p. 1.

de Magalhães Ramalho²⁰⁹, atingiu o valor de 651.500 réis, e foram distribuídos por “[...] 15 pessoas cuja indigência não foi comprovada por qualquer documento [...]”.²¹⁰ Demonstrou-se uma discrepância entre os gastos dos funcionários do Governo Civil e o rendimento auferido, o que fazia indiciar a eventualidade de corrupção. Eram três os casos que levaram a essa conclusão: o primeiro, da autoria do dr. Almeida Azevedo, juiz de instrução criminal, que, para além de custar ao Estado 10.000 réis para ter uma viatura que não usava (era utilizado para uso pessoal da sua família), uma vez que o próprio se deslocava a pé para o local de trabalho, auferia do Estado a quantia avultada de 520.000 réis no pagamento de agentes informadores para “[...] que lhe dessem notícias boas e em conformidade com a importância destas...”²¹¹; o segundo, que envolvia José Luciano de Castro²¹², estava ligado ao vencimento auferido por dois polícias (4.000 réis cada um) que estavam todos os dias na casa do antigo líder do Partido Progressista, uma despesa que, no entanto, era descrita como de “[...] transportes no serviço do ex-chefe progressista!”²¹³; e, por fim, o terceiro caso associado a gratificações mensais a quatro chefes de polícia (Ferreira, Sarmento, Sacarrão e Baeta Dias) como auxílio para renda de casas (equiparando-se assim a chefes de esquadras)

²⁰⁹ Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho, nascido a 7 de Setembro de 1865, formou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra e integrou o curso do Corpo do Estado Maior na Escola do Exército em 1888, tornando-se oficial do exército, tendo atingido o cargo de General em 1928. Toda a sua carreira política gravitou em torno dos assuntos militares. Membro do Partido Regenerador, foi deputado pelo círculo de Lamego, vogal da Comissão Superior de Guerra (1902), da Comissão Superior dos Caminhos de Ferro e do Supremo Tribunal Militar, foi director da Escola Preparatória de Oficiais Milicianos de Lisboa, subdirector dos Serviços do Exército, chefe do Gabinete do Ministro da Guerra em 1909, chefe interino do Estado Maior do Exército e Governador Civil de Lisboa, o último do regime monárquico, durante o ministério de Teixeira de Sousa, entre 27 de Junho de 1910 e 5 de Outubro de 1910. Vide José Tengarrinha (dir.), *Op. cit.*, Volume II, pp. 62-63.

²¹⁰ *A Lucta*, nº1860, 21 de Fevereiro, 1911, p. 1.

²¹¹ *A Lucta*, nº1864, 25 de Fevereiro, 1911, p. 1.

²¹² José Luciano de Castro nasce a 14 de Dezembro de 1834 e morre a 9 de Março de 1914. Advogado, jornalista (contribuiu para diversos periódicos, como por exemplo, o *Observador* e o *Conimbricense*) e político, é nesta última carreira que se vai destacar perante o povo português. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exercerá uma grande influência na esfera política portuguesa, como chefe do Partido Progressista, deputado no Parlamento, como Presidente do Conselho de Ministros por várias vezes, Conselheiro de Estado, Director Geral dos Próprios Nacionais, Vogal Efectivo aposentado do Supremo Tribunal Administrativo e como governador da Companhia Geral do Crédito Predial Português. Entre outros cargos que assumiu, fundará também a revista de jurisprudência *O Direito*. Vide [sem autor], “Castro (José Luciano de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume VI, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 249.

²¹³ *A Lucta*, nº1864, 25 de Fevereiro, 1911, p. 1.

e que, em soma, recebiam emolumentos não auferidos pelos que fazem serviços nas esquadras²¹⁴.

Observada a ordem, Eusébio Leão traçava uma curta lista de objectivos, a saber, a organização da saúde pública, a assistência pública e privada e a beneficência na capital, sendo que são estes dois últimos aqueles que acabaram por ter a maior atenção por parte do novo Governador Civil. Evidencie-se, no entanto que os esforços empreendidos até Fevereiro de 1912 não reverteram na resolução integral dos problemas da cidade que adquirira neste momento uma feição insurreccional.

Uma das primeiras medidas estruturais foi a organização da nova polícia cívica de Lisboa, um corpo de segurança formado para os fins a que se destinava. Para tal, solicitou aos cidadãos informação sobre os abusos de autoridade policial. Para esta operação, e após reunião com António José de Almeida (Ministro do Interior), é nomeada uma comissão que tinha por objectivo a reorganização do antigo corpo de polícia civil que passaria então a chamar-se de Polícia Cívica de Lisboa. A Comissão seria composta pelo major de artilharia Alberto Carlos da Silveira, por João Duarte Menezes e por João Cordeiro Júnior²¹⁵. Todo este trabalho levado a cabo pela comissão nomeada e pelo próprio governador civil de Lisboa, Eusébio Leão, encontraria a sua conclusão a 28 Abril de 1911 com o seguinte resultado: “*A cidade de Lisboa será dividida em três zonas policiais, do comando de oficial, descentralizando-se assim o serviço que até agora só acumulava no governo civil. Aqui vão ser estabelecidas aulas para educação e instrução dos guardas, alguns dos quais aprenderão francês e inglês, estando assim aptos a tratarem com estrangeiros, especialmente em serviço*

²¹⁴ Vide *A Lucta*, nº1864, 25 de Fevereiro, 1911, p. 1.

²¹⁵ Vide *A Capital*, nº 107, 15 de Outubro, 1910, p. 1.

*de embarque a bordo dos navios. A admissão dos guardas é provisória por um ano, findo o qual serão reconduzidos se manifestarem aptidões para o serviço policial e serão sujeitos, à entrada, a rigorosa inspeção médica de forma a garantir ao novo corpo de polícia a robustez e saúde necessárias ao desempenho das suas funções.”*²¹⁶

Entre os finais do mês de Outubro e inícios do mês de Novembro, verificaram-se as primeiras greves. A primeira ocorreu a 24 de Outubro, desencadeada pelos condutores e dos carroceiros²¹⁷. Contudo, as mais trabalhosas para o Governador Civil, foram as da Companhia da Carris, da Companhia União Fabril, e da Companhia das Electricidades e Gás. Nos primeiros movimentos grevistas, Eusébio Leão assumiu o papel de intermediário nas negociações entre o operariado e a direcção das diversas companhias supracitadas (onde se destaca, fortemente, a de Caminhos-de-Ferro da Carris), uma função que viria a rejeitar face ao aumento de tensão entre as partes em litígio, passando essa arbitragem a ser muitas vezes exercida pelo próprio Governo²¹⁸. No entanto, em 1911, as greves adquiriram nova força, com a junção das companhias de caixeiros e ferroviários que reivindicavam o aumento de salários e a redução dos horários de trabalho. Face ao acréscimo de protestos, liderados pelas diferentes fações dissidentes do Partido Republicano Português, Eusébio Leão pedia às comissões de paróquia do Partido Republicano para ajudarem a policiar a cidade o que levou a uma maior eficácia na repressão das greves²¹⁹. Em suma, o operariado sentia-se, de certo modo, “traído” pelos dirigentes republicanos²²⁰.

²¹⁶ *A Capital*, 1911, n° 295, 29 de Abril, p. 1.

²¹⁷ Vide *A Lucta*, 1910, n° 1744, 25 de Outubro, p. 2.

²¹⁸ Vide *A Lucta*, 1911, n° 1884, 17 de Março, p. 2.

²¹⁹ Vide José Tengarrinha (dir.), *Op. cit.*, Vol. I, pp. 226-227.

²²⁰ Vide *Idem, ibidem*, p. 227.

Nesta mesma altura (Outubro e Novembro), Eusébio Leão anunciava a luta contra a mendicidade, designada de industriosa, através da ordem de prisão imposta a todos os mendigos que “enxameiam” a cidade, e o envio para as terras naturais dos chamados “tocadores ambulantes”²²¹. Neste aspecto, o combate à mendicidade infantil (e o desenvolvimento da assistência infantil) encontrou em Eusébio Leão um dos maiores apoiantes, sendo “*a principal preocupação do sr. governador civil [...] providenciar de forma que acabem as exibições repugnantes pelas ruas, determinando também que sejam rigorosamente castigados os indivíduos que exerçam a indústria da mendicidade por intermédio de crianças a quem torpemente exploram.*”²²². Neste sentido, tenha-se em conta a ordem expressa por Leão, para que “*não se consinta o espetáculo imoral, agora muito em uso, de crianças cantarem, nos animatógrafos, canções mais ou menos frescas*”²²³ e o seu empenhou na construção e/ou reabilitação de casas para órfãos, crianças e jovens abandonados, uma acção promovida junto do ministro da Justiça e dos Cultos, Afonso Costa e do director do Instituto de Caxias, o padre António de Oliveira. Procurou, por outro lado, a colocação de crianças abandonadas nas várias instituições de apoio à criança dispersas por Lisboa²²⁴.

Relativamente à assistência social, no Decreto de 25 de Maio de 1911, emanado pelo Governo Provisório, criaram-se novas instituições dependentes da recém-constituída Direção Geral de Assistência que, em teoria, deveriam aliviar os encargos dos governadores civis, à excepção do de Lisboa que se deparava com um aumento das suas funções, tais como: ser vogal do Conselho Nacional de Assistência Pública, presidir à Comissão Central de

²²¹ Vide *A Capital*, 1910, nº 138, 15 de Novembro, p. 2.

²²² *A Capital*, 1910, nº121, 29 de Outubro, p. 1.

²²³ *A Capital*, 1911, nº 229, 18 de Fevereiro, p. 2.

²²⁴ *A Lucta*, 1910, nº 1755, 4 de Novembro, p. 2.

Assistência de Lisboa e a nomeação de quatro pessoas para esta comissão que tinha por funções a superintendência de todas as instituições e serviços de assistência²²⁵. Estes seus novos encargos, claramente, transcendiam os limites regionais do governador civil de Lisboa, dando assim mais provas da capital importância deste cargo para o governo português.

O jogo, uma actividade ilegal praticada por toda a cidade, recolheu as atenções do Governador Civil. Após uma primeira tentativa de fazer cessar a prática, infrutífera, Eusébio Leão alterou a abordagem deste tema, passando a defender a legalização e regulamentação de todos os jogos, revertendo as receitas a favor do Estado. Contudo, esta estratégia nunca foi posta em prática, muito devido aos entraves impostos no parlamento por parte de deputados mais conservadores, nomeadamente, Artur Costa, Adriano Pimenta e Faustino da Fonseca²²⁶, que apresentavam como contra-argumento (um deles), a inconsistência republicana em face das críticas dirigidas a D. Manuel II, apodado de “Rei de Copas”, na sequência do anúncio de uma proposta de regularização do jogo. Em réplica, Leão, entre outros, advogava a necessidade de adequação dos conteúdos programáticos e da acção política dos partidos às conjunturas e necessidades da sociedade²²⁷. A divergência parlamentar neste assunto era notória.

Em 1911, Eusébio Leão parecia empenhar-se numa campanha de propaganda republicana pelos vários concelhos do distrito de Lisboa. Este propósito ficaria condicionado pelo surto grevista ocorrido nesse ano. Na primeira quinzena de Janeiro, o Governador Civil solicitava ajuda às várias juntas de paróquia na repressão das greves, mais concretamente dos

²²⁵ Vide José Tengarrinha (dir.), *Op. cit.*, Vol. I, p. 228.

²²⁶ Vide *Diário do Senado*, Sessão de 6-2-1912, p. 13.

²²⁷ Vide *Diário do Senado*, Sessão de 6-2-1912, pp. 15-16.

arruaceiros, desordeiros e incumpridores da lei²²⁸. Ao fazer uma leitura geral de todas as greves ocorridas em Lisboa durante a magistratura de Eusébio Leão, deparamo-nos com o seguinte resultado: das 185 greves que houve entre 1903 e 1912, 94 aconteceram nos anos de 1910 (36), 1911 (42) e 1912 (16)²²⁹.

Estas dificuldades teriam como expoente o denominado Motim das Chinesas, ocorrido em Novembro de 1911. Tratou-se de um caso muito mediatizado que mobilizou parte considerável da população lisboeta. No fundo, tratava-se de duas cidadãs oriundas de Macau com aptidão para o tratamento de doenças oftalmológicas²³⁰. Para Eusébio Leão, redundava em “pura charlatice”. No entanto, a notícia de curas sucessivas entusiasmava a população mais desfavorecida da sociedade. O Governador Civil reagia com a interdição do exercício de prática médica às cidadãs oriundas de Macau. No entanto, evidenciava-se a perseverança dos populares em filas longuíssimas na baixa da capital, os protestos ou ainda as manifestações contra a acção do Governo Civil o que determinaria a expulsão das “chinesas” de Lisboa, escoltadas pela polícia cívica até à fronteira espanhola²³¹.

Um mês antes da sua exoneração, o Governador Civil de Lisboa confrontou-se com a greve geral de Janeiro de 1912, à qual o executivo de Augusto de Vasconcelos respondia com a declaração de estado de sítio na capital²³² e a suspensão das garantias constitucionais. Lisboa apresentava-se caótica em termos sociais justificadas por Eusébio Leão, no Senado,

²²⁸ Vide José Tengarrinha (dir.), Maria de Jesus Machado, *op. cit.*, Vol. I, p. 217-257.

²²⁹ Vide A.H. de Oliveira Marques (coord. e dir.) & Joel Serrão (dir.); *Nova História de Portugal*, Volume XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 222.

²³⁰ Vide José Tengarrinha (dir.), *op. cit.*, Vol. I, p. 229.

²³¹ Vide *A Capital*, 1911, nº 479, 26 de Novembro, p. 1. Deste episódio, há ainda a destacar a famosa lenda da varina que terá dito a Eusébio Leão: “*Se os senhores do Governo lá estão é porque lá os pôs o povo, e de lá pode tirá-los o povo.*”. A veracidade da história é uma incógnita, mas este aviso, que tinha como destino final todo o governo, demonstra a importância de Eusébio Leão para o povo português que, em suma, se mostra como a “personificação” do povo e seu correspondente, pelo menos, em Lisboa. Vide José Tengarrinha (dir.), *op. cit.*, Vol. I, p. 229.

²³² Vide Idem, *ibidem*, p. 229.

com a existência de distúrbios associados a grandes manifestações colectivas, quaisquer que fossem as suas motivações. Por outro lado, dizia-se conhecedor de movimentações monárquicas e anarquistas com consequências igualmente violentas na capital²³³.

Eusébio Leão explicava a necessidade de um saneamento moral em Lisboa, antes apresentada a vários ministros e presidentes de conselho²³⁴. O referido saneamento deveria ser promovido pelo poder judicial. De facto, o Governador Civil sempre afirmara que era impossível governar Lisboa enquanto o poder judicial estivesse debilitado. Criminosos e conspiradores eram presos, mas eram sempre libertados em virtude da lei existente, a mesma que vigorava desde a Monarquia²³⁵. Quanto à estrutura policial, Eusébio Leão lançava ataques aos responsáveis governativos²³⁶: tanto a polícia, como o poder judicial, não eram suficientes para a “escória” das ruas lisboetas, motivo dos protestos das pessoas dignas²³⁷.

O papel de Eusébio Leão enquanto governador civil de Lisboa, numa altura tão acutilante da história portuguesa e da recém-nascida República, é essencial e susceptível a um melhor e mais aprofundado estudo que, por incompatibilidade com o tema tratado nesta dissertação, não pode ser aqui tratado. Contudo, é importante destacar a importância que aquele cargo tinha na esfera político-administrativa portuguesa. Como se pode ver pelo que já aqui foi tratado, é incumbência do governador civil, por parte do governo, o papel de supervisor a diversas instituições de assistência, não só as de cariz regional, mas também nacional.

²³³ Vide *Diário do Senado*, Sessão de 2 de Fevereiro de 1912, p. 4.

²³⁴ Vide *Diário do Senado*, Sessão de 2 de Fevereiro de 1912, p. 4.

²³⁵ Vide *ibidem*, p. 4.

²³⁶ Vide *ibidem*, p. 4.

²³⁷ Vide *ibidem*, p. 4.

No entanto, seria função do Governador Civil secundar as instruções emanadas do poder central. Observe-se, a este respeito, o edital publicado em 24 de Outubro de 1910 onde, a pedido do Ministro do Interior – António José de Almeida – era desaconselhado o Havai como destino de emigração portuguesa, sendo apresentado como alternativa o império português²³⁸. O objectivo era óbvio, uma vez que se pretendia travar a saída da mão-de-obra do território português para outros países, tentando simultaneamente solucionar a falta de gentes no império africano, um dos factores do subdesenvolvimento do mesmo.

No sentido inverso, do Governo Civil de Lisboa ao Ministério do Interior, a cooperação institucional não revelou percalços. Ao invés, António José de Almeida não tardou em acatar o pedido submetido por Eusébio Leão para demitir o subinspector da Polícia Administrativa de Lisboa. A solicitação fundava-se em acções graves – não discriminadas – praticadas pelo referido funcionário no exercício das suas funções. A 24 de Agosto de 1911, por decreto do ministro do Interior, era formalizada a referida demissão²³⁹.

Enquanto governador civil, Eusébio Leão publicou 11 editais – (5/10/1910) apelo à manutenção da ordem e ao respeito pelas propriedades e convicções; (6/10/1910) apelo à manutenção da ordem e ao respeito pelos indivíduos, especialmente polícias, soldados municipais e padres; (9/19/1910) revela a existência de boatos sobre a presença de frades em casas particulares e proíbe a violação dos domicílios; (12/10/1910) define atribuições e poderes dos diferentes representantes associativos para a eleição do Conselho Regional das Associações de Socorros Mútuos; (24/10/1910) desaconselha a emigração para o Havai e aconselha-a para as colónias portuguesas ou América do Sul; (14/1/1911) convoca as

²³⁸ Vide José Tengarrinha (dir.), *op. cit.*, Vol. I, p. 226.

²³⁹ Vide Idem, *ibidem*, pp. 227-228.

associações de classe para escolherem dois operários como seus representantes, tendo em conta o cumprimento do regulamento sobre descanso semanal; (9/2/1911) define as proibições carnavalescas em lugares públicos, obrigando a que todos os divertimentos obtenham licença do Governador Civil; (4/4/1911) convoca a reunião da “junta de avaliação provisória do imposto de minas do districto”; (5/5/1911) estabelece normas para a circulação de toleradas e meretrizes na via pública; (5/6/1911) permite o lançamento de “fogos” fora da “antiga circunvalação de Lisboa”, mediante uma licença concedida pelo Governador Civil, estabelecendo multas aos transgressores; (11/12/1911) apela à participação dos cidadãos na discussão, reclamações e alvitre do plano ferroviário entre Mondego e o Tejo que está a público na secretaria do Governo Civil; – dois alvarás – (11/3/1911) convoca a reunião de Juntas da Paróquia para escolherem os seus quatro representantes na comissão sobre o descanso semanal; (16/3/1911) convoca a mesma reunião para nova data; – um despacho – (11/11/1911) louvor à Comissão de Sindicância dos serviços do Governo Civil e da Polícia Administrativa; – um anúncio – (15/11/1911) de arrematação de obras de reparação e substituição de material e instalação eléctrica do Teatro de São Carlos; – e um regulamento – (5/5/1911) regulamenta o funcionamento e classifica estabelecimentos de hospedagem, cria uma comissão para a classificação e inspecção dos hotéis, estabelece a obrigatoriedade de registo dos clientes e obriga à entrega diária na Polícia Cívica da lista dos cidadãos hospedados e respectivos dados pessoais, fixa o quantitativo das multas de incumprimento deste regulamento; define a actividade dos corretores e dos intérpretes regulamentando as formas de obter as respectivas licenças; regulamenta o funcionamento dos restaurantes, casas

de pasto, tabernas e afins, bem como a actividade de artistas e serviçais dos mesmos estabelecimentos²⁴⁰.

²⁴⁰ Vide José Tengarrinha (dir.), *op. cit.*, Vol. II, pp. 305-306.

Capítulo II – A estratégia político-militar de Eusébio Leão

Essencial para o bom entendimento deste e dos seguintes capítulos, é, em primeiro lugar, necessário compreender como decorreu o processo que conduziu Eusébio Leão ao cargo de Ministro Plenipotenciário em Roma.

Em termos oficiais, Eusébio Leão foi exonerado do cargo de governador civil de Lisboa a 24 de Fevereiro de 1912, tendo pedido a demissão no dia anterior. No respectivo decreto destacava-se o “*zelo, dedicação e inteligência*” com que o notável republicano exerceu o cargo²⁴¹. Palavras que *A Lucta* considerava de estilo, mas que “[...] *correspondem a uma realidade, Eusébio Leão trabalhou como poucos para a República, e no exercício das suas funções como governador civil, em que esteve até ontem, serviu-a como raros.*”²⁴².

De facto, verificou-se um consenso geral²⁴³ entre os principais periódicos portugueses sobre Eusébio Leão no desempenho deste cargo administrativo. *O Século* expressava, “[...] *o districto é devedor da sua interferência judiciosa, prudente e conciliadora, mesmo excelente, para os tempos difíceis em que teve de governar [...]*”²⁴⁴. Já o *Diário de Notícias* salientava que “[...] *o sr. dr. Eusébio Leão, que, durante o tempo que ocupou aquele lugar, incluindo o espinhoso período revolucionário, fez sempre um governo sensato, prudente e conciliador*”²⁴⁵.

²⁴¹ Vide *Diário de Notícias*, 24 de Fevereiro de 1912, nº 16625, p. 1.

²⁴² *A Lucta*, 24 de Fevereiro de 1912, nº 2222, p. 1.

²⁴³ Joaquim Madureira, republicano, jurista e jornalista é um dos que tece rasgados elogios a Eusébio Leão, defendendo até que deveria ser o antigo secretário do Directório a gerir a pasta do interior: “*Na Pasta do Interior, vai render a política médica dos países quentes; a política cirúrgica dos países baixos: sai António José e entra o Eusébio Leão. Não lhe faço o elogio: para ele não há apertos. Venceu-os no Directório, venceu-os no Governo Civil, venceu-os na campanha eleitoral e é por os vencer no consultório que tem reputação e ganhou nome.*” Vide Joaquim Madureira [Braz Burity], *Na “Fermosa Estrivaria” [notas d’um diário subversivo]*, Miguel Dias Santos (coord.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, p. 121.

²⁴⁴ *O Século*, 25 de Fevereiro de 1912, nº 10848, p. 1.

²⁴⁵ *Diário de Notícias*, 24 de Fevereiro de 1912, nº 16625, p. 1.

No mesmo decreto de exoneração, o cargo vacante era preenchido por Nunes d' Oliveira. Na tomada de posse do sucessor, Eusébio Leão agradecia a todos os seus ex-subordinados pela cooperação e consideração que sempre lhe prestaram, garantindo que encontraram sempre nele um amigo²⁴⁶.

Quanto à nomeação para Ministro Plenipotenciário em Roma, inserido na categoria de Chefe de missão de 1ª classe, era igualmente datada de 24 de Fevereiro de 1912²⁴⁷. O processo conducente a esta nomeação junto da monarquia italiana, então assegurada por Lambertini Pinto, decorreu sem sobressaltos. Em telegrama confidencial, de 21 de Fevereiro, o cessante Encarregado de Negócios notificava sobre o acolhimento do Ministro dos Negócios Estrangeiros – Marquês de San Giuliano – à nomeação de Eusébio Leão para representante de Portugal em Itália. Faltava então apenas a aceitação do Rei de Itália, o que acabaria por acontecer nesse mesmo dia (21). Lambertini Pinto seria informado por carta remetida pela Consulta²⁴⁸ que “[...] *Sa Majesté a daigné accorder son agrément à la nomination de M. le sénateur Leão, ministre de Portugal á Rome.*”²⁴⁹

A nomeação de Eusébio Leão deveu-se, muito possivelmente, à demissão de Lambertini Pinto, querendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros – Augusto de Vasconcelos – remeter a Roma um Ministro Plenipotenciário de 1ª classe. A nomeação de Eusébio Leão acompanharia a orientação perfilhada pelos Negócios Estrangeiros no recrutamento dos diplomatas republicanos a saber a nomeação de figuras proeminentes da

²⁴⁶ Vide *A Capital*, 26 de Fevereiro de 1912, nº 565, p. 1.

²⁴⁷ Vide Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático e Consular Português (1910-1913)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 127.

²⁴⁸ Nome dado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Itália derivado do Palácio da Consulta, sede, à altura, deste Ministério. Actualmente, é a sede do Tribunal Constitucional da República Italiana.

²⁴⁹ Carta do secretário do Subsecretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros para Lambertini Pinto, 21 de Fevereiro de 1912, *Processo Individual de Francisco Eusébio Lourenço Leão*, nº 304, AHD-MNE.

elite política republicana para postos-chave da diplomacia portuguesa. O novel diplomata encontrava-se incluído num lote de notáveis nomeados face às suas credências intelectuais²⁵⁰, às suas ligações a diretórios partidários, como o Partido Democrático de Afonso Costa, o Partido Evolucionista de António José de Almeida e a União Republicana de Brito Camacho e, segundo Pedro Aires de Oliveira, à maçonaria²⁵¹.

Esta decisão revelava-se contrária à Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, criada por Bernardino Machado em 1911. Tal disposição considerava a necessidade de prestação de provas obrigatórias para a nomeação dos representantes diplomáticos com o objectivo de eliminar os favoritismos familiares e pessoais da extinta monarquia²⁵². No entanto, note-se que a ruptura com as práticas adoptadas pelo regime monárquico constitucional consumir-se-ia em outros aspectos, sendo sinal disso a substituição da elite diplomática, tendo os diplomatas de origem aristocrática nomeados para os altos cargos diplomáticos descido abruptamente de 70,5% para 11,7% na mudança de regimes²⁵³.

As reacções a esta nomeação foram, na sua maioria, positivas. Lambertini Pinto felicitou o governo português pela excelente escolha, asseverando ao sucessor no cargo que “[...] encontrará certamente o acolhimento e a simpatia a que os seus títulos e merecimentos dão direito”²⁵⁴. Na mesma carta, era remetido um recorte do jornal *Il Messaggero*, dando

²⁵⁰ João Chagas, Guerra Junqueiro, Sidónio Pais, Bernardino Machado, Jaime Batalha Reis, Manuel Teixeira Gomes, Visconde de Alte, Conde de Mártens Ferrão, António Feijó, José Batalha de Freitas, Alves da Veiga, Abel Botelho, Fernão Bôto Machado, António Maria Ferreira e Francisco de Almeida Calheiros e Meneses.

²⁵¹ Vide Pedro Aires Oliveira, “Corpo Diplomático e Consular” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, p. 911.

²⁵² Vide Idem, *ibidem*, p. 909.

²⁵³ Vide Nuno Severiano Teixeira, “A República e a política externa” in *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Filipe Ribeiro de Meneses & Pedro Aires Oliveira (coord.), Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 25.

²⁵⁴ Carta de Lambertini Pinto para Augusto de Vasconcelos, Ministro dos Negócios Estrangeiros, 24 de Fevereiro de 1912, *Processo Individual de Francisco Eusébio Lourenço Leão*, nº 304, AHD-MNE, A – Nº25.

notícia do acolhimento favorável da notícia “[...] *sarà accolta com compiacimento e simpatia in Italia.*”²⁵⁵. Na maioria dos jornais liberais italianos, o nome de Eusébio Leão era bem recebido, elogios sustentados no desempenho do cargo de governador civil de Lisboa²⁵⁶.

Em Itália, sublinhe-se, Eusébio Leão não era uma figura completamente desconhecida, tendo sido citado amiúde no contexto da revolução republicana, a 5 de Outubro de 1910²⁵⁷. Conhecido como “[...] *uno dei capi repubblicani [...]*” e o homem que proclamou a República Portuguesa: “*Al mezzogiorno di mercoledì, cinque ottobre mille e norecentodicci, un uomo – il signor Eusébio Leão – si affaccio alla fonesta centrale di questo palazzo [edifício da Câmara Municipal de Lisboa], ed al cospetto di una moltitudine frenética proclamó l’avvento della Repubblica portoghese*”²⁵⁸.

Quanto a Portugal, surgem várias reações, em geral positivas. Destaque-se os principais periódicos portugueses. *O Século* considerava a nomeação de Eusébio Leão representativa “[...] *não só uma recompensa à sua acção democrática, mas a demonstração da confiança que todos os seus actos inspiram à República.*”²⁵⁹. Já *A Capital* sublinhava que a escolha “[...] *não poderia ser a mais acertada.*”²⁶⁰. *O Diário de Notícias*, em mensagem endereçada ao novo Ministro Plenipotenciário, salientava “[...] *não podemos deixar de lhe significar quanto nos é agradável tal nomeação, desejando ao novo diplomata que no*

²⁵⁵ Idem, *ibidem*.

²⁵⁶ Vide *Diário de Notícias*, 25 de Fevereiro de 1912, nº 16625, p. 2.

²⁵⁷ É também importante referir uma pequena biografia que fazem de Eusébio Leão, inserido num lote de biografias feitas aos homens da revolução portuguesa que estava, parcialmente, incorrecta: “*Eusébio Leão é il governatore civile di Lisbona, ed era fino a ieri autorevole segretario del Direttorio repubblicane. È avvocato e giornalista di grande fama ed anché più, oratore molto caro alle folle. La sua azione giornalistica per la propaganda delle idee repubblicane, è stata in questi ultimi tempi di una grande eficácia: egli collaborava assiduamente in quasi tutti giornali repubblicani del Portogallo.*” *La Stampa*, 7 de Outubro de 1910, ano 54, nº 278, p. 1.

²⁵⁸ *La Stampa*, 7 de Outubro de 1910, ano 54, nº 278, p. 3. De Eusébio Leão é também referenciada uma frase específica que terá dito ao povo português: “*Chiunque essi stano! La Repubblica è generosa e magnânima!*”. *La Stampa*, 6 de Outubro de 1910, ano 54, nº 277, p.1.

²⁵⁹ *O Século*, 25 de Fevereiro de 1912, nº 10848, p. 1.

²⁶⁰ *A Capital*, 23 de Fevereiro de 1912, nº 562, p. 1.

*desempenho de mais esta importante missão preste ao país os serviços que tão delicadamente lhe pode prestar com a sua capacidade intelectual e devotado empenho de honrar a República.”*²⁶¹ Por fim, *A Lucta*, órgão do núcleo político liderado por Brito Camacho, dedicava uma mensagem forte ao seu correligionário: “ *Ministro de Portugal em Roma, estamos certos de que o dr. Eusébio Leão há de prestar os melhores serviços ao seu País, honrando a confiança do governo que o escolheu para essa alta missão. Inteligente, ilustrado e reflectido, a sua acção diplomática muito contribuirá para estreitar as boas relações entre os dois países irmãos pela raça, e até hoje tendo vivido sem atritos e sem desconfianças.*”²⁶²

Quanto às reações negativas, em número razoável, mobilizavam os sectores monárquicos e, principalmente alguns republicanos.

Do lado republicano, Teófilo Braga, o presidente do Governo Provisório, concedeu entrevistas a *O Dia* (a 2/4/1913) e ao *O Século* (a 30/3/1913). Criticando o corpo diplomático português, o entrevistado considerava que “[...] governo algum pode tomar a sério como diplomatas os indivíduos que presentemente ocupam as legações de Portugal”²⁶³. Segundo defendia, o corpo diplomático deveria ser abolido²⁶⁴, e, referindo-se a Eusébio Leão, esclarecia que “[...] os colegas de lá acusam de ter hóspedes na Legação”²⁶⁵. Confrontado com as repercussões das suas afirmações, dirigidas não só a Eusébio Leão, mas a um grande número de diplomatas portugueses, Teófilo Braga apresentava-se na Câmara dos Deputados a 8 de Abril para repudiar as declarações anteriores²⁶⁶.

²⁶¹ *Diário de Notícias*, 5 de Março de 1912, nº 16634, p. 1.

²⁶² *A Lucta*, 23 de Fevereiro de 1912, nº 2221, p. 1.

²⁶³ *O Século*, 30 de Março de 1913, nº 11242, p. 1.

²⁶⁴ Na entrevista ao jornal *O Dia*, diz: “*Podem chamar-me o que quiserem mas o meu projecto salvava estas misérias. Desde 72 que eu andava pregando a abolição do corpo diplomático...*”, *O Dia*, 2 de Abril de 1913, [s. n.], p. 1.

²⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 1.

²⁶⁶ Vide *O Século*, 9 de Abril de 1913, nº 11252, p. 3.

João Chagas também não se coibiu em questionar a nomeação de Eusébio Leão. Tratava-se, aliás, de uma inimizade conhecida pelos mais próximos, conforme a caricatura traçada por Augusto de Vasconcelos ao representante português em Paris: “*O Governador de Orense obedece a Cobian e importa-se tanto com Canalejas como você com o Eusébio Leão por exemplo*”²⁶⁷. A nomeação de Eusébio Leão para o cargo de representante de Portugal em Roma inspirava ainda Jorge Cid²⁶⁸, conforme a correspondência trocada com João Chagas: “*Nasceu uma irmã ao João Afonso, no dia 9, sendo ainda pretor do distrito de Lisboa Eusébio Leão. Este conhecido especialista vai transferido da via urinária para via Appia. Tem havido ultimamente nomeações fantásticas*”²⁶⁹.

As críticas sobre a nomeação de Leão eram uma realidade, talvez devido a ódios pessoais, ou talvez devido à inexperiência diplomática de Eusébio Leão. A verdade é que num elogio de Emídio Garcia a este diplomata português, o director do Instituto Português em Roma apresentava um balanço do seu desempenho, em resposta às várias críticas supra citadas: “[...] *um assinalado serviço prestado ao seu país e à República, mais assinalado, talvez, do que muitos diplomatas portugueses imaginam quicá porque o Dr. Eusébio Leão não era um diplomata saído da carreira...*”²⁷⁰

Entre os monárquicos, não faltavam as críticas, aliás, previsíveis. *O Thalassa* satirizava com a profissão de Eusébio Leão, intitulando-o de “[...] *ilustre limpa vias pessoais*

²⁶⁷ João Chagas, *Op. Cit.*, 1958, p. 56.

²⁶⁸ Jorge Cid nasce a 17 de Dezembro de 1877 e morre a 24 de Dezembro de 1935, foi médico, artista e pedagogo. Coursou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa onde se especializou em doenças de crianças e puericultura. Colaborou com Rafael e Gustavo Bordalo Pinheiro e foi autor de algumas caricaturas de jornais e revistas. Foi director dos lactários da Junta Geral do Distrito e do posto de puericultura da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Participou também na Grande Guerra como major-médico miliciano. Por fim, foi aluno, professor e médico da Escola Académica de Lisboa, que acabaria por vir a dirigir. Vide [sem autor], “Cid (Jorge)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume VI, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 747.

²⁶⁹ João Chagas, *Op. Cit.*, 1958, p. 87.

²⁷⁰ Emídio Garcia, *Op. Cit.*, pp. 29-30.

*e diplomata [...]*²⁷¹; ou evocando episódios como a reacção da Rainha Helena, mulher de Victor Emanuel III, à resposta de Leão sobre a sua especialidade médica²⁷². Evoque-se ainda Severim de Azevedo cujas obras, *Á Janella*²⁷³ e *No Paiz dos Luminosos*²⁷⁴, expunham das debilidades de Leão, inexperiente, na corte da Monarquia italiana.

Compulsadas as várias reacções sobre a nomeação de Leão, importaria conhecer quais as expectativas do nosso biografado sobre as funções diplomáticas e o exercício respectivo na corte romana. A conferência de Eusébio Leão, realizada na Associação Comercial de Lisboa, revelava-se relevante no entendimento do autor sobre a tarefa para a qual fora designado. Destinada aos comerciantes de Lisboa, com destaque para os negociantes da colónia italiana, representada pelos Srs. Francisco Stella, Francisco Violante, E. Colombo e Angelo Carbonatti²⁷⁵, ocorria no dia 5 de Março de 1912.

Centrada no comércio, a palestra de Leão detalhou pormenorizadamente as questões sobre a navegação, a exportação de matérias-primas (a cortiça), os produtos coloniais (o cacau, com amplas oportunidades de expandir a sua integração no mercado italiano) e a importação do azeite destinado a conservas²⁷⁶. Nesta conferência, Leão abordava ainda a emigração dos países latinos para a América²⁷⁷ e enunciava a vontade expressa de promover um alargamento das relações económicas entre Portugal e a Itália.

Já numa entrevista cedida ao jornal *O Século*, eram analisadas questões importantes para a relação entre Portugal e Itália às quais subjaziam as percepções e objectivos de Leão

²⁷¹ *O Thalassa*, 10 de Abril de 1914, nº 55, p. 7.

²⁷² Vide idem, *ibidem*, p. 7.

²⁷³ Vide E. Severim de Azevedo (Crispim), *Á Janella*, Lisboa, [s. e.], 1912.

²⁷⁴ Vide E. Severim de Azevedo (Crispim), *No Paiz dos Luminosos*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1914.

²⁷⁵ Vide *Diário de Notícias*, 6 de Março de 1912, nº 16635, p. 2.

²⁷⁶ Vide Idem, *ibidem*.

²⁷⁷ Vide Idem, *ibidem*.

no desempenho do novo cargo. Na esteira da conferência na Associação Comercial de Lisboa, o diplomata português destacava “[...] a conveniência, antes de partir para o meu posto, entender-me com as agremiações interessadas na expansão do nosso comércio, no intuito de estreitar quanto possível as relações que, nesse sentido, existem entre Portugal e a Itália. [...] jamais poderia sair de Lisboa sem consultar as principais colectividades que no nosso país representam, e por forma tão merecedora de económicos, o comércio e a indústria [...]”²⁷⁸. Revelava, por outro lado, o diálogo estabelecido com o Ministro de Itália em Portugal, o sr. Marquês Paulucci di Calboli²⁷⁹, e o desejo de ambos os diplomatas em reforçar os laços entre os dois países²⁸⁰.

Eusébio Leão tecia uma imagem elogiosa de Itália, pelo seu progresso económico, equiparada a um dos melhores mercados europeus e enfatizava o ensino agrícola, comercial e industrial, com adesão gradual expressiva²⁸¹. O povo italiano era, igualmente, merecedor de destaque, considerando Eusébio Leão que “onde quer que ele chegue hoje, em breve tempo estabelece uma concorrência enorme, que lhe assegura o êxito”²⁸². Analisando as relações comerciais luso-italianas, mostrava-se um entusiasta da expansão das conservas portuguesas, sem especificar quais, no mercado italiano e da aproximação comercial dos dois países, favorecida pela similitude das produções agrícolas, apesar de não definir o mecanismo para tal²⁸³. Por fim, o novo diplomata português confirmava a possibilidade de transformar o

²⁷⁸ *O Século*, 13 de Março de 1912, nº 10865, p. 1.

²⁷⁹ Raniero Paulucci di Calboli, nascido a 15 de Março de 1861, vindo a falecer a 12 de Fevereiro de 1931, foi um diplomata e senador italiano. Foi nomeado embaixador ao serviço do rei italiano para Tóquio (1919-1921), Madrid (1922-1926) Lisboa (1908-1912) e Berna (1912-?). Foi também nomeado senador em Outubro de 1922. Raniero pertence a uma antiga família italiana, original de Forlì (da comuna de Romagna) que existe desde o século XIV, apesar de o primeiro documento que alberga o seu nome aparecer em 1244. Vide Angiolo Gambaro, “Paulucci di Calboli” in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Volume XXVI, Giovanni Gentile (dir.), Milano, Istituto dell’Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 1935, p. 534.

²⁸⁰ Vide *O Século*, 13 de Março de 1912, nº 10865, p. 1.

²⁸¹ Vide *ibidem*, p. 1.

²⁸² Vide *ibidem*, p. 1.

²⁸³ Vide *ibidem*, p. 1.

Instituto de Santo António em Roma numa Escola de Belas Artes para projecção reforçada da cultura portuguesa²⁸⁴.

Até à sua partida para Roma, Eusébio Leão era homenageado por dois banquetes: o primeiro, organizado por antigos e actuais administradores dos quatro bairros de Lisboa, realizava-se a 28 de Fevereiro no Café Martinho²⁸⁵. O segundo resultava da iniciativa das associações de comércio, agricultura e indústria da cidade de Lisboa, congregando também o Marquês Paulucci de Calboli e Augusto de Vasconcelos, personagens mais relevantes num leque de convidados que incluía colegas de trabalho e amigos, no Hotel de Inglaterra, a 13 de Março²⁸⁶.

Antes da partida para Roma, Leão solicitou a permissão do Senado para ocupar o novo posto de ministro de Portugal em Itália²⁸⁷. O Senado pronunciou-se favoravelmente, sendo evocado o trabalho desenvolvido por Eusébio Leão, desde os tempos do Directório até ao cargo de governador civil, elogiado pelos senadores Adriano Pimenta²⁸⁸ e Miranda do Vale²⁸⁹.

²⁸⁴ Vide *ibidem*, p. 1.

²⁸⁵ Vide *A Lucta*, 29 de Fevereiro de 1912, nº 2227, p. 1.

²⁸⁶ Vide *A Lucta*, 14 de Março de 1912, nº 2241, p. 1-2.

²⁸⁷ Vide *Diário do Senado*, Sessão de 7-3-1912, p. 7.

²⁸⁸ Adriano Pimenta nasce na cidade do Porto no ano de 1883. Concluiu o bacharelato no curso de Direito pela Universidade de Coimbra, vindo a exercer a profissão na sua cidade natal, ao mesmo tempo que fazia alguns trabalhos de jornalismo. Torna-se secretário do Tribunal do Comércio do Porto após 1910 e conservador do Registo Comercial do Porto. Será militante do Partido Republicano e, após a desintegração deste, do Partido Democrático, tendo iniciado os seus trabalhos políticos nos combates aos governos de João Franco enquanto era presidente da Comissão Municipal Republicana do Porto. Só virá, no entanto, a ser eleito deputado com o regime republicano já em voga, nomeadamente, entre 1911 e 1917, e novamente entre 1925 e 1926, sempre pelo círculo de Amarante. Teve uma presença fugaz de dois dias na pasta ministerial do Trabalho (20 a 22 de Novembro de 1920) durante o executivo liderado por Álvaro de Castro. Será também governador civil interino do distrito de Viana do Castelo (1910-1911) e governador civil do Porto (1921-1922). Director do jornal *O Primeiro de Janeiro*, do Asilo do Terço e do Recolhimento das Meninas Desamparadas. Morre em 1926 na sua cidade natal, Porto. Vide David Pereira “Pimenta, Adriano Gomes Ferreira (1883-1926)” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 261-262.

²⁸⁹ José Miranda do Vale foi um médico veterinário com razoável participação no mundo político. Nascido em Lisboa no ano de 1877, finaliza o seu curso de Medicina Veterinária em 1898, acabado por ser nomeado professor no Instituto de Agronomia e Veterinária de Lisboa em 1904. Ao longo da sua carreira, será encarregado, por parte do Estado Português, de comprar garanhões em Espanha, França e Inglaterra; participará em diversos congressos nacionais e internacionais relacionados com a sua área; trabalha arduamente para a expansão da sua área científica em Portugal, viajando pela Europa

A partida de Eusébio Leão estava prevista para dia 16 de Março. No entanto, o diplomata português viajava no dia 20 de Março²⁹⁰, não sem a apresentação das despedidas ao Presidente da República²⁹¹, no dia 19 de Março. O início da viagem ocorria na estação do Rossio, às 17h, acompanhado por variadíssimas personalidades da política nacional²⁹².

No trajecto até Roma, Leão realizou visitas curtas às legações portuguesas em Madrid, Paris e Berna. A chegada ao destino ocorria no dia 5 de Abril, assumindo a gerência daquela legação no mesmo dia²⁹³.

O primeiro acto oficial do novo diplomata em Roma consistiu na visita ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália, o sr. Marquês de San Giuliano. Segundo *O Século*, Leão recebia um acolhimento cordial, dando lugar a um diálogo sobre a República Portuguesa e as relações comerciais de Portugal e Itália²⁹⁴. Emídio Garcia aduzia alguma informação às notícias supra mencionada. Conforme referia o “*carrancudo*” Marquês de San Giuliano evidenciava reservas na recepção de Eusébio Leão, motivadas pelo passado revolucionário do representante português, um dos responsáveis directos do derrube da monarquia portuguesa com fortes ligações à Casa Real italiana²⁹⁵. A simpatia de Leão viria a contribuir de forma decisiva para a mudança de perspectiva do Ministro italiano que, nas palavras de

com o intuito de aprender e retirar ideias e pertencerá à Sociedade Portuguesa da Medicina Veterinária. Será um dos grandes percursos da Veterinária em Portugal, sendo da sua autoria um grande número de trabalhos ligados a esta área. Quanto à sua contribuição no mundo político, Miranda do Vale adere muito cedo ao Partido Republicano Português (1902) e colaborará assiduamente no jornal republicano *A Lucta*, de Brito Camacho. Em 1908 é eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa e em 1911 é eleito deputado pelo círculo de Aljustrel. Vide [sem autor], “Miranda do Vale (José)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XVII, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 356.

²⁹⁰ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 19 de Março de 1912, *Processo Individual de Francisco Eusébio Lourenço Leão*, nº 304, AHD-MNE.

²⁹¹ Vide *O Século*, 20 de Março de 1912, nº 10872, p. 1.

²⁹² Vide *A Capital*, 20 de Março de 1912, nº 588, p. 2.

²⁹³ Telegrama de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 5 de Abril de 1912, *Processo Individual de Francisco Eusébio Lourenço Leão*, nº 304, AHD-MNE.

²⁹⁴ Vide *O Século*, 14 de Abril de 1912, nº 10897, p. 2.

²⁹⁵ Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, pp. 27-28.

Emídio Garcia “*O próprio marquês di S. Giuliano não tardou em classifica-lo, na intimidade, de persona molto simpática!*”.²⁹⁶

A 21 de Abril, Eusébio Leão entregava as credenciais ao Rei de Itália, Victor Emanuel III em audiência solene, com duração de 20 minutos, na qual o Rei manteve uma amável conversa com o diplomata português²⁹⁷. Por último, a 25 do mesmo mês, seria a vez de ser recebido pela Rainha Helena, igualmente cordial com Eusébio Leão²⁹⁸.

1. A afirmação da República Portuguesa na Itália monárquica

Em 1912, Eusébio Leão concentrou-se na construção de uma imagem benigna da República Portuguesa em Itália. Efectivamente, a nova lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros português instruíra os funcionários para a mobilização do domínio dos interesses, económicos, culturais e políticos, portugueses no exterior²⁹⁹. Em conformidade, Leão interessou-se pela projecção de Portugal em Itália, solicitando informações e reforço das verbas destinadas à publicidade, a 6 de Abril³⁰⁰. Este pedido justificava-se em função das críticas reiteradas de alguma imprensa italiana (de pendor clerical) sobre a Lei de Separação do Estado das Igrejas. Na esteira dessa ideia, e concordando com Eusébio Leão, o ministério dos Estrangeiros decidia conceder 3000 francos à legação portuguesa de Roma³⁰¹.

²⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 28.

²⁹⁷ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 27 de Abril de 1912, Processo Individual de Francisco Eusébio Lourenço Leão, nº 304, A – Nº41, AHD-MNE. Nesta conversa, abordaram-se tópicos, tais como, o exército, a marinha e a situação financeira e política de Portugal. Sendo o Rei um aficionado numismata, falou-se também das novas moedas e estampilhas portuguesas. A nível mais pessoal, também se falou da carreira política de Eusébio Leão. Victor Emanuel III falou muito simpaticamente sobre Portugal e afirmou que estava ao corrente das principais reformas e questões. Vide *O Século*, 22 de Abril de 1912, nº 11905, p. 5.

²⁹⁸ Vide Idem, *ibidem*.

²⁹⁹ Vide Pedro Aires Oliveira, *Op. Cit.*, p. 909.

³⁰⁰ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 6 de Abril de 1912, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 26, L/R 119.

³⁰¹ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 22 de Junho de 1912, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 29, L/R 119.

Objectivamente, uma parte substancial da imprensa romana manifestava-se crítica das instituições e interesses externos de Portugal. Em Junho de 1912, o *Corriere d'Italia* sugeria o império colonial português como mecanismo conciliador aplicável na solução do conflito italo-turco³⁰². Segundo explicava, a resolução viria da apropriação das colónias portuguesas pela Alemanha (aliada da Itália), com a aquiescência da Inglaterra que, por seu turno, abdicaria dos seus interesses no golfo pérsico em favor da Grã-Bretanha³⁰³. Em face desta notícia, Leão, autorizado pelo ministério dos Estrangeiros, concedia uma entrevista ao director do *Il Messaggero*³⁰⁴ para refutar as informações supra mencionadas. Sublinhe-se, por outro lado, o apoio da agência de notícias “*Stefani*”³⁰⁵ na consolidação da imagem de Portugal³⁰⁶. Este apoio é fruto do trabalho de Emídio Garcia que, sob a direcção de Eusébio

³⁰² A guerra Italo-Turca iniciava-se a 29 de Setembro de 1911, fruto da declaração de guerra de Itália após a Turquia ter transportado até Trípoli (colónia italiana) um navio carregado de armas e munições. A declaração adveio depois de vários avisos efectuados por parte do governo italiano que pedia ao governo turco que não fizessem tais carregamentos, uma vez que punha a segurança dos habitantes italianos de Trípoli em risco face ao fanatismo dos muçulmanos daquela zona. Querendo precaver-se de uma conflagração geral, a Itália adverte as potências europeias da guerra, informando que o conflito se cingirá à zona da Tripolitânia. Tendo em conta o aviso, essas mesmas potências declaram a sua neutralidade, independentemente, da má impressão causada em Itália, principalmente, da Alemanha e da Áustria, suas supostas aliadas. Ficaram surpreendidas com a audácia italiana. Quanto à guerra, a ocupação de Trípoli foi rápida e eficaz, tendo a 5 de Outubro conquistado a cidade e todos os seus portos de capital importância (Tobruk, Borna, Bengasi e Homs). Contudo, os turcos contra-atacaram ao incitarem o fanatismo religioso da população indígena da zona, o que surpreendeu os italianos que nas lutas de 23 e 26 de Outubro sofreram imensas baixas. Será a partir daqui que a Itália começará a sentir enormes dificuldades, percebendo que os 30.000 homens que tinha desembarcado no continente africano não eram suficientes. Reforços são enviados, mas a Itália, tentando que a sua imagem não fosse denegrida, faz questão de declarar que a zona de Trípoli estava sobre total soberania italiana. Durante o mês de Novembro, a guerra caracterizou-se pelas vitórias italianas, mas também pelos contra-ataques turco-árabes. Percebendo que não seria em Trípoli que a guerra se decidiria, a Itália decide começar a conquistar as ilhas turcas do mar Egeu (Stampallia, Rodas, Psitos, primeiro, e de seguida, as outras dez ilhas que, juntamente com as três primeiras, formavam o Dodecaneso). Contudo, só com a ameaça de bombardeamento da esquadra turca por parte dos italianos no estreito de Dardanelos, é que o governo turco decide iniciar negociações secretas de paz com a Itália. A paz ficaria estabelecida a 18 de Outubro de 1912 entre os dois governos, com a saída dos turcos da região da Tripolitânia e o reconhecimento da soberania italiana naquela zona por parte das potências europeias. Independentemente das dificuldades, a posição da Itália saíria reforçada da guerra, tendo o seu papel na mesa europeia crescido. Vide Pietro Orsi, *Historia de Italia*, Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1927, pp. 324-330.

³⁰³ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 12 de Junho de 1912, *Correspondência expedida para o MNE (Letra A) (9) (1905-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – Nº 53, L/R 68.

³⁰⁴ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 22 de Junho de 1912, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 45. Eusébio Leão também terá dado uma entrevista ao jornal *Il Lavoro* sobre o mesmo assunto. Vide *O Século*, 9 de Junho de 1912, nº 10953, p. 2. Terá também realizado, ou pelo menos tentado realizar, uma conferência liderada por um ilustre geógrafo italiano (não especificado) sobre o desenvolvimento das colónias portuguesas e as suas condições favoráveis aos trabalhadores e capitalistas italianos. Vide *O Século*, 12 de Abril de 1913, nº 11255, p. 5.

³⁰⁵ Agência telegráfica oficial ao serviço do governo italiano e da imprensa mundial.

³⁰⁶ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 18 de Junho de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

Leão, tinha a seu encargo a propaganda através da imprensa destinada a defender a obra política, legislativa e administrativa da República³⁰⁷, e que foi capaz de criar amizades pessoais com trabalhadores da agência³⁰⁸, quer fosse através de jantares junto ao Panteão de Roma, ou através de provas do autêntico vinho do Porto e de cigarros que Eusébio Leão trazia do Cairo³⁰⁹.

As iniciativas de Eusébio Leão surtiam efeitos no final de 1912, segundo as apreciações do diplomata, na correspondência dirigida a Augusto de Vasconcelos. Conforme a missiva de 6 de Novembro, a imagem de Portugal concebia-se através de “[...] *pequenas atenções e delicadezas no momento oportuno*” e dispêndio criterioso – gastara apenas metade da verba recebida³¹⁰.

A prestação do diplomata implicava, de igual modo, a presença em iniciativas diferenciadas, de interesse para as relações luso-italianas. Assim, a 21 de Abril participava no 3º Congresso Internacional de Construções e Obras Públicas, realizado em Roma. Correspondia, desta forma, a um convite do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa³¹¹, que representava nas cerimónias de abertura³¹² e de encerramento em que protagonizava, em

³⁰⁷ Vide Emídio Garcia, *O Infante D. Afonso de Bragança*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1939, p. 141.

³⁰⁸ Uma das personagens com quem se criou amizades foi, segundo Emídio Garcia, o “*egregio commendatore*” Pierotti. Este, e expondo à luz um episódio contado pelo antigo administrador do Instituto Português em Roma, terá permitido que telegramas fabricados por este último figurassem nos boletins oficiais distribuídos pela agência Stefani aos seus assinantes e à imprensa periódica de toda a Itália. Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1937, p. 21.

³⁰⁹ Vide Idem, *ibidem*, pp. 18-21.

³¹⁰ Carta de Eusébio Leão para Augusto de Vasconcelos, 6 de Novembro de 1912, *Espólio de Augusto de Vasconcelos*, AHD-MNE, Doc. 79, caixa 60.

³¹¹ Vide carta do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para Eusébio Leão, 13 de Abril de 1912, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

³¹² Vide *O Século*, 23 de Abril de 1912, nº 11906, p. 2.

nome dos oficiais estrangeiros, um brinde ao rei Victor Emanuel III³¹³. Os agradecimentos da edilidade de Lisboa não se fizeram esperar³¹⁴.

A boa aceitação do diplomata português em Roma evidenciava-se no decurso da agenda associada a esta iniciativa: representante do Estado português³¹⁵ na inauguração do monumento em honra ao General Cialdini³¹⁶, Eusébio Leão era efusivamente cumprimentado pelo ministro da guerra italiano – o Marquês de San Giuliano – e deslocava-se até ao local da cerimónia (Castelfidardo), na carruagem do presidente do Senado – Giuseppe Manfredi³¹⁷ –, a convite deste último³¹⁸.

³¹³ Vide Idem, *ibidem*.

³¹⁴ Vide carta do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para Eusébio Leão, 16 de Maio de 1912, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

³¹⁵ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 14 de Setembro de 1912, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 21, L/R 45.

³¹⁶ Henrique Cialdini, Duque de Gaeta, nasce em 1811 e destacar-se-á como militar e homem de Estado. Em 1831 toma parte na rebelião de Romagna (em prol da unificação italiana) e acaba por ser obrigado a emigrar, fruto do falhanço do movimento. Vai para Paris, mas é em Portugal que assentará a sua vida. Aqui, alistar-se-á no exército português (Legião Estrangeira) a 20 de Maio de 1833, tendo lutado contra as forças miguelistas. Em consequência dos seus esforços, foi sendo promovido, passando por Cabo, Furriel, Alferes, Capitão e Major. Será condecorado com a condecoração da Torre-e-Espada e servirá ainda em Espanha na guerra Carlista como capitão do Regimento de Caçadores do Porto. De seguida, decide mudar-se para Espanha onde, após alistar-se no exército espanhol, atinge o cargo de tenente-coronel. Em 1843 regressa a Itália onde irá prosseguir com a sua carreira militar (chegará à posição de General) entrando também na vida política, sendo eleito deputado e nomeado senador, assim como, embaixador da Itália em Paris entre 1876 e 1879. Vide [sem autor], “Cialdini (Henrique)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume VI, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 719.

³¹⁷ Giuseppe Manfredi foi um magistrado e político. Nascido em 1828, sempre se declarou liberal, defendendo fortemente a unificação de Itália. Funda o jornal *Il Tribuno*, onde proclama o princípio da soberania popular e terminaria o curso de jurisprudência em Setembro de 1849. A partir daí ocupará grandes cargos em diversas regiões italianas. Em 1853 torna-se investigador oficial da administração da contribuição indirecta do Ministério das Finanças de Parma; em 1855 começa a dar aulas de Direito Civil na Universidade de Parma onde, pela mesma altura, cria com Giuseppe La Farina (da Sociedade Nacional Italiana) um Comité Insurreccional. Em 1859 assume o governo provisório de Parma e Piacenza, vindo a assumir mais tarde o cargo de Ministro da Instrução também na região de Parma. Ocupou também cargos de Procurador-Geral em Roma, Bolonha, Catania e Firenze, tendo sido nesta última que se manteve durante mais tempo (1881-1907). Por fim, Manfredi, senador desde 1876, acabaria por assumir o cargo de Presidente do Senado a 28 de Dezembro de 1907, mantendo-se lá até à data da sua morte em 1918. Vide Mario Menghini, “Manfredi, Giuseppe” in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Volume XXII, Giovanni Gentile (dir.), Milano, Istituto dell’Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 1934, p. 111.

³¹⁸ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 21 de Setembro de 1912, *Correspondência expedida para o MNE. (Letra A) (9) (1905-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°64, L/R 68.

Em vão, o governo português procurava assegurar a presença italiana no Concurso Hípico Internacional a realizar em Lisboa, entre os dias 16 e 23 de Junho³¹⁹. Este convite viria a ser declinado uma vez que, o código militar italiano não permitia a participação de oficiais em concursos deste género.

As incursões monárquicas constituíram um assunto de interesse constante no decurso de 1912. Eusébio Leão confrontava-se em Roma com as consequências políticas das acusações dirigidas ao infante D. Afonso, tio de D. Manuel II, de envolvimento nas conspirações monárquicas³²⁰, o que acabou por não se confirmar³²¹; efectivamente, em resposta enviada ao governo português por parte de Leão, à altura da segunda incursão monárquica, sabe-se que D. Afonso encontrava-se em viagem que tinha como destino a

³¹⁹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 9 de Abril de 1912, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 10, L/R 45.

³²⁰ As incursões monárquicas advêm da fuga de um grande número de monárquicos (onde se incluem membros do exército) para a Espanha após a proclamação da República, uns por serem procurados/perseguidos, outros porque tinham medo de se incluir no grupo dos primeiros, e ainda por aqueles que queriam formar-se e lutar contra o novo regime. O líder deste grupo acabaria por ser, de uma forma natural, Paiva Couceiro. Estes defensores da causa monárquica eram bastante ambíguos, pois apesar de existir um objectivo comum, a forma de o concretizar tinha várias variantes. Uns acreditavam que a República facilmente cairia no meio da pura anarquia e que, por isso, era uma questão de esperar, outros (onde se incluí o próprio D. Manuel II) eram bastante reticentes quanto às incursões, uma vez que receavam as ambições iberistas de Afonso XIII, outros preferiam esperar e, apesar de apoiar o movimento, não tinham intenção de o concretizar, e, por fim, temos os miguelistas, que não queriam a monarquia de D. Manuel II. Este grupo, que facilmente encontrou apoio nas autoridades da Galiza, era armado pelos próprios espanhóis (cujo governo fechava os olhos para esta situação), por estrangeiros (principalmente, oriundos da Alemanha e Suíça) e pelos próprios portugueses (militares) que, ao fugirem de Portugal, traziam as armas consigo. A primeira das duas incursões acontece um ano após a implantação do regime republicano, a 4 de Outubro de 1911. Esta, constituída por um grupo de 1000 homens, com armas improvisadas, lideradas por Paiva Couceiro, tinham por objectivo “atacar” Bragança, mas acabariam por se desviar para Vinhais, onde foram rapidamente abafados por unidades locais e pela Carbonárias. Fracassava assim a primeira incursão. Já a segunda incursão, em Julho de 1912, apesar de ser constituída por mais homens com mais armas, estará também destinada ao fracasso. Repartida em dois grupos, o primeiro, com, aproximadamente, 100 homens, tenta ocupar Valença na noite de 6 de Julho, mas falha. Já o segundo grupo, novamente liderado por Paiva Couceiro, ataca Chaves que resiste com a ajuda da carbonária, e os monárquicos acabariam por se ver obrigados a retirarem-se a 8 de Julho. Deste fracasso, o movimento liderado por Paiva Couceiro retirou um ponto positivo em Cabeceira de Basto, única cidade que criou um levantamento popular que acabaria isolado e contido. Das duas incursões, principalmente a segunda, resulta uma enorme repressão republicana (descrita como tortura por parte de observadores ingleses) com cerca de 5000 presos no total. Por fim, ressalve-se a pequena guerra diplomática que adveio de todo este imbróglio, guerra esta que encontrou em José Relvas, Ministro Plenipotenciário de Portugal em Espanha entre 1911 e 1913, um enorme negociador que foi capaz de chegar a um acordo com a Espanha, com estes últimos a realojarem os monárquicos em campos criados longe da fronteira luso-espanhola, e com o Brasil a ajudar, recebendo os chefes mais conhecidos. Vide Vanessa Sofia Batista Engrossa, *Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)*, Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, FLUL, Lisboa, 2016.

³²¹ Sobre o assunto, e segundo o jornal *O Século*, D. Afonso, face ao falhanço da última conspirata monárquica, terá mesmo dito, em italiano: “*Eu bem lhes dizia...que me não cheirava.*” *O Século*, 28 de Dezembro de 1912, nº 11152, p. 3.

Inglaterra³²². De facto, tal como o seu sobrinho, D. Afonso não se revia nas incursões monárquicas e muito menos acreditava no sucesso destas, uma vez que, segundo o próprio, “*Em Portugal não havia monárquicos capazes de levarem a cabo semelhante empresa [...]*”³²³. Aliás o infante revelava-se relativamente tolerante à elite republicano, conforme se poderia deduzir das convicções expressas por José Relvas ao então secretário do ministro das finanças do Governo Provisório, Emídio Garcia: “*D. Afonso é o único Bragança, que eu sinceramente lamento que não ficasse em Portugal. Era um pobre-diabo e uma recordação do passado! [...] Por ele – coitado! não adviria perigo algum à República – Era um relíquia. Acima de tudo ele desejava que o não maçassem e que a sua algibeira contivesse sempre os cobs indispensáveis para as suas necessidades corporais e sociais – para aquelas designadamente.*”³²⁴. Emídio Garcia, autor de uma biografia do infante, que o acompanhou de bem perto, tendo ambos co-habitado na mesma cidade durante largos anos, reitera variadas vezes a fraca importância que aquele dava à política e às intencões monárquicas e que, ao invés disso, “*O Infante D. Afonso divertia-se...*”³²⁵.

Uma segunda situação de cariz monárquico, mais grave, mas sem continuidade, era a possível existência de um conspirador da extinta monarquia interessado na aquisição de navios, para legalização posterior através de escrituras no consulado português – para a utilização da bandeira portuguesa. O ministro de Portugal em Roma foi instruído para avisar os cônsules da necessidade de reportar qualquer movimento suspeito ao governo português.³²⁶ Esta informação chegava a Eusébio Leão por telegrama, sem remetente

³²² Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, [s.d.], *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 27, L/R 119.

³²³ Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1939, p. 142.

³²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 79-80.

³²⁵ Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1937, p. 68.

³²⁶ Vide telegrama de Eusébio Leão [sem remetente], 16 de Junho de 1912, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 128.

(supondo-se, contudo, que teria sido enviada pelo MNE em Portugal) e em resposta, o diplomata português afirmava ser complicado manter a confidencialidade perante os quase 40 cônsules existentes em Itália. Faria, no entanto, por averiguar a situação junto do Chefe da Missão Naval Portuguesa em Livorno³²⁷, então responsável por supervisionar a fabricação do submergível “Espadarte”. O referido assunto não voltou a ser objecto de qualquer correspondência diplomática.

Concluída a abordagem ao desempenho de Eusébio Leão durante o seu primeiro ano em Roma, avalie-se a relação do diplomata português com a monarquia italiana e, em especial, com o próprio rei.

O rei Victor Emanuel III granjeara a boa vontade da comunidade portuguesa em Itália; para tal havia contribuído a visita da família real ao Hospital de Livorno onde, entre outros, visitou o cabo de marinheiro ali em tratamento³²⁸. Por outro lado, a presença das autoridades italianas civis e militares, do Corpo Consular e de oficiais das marinhas italianas e espanholas no funeral do 2º Maquinista Carlos Pedro da Silva foi objecto de reconhecimento do governo português³²⁹.

Não obstante o ambiente de cordialidade, Eusébio Leão era conhecedor da necessidade de estreitar laços com o rei de Itália. Nessa medida, sabendo do gosto numismata de Victor Emanuel III, o diplomata português conferencia em privado com Augusto de Vasconcelos pedindo-lhe o envio de moedas e selos da República Portuguesa para oferecer

³²⁷ Vide Idem, *ibidem*.

³²⁸ O nome do dito cabo não foi referido por Eusébio Leão. Vide carta de Eusébio Leão para o Chefe da Missão Naval em Livorno, 4 de Novembro de 1912, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador] (2) (1902-1917)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

³²⁹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 9 de Maio de 1912, *Correspondência recebida do MNE Portugêses: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 12, L/R 45.

ao monarca italiano. Embora de escasso valor, a oferta pretendia constituir um gesto de simpatia que, em última instância, atenuava o impacto externo da Lei da Separação e as suas consequências³³⁰.

O diálogo com o Marquês de Paulucci di Calboli permitiu a Eusébio Leão conhecer as perspectivas iniciais de Victor Emanuel III sobre o diplomata português, inicialmente, tido por sectário, mas também as impressões concebidas sobre o novo representante português após os primeiros contactos, que acabaram por ser positivas³³¹. Sublinhe-se, por outro lado, as impressões de Leão sobre a monarquia italiana, caracterizada de “[...] *muito frágil [...]* ” face à guerra com a Turquia que, para além dos gastos financeiros e do desalento do povo italiano, enfraquecia a posição da Itália na Tríplice Entente³³².

A simpatia alcançada por Leão junto das instituições políticas italianas seria proporcional às impressões concebidas pelo representante português em Roma sobre o diplomata italiano designado para Lisboa, Salvatore Contarini, a 22 de Dezembro de 1912, e que manteve aquele cargo até 22 de Dezembro de 1914, altura em que foi substituído por Ernesti Koch³³³. Em resposta à questão do ministério dos Negócios Estrangeiros, Leão enfatizava as concepções liberais do nomeado³³⁴ com o qual, como veremos adiante, viria a

³³⁰ Vide carta de Eusébio Leão para Augusto de Vasconcelos, 6 de Novembro de 1912, *Espólio de Augusto de Vasconcelos*, AHD-MNE, Doc. 79, caixa 60. A 7 de Outubro de 1912 já teria Eusébio Leão recebido a primeira moeda da República Portuguesa para oferecer ao rei. Queria agora o diplomata português um aumento do número de moedas e a inclusão dos selos. Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 7 de Outubro de 1912, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 45.

³³¹ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 14 de Novembro de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

³³² Carta de Eusébio Leão para José Relvas, 13 de Maio de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

³³³ Vide Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático e Consular Português (1915)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, p. 34.

³³⁴ Vide telegrama de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 24 de Dezembro de 1912, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 128.

estabelecer uma relação de amizade em Roma³³⁵ e a desenvolver esforços na expansão do comércio luso-italiano.

Em 1913, Leão confrontava-se com a denominada “questão de Barbacena”. Alfredo de Andrade, português naturalizado italiano, residia há muito em Itália onde merecia respeito nos meios artístico e político, com contactos privilegiados na imprensa. Em Portugal era proprietário em Barbacena de terras que reclamava suas, pretensão reconhecida por sentença judicial. No entanto, a autoridade administrativa não lhe garantia os direitos de propriedade sobre a área em causa³³⁶, disputada pela população como baldia³³⁷. A ofensa à bandeira italiana, no contexto da sublevação popular, suscitava os receios de Eusébio Leão: “[...] *era um perigo sujeitar uma bandeira de nação amiga mesmo querida para nós, a uma tal situação tanto mais que isso se fazia num meio de gente inculta [...]*”³³⁸. Alfredo de Andrade contava com o apoio do governo italiano (face ao seu círculo de amizades que, segundo Eusébio Leão, contava com pessoas directamente ligadas ao governo italiano, apesar de nunca referir nomes) e, eventualmente, com capacidade de mobilizar a imprensa italiana³³⁹. Leão empenhou-se em manter o assunto na discrição da chancelaria pedindo a Lisboa a resolução rápida do conflito³⁴⁰. Acima de tudo, Eusébio Leão acreditava que o poder judicial, independente, resolveria o assunto de forma honesta, sem privilegiar nenhum dos lados.

³³⁵ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, Vol. XII, p. 46.

³³⁶ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 30 de Março de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 2, L/R 119.

³³⁷ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 14 de Abril de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 10, L/R 46.

³³⁸ *Idem, ibidem.*

³³⁹ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 30 de Março de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 2, L/R 119.

³⁴⁰ O resultado (que não seria o final, uma vez que este só aconteceria numa época posterior à de Eusébio Leão, sendo as terras de Barbacena objecto de disputa ainda nos anos 50 do séc. XX) só viria a ser conhecido no dia 13 de Julho de 1913, quando o poder judicial decide dividir a herdade/terreno de Alfredo de Andrade em dois, ficando uma metade para este e a outra para a população de Barbacena, tendo esta de dividir a sua parte em courelas e entregar um oitavo da sua produção à família Andrade. Como é óbvio, Alfredo de Andrade fica irritado com o desfecho, apercebendo-se que a sua dupla

Neste mesmo ano, em termos políticos, era suprimido o Consulado Geral de Roma, pela lei nº30 de 10 de Julho, que deixava a Eusébio Leão o difícil encargo de distribuir as várias funções³⁴¹ associadas a este posto³⁴².

Durante este ano, Eusébio Leão decidiu dar uma entrevista ao jornal *La Tribuna*, com o intuito de frisar a importância das colónias (juntamente com a questão religiosa, o assunto mais debatido sobre Portugal) e a sua não cedência a qualquer outra potência europeia. Segundo explicava o diplomata, a diminuição do déficit permitia um relançamento do investimento no território colonial³⁴³. Ainda em relação à imprensa italiana, destaque-se um artigo de um jornalista italiano – Sr. Cavicchioni – enviado a Portugal por parte de um grande jornal de Bolonha (não especificado) que, segundo *O Século*, asseverava a pacificação da situação portuguesa e a adesão da população à República na sequência das políticas económicas bem-sucedidas³⁴⁴.

nacionalidade de nada lhe valia. Fonte deste fracasso, está no filho de Alfredo de Andrade, Rui de Andrade que terá reconhecido, através de documentos, ter autorizado a distribuição das courelas pela junta da paróquia, isto no ano de 1906. Ganhava então a disputa o povo de Barbacena, sendo então o desfecho aquele que Eusébio Leão defendia, achando-o o mais correcto. Vide Margarida Sérulo Correia, *O Caso de Barbacena – Um pároco de aldeia entre a Monarquia e a República*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, pp. 79-80.

³⁴¹ Cabia ao Cônsul Geral as seguintes funções: exercer todos os actos de ordem fiscal, civil e de protecção (incluindo jurisdição quando necessária e permitida), relativas aos cidadãos portugueses; vigiar o estado sanitário e informar sobre ele; estudar a situação económica (agrícola, industrial e comercial) dos seus respectivos distritos; fazer o estudo especial de cada indústria importante, e de cada classe de produtos importados e exportados; descrever e apresentar os produtos das indústrias portuguesas e fazer a propaganda necessária para a sua introdução e consumo; prestar aos produtores ou comerciantes portugueses todas as informações de que eles possam precisar; coadjuvar os agentes comerciais ou caixeiros viajantes; o estudo geral dos diversos ramos de cultura e das diversas indústrias dos países onde estiverem acreditados, e, para este fim, a centralização e unificação das informações colhidas pelo cônsules portugueses nesses países completando-as com as informações obtidas nas competentes administrações centrais, redigindo notas de informação e relatórios; o estudo monográfico das diferentes culturas e das diferentes indústrias, dando, nesse estudo, preferência às culturas portuguesas ou indústrias que já existam em Portugal, ou que pareçam poder-se aqui introduzir com vantagem; e, por fim, visitas periódicas aos principais centros agrícolas e industriais de Portugal, fazendo conferências públicas sobre os adiantamentos económicos do país em que exerce a sua função, sob o ponto de vista dos progressos nacionais portugueses. Vide Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Op. Cit.*, 1913, pp. 64-65.

³⁴² Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 21 de Outubro de 1913, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº40, L/R 69.

³⁴³ Vide *O Século*, 13 de Março de 1913, nº 11225, p. 5.

³⁴⁴ Vide *O Século*, 10 de Dezembro de 1913, nº 11495, p. 5.

Por outro lado, não faltaram os desmentidos de Eusébio Leão na imprensa italiana sobre as notícias falsas respeitantes a supostos tumultos em Portugal³⁴⁵. Muitas vezes não passavam de greves por parte de associações de trabalhadores, por exemplo, mas que acabavam excessivamente hiperbolizadas em alguns jornais italianos³⁴⁶. Exemplo disso são os artigos do *Corriere Della Serra*, promotor de uma campanha anti-republicana ao longo dos primeiros anos do novo regime: a conspiração monárquica constituía o seu objecto de interesse particular³⁴⁷.

Em 1914, entre 1 de Janeiro e 28 de Fevereiro (a desenvolver no Capítulo VI), Leão regressava a Portugal para assumir o seu lugar no Senado. Antes da partida enviava uma carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros António Macieira³⁴⁸, ministro entre Janeiro de 1913 e Fevereiro de 1914, com o objectivo de clarificar as relações luso-italianas e avaliar a conjuntura italiana da época. Quanto ao primeiro aspecto, Leão analisava o impacto positivo do orçamento republicano de 1913/1914; tal não dissuadia o embaixador de solicitar um reforço da propaganda portuguesa em Itália: “*Confundem-nos com a Espanha! Chega a*

³⁴⁵ Vide *O Século*, 8 de Setembro de 1913, nº 11404, p. 2.

³⁴⁶ Sobre este assunto, tenha-se em atenção o auxílio e trabalho prestado por Emídio Garcia: “*Não abandonava dia e noite as Sale della Stampa e os salões da Agenzia Stefani, ora para colher noticias precisas acerca do que ia sucedendo em Portugal, ora para prestar esclarecimentos aos colegas ali empregados. Evitei, assim, fantasiosas reportagens e boatos postos a circular tendenciosamente.*” Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1937, pp. 18-19.

³⁴⁷ Vide Idem, *ibidem*. Ainda em 1913 é dirigido um pedido a Eusébio Leão por parte do ministério dos negócios estrangeiros, na esteira do casamento de D. Manuel II: pretendia o ministro português evitar alguma dedicatória de Victor Emanuel III ao antigo rei português. Vide Telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 3 de Setembro de 1913, *Telegramas recebidos do MNE (1) (1878-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123.

³⁴⁸ António Macieira nasce a 5 de Janeiro de 1875 na cidade de Lisboa e cursa em Direito na Universidade de Coimbra, vindo a licenciar-se no ano de 1899. É ainda durante os seus tempos de estudante que vai efectuar a sua adesão ao Partido Republicano Português. No ano em que termina o curso, abre um escritório em Lisboa, e da sua lista de clientes, destaca-se a Companhia Carris de Ferro de Coimbra. É eleito deputado em 1911 pelo círculo de Torres Vedras, acabando mais tarde transferido para o Senado. No que toca ao seu trabalho na esfera política, entre 12 de Novembro de 1911 e 16 de Junho de 1912 assume a pasta da Justiça durante o governo presidido por Augusto de Vasconcelos. Adepto do trabalho de Afonso Costa, e apoiante da Lei da Separação, continuará o seu trabalho combatendo os opositores à laicização da Administração Pública. Entre 9 de Janeiro de 1913 e 9 de Fevereiro de 1914 tomará posse da pasta dos Negócios Estrangeiros durante o governo liderado por Afonso Costa. Em Abril de 1916 preside a delegação portuguesa na Conferência Parlamentar Internacional de Comércio e em Maio de 1917 representa Portugal na Conferência Parlamentar Internacional de Comércio. Por fim, assume o cargo de Presidente da Câmara de Deputados em Maio de 1917, que ocupará até 19 de Dezembro de 1918, data da sua morte, vítima de um acidente de automóvel. Vide Ana Paula Pires, “Macieira Júnior, António Caetano (1875-1918)” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 730-731.

passar como certas pessoas, que aliás são ilustradas, ignoram tudo o que nos diz respeito”³⁴⁹. Na caracterização do segundo aspecto, Leão abordava as eleições legislativas em Itália, as primeiras com sufrágio universal que, sem surpresas, duplicaram os deputados socialistas e aumentaram os deputados católicos, com 228 dos 508 lugares do Parlamento³⁵⁰. Estes últimos teriam como principal objectivo a oposição às leis do divórcio e da laicização do ensino, propósitos que agravavam o anticlericalismo no parlamento italiano³⁵¹. Por fim, Eusébio Leão avaliava o desgaste financeiro sentido em Itália, fruto da tentativa de afirmação como grande potência do Mediterrâneo, uma erosão que, estimava, conduziria à queda do governo de Giolitti³⁵².

De regresso a Roma, Leão empenhou-se na criação de um consulado em São Marino, tendo sido até escolhido um cônsul, Giuseppe Rossi, cujas patentes de nomeação eram enviadas a Eusébio Leão.³⁵³ Apesar da boa vontade da República de São Marino que queria, por exemplo, condecorar Bernardino Machado, os entraves colocados por este estado viriam a inviabilizar as intenções da diplomacia portuguesa; em Outubro de 1914 Eusébio Leão entendia desinvestir em São Marino que “[...] não teria importância alguma”³⁵⁴.

³⁴⁹ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 7 de Janeiro de 1914, *Correspondência expedida para o MNE. (Letra A) (9) (1905-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°2, L/R 68.

³⁵⁰ Vide Idem, *ibidem*.

³⁵¹ Vide Idem, *ibidem*.

³⁵² Vide Idem, *ibidem*.

³⁵³ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 25 de Abril de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo n° 171, A – N°14, L/R 46.

³⁵⁴ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Outubro de 1914 [sem dia], *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, n° 5, L/R 119.

Fulcral neste período seria a correspondência trocada entre Eusébio Leão, Sidónio Pais³⁵⁵, Ministro Plenipotenciário em Berlim, Alemanha, e Arenas de Lima³⁵⁶, Encarregado de Negócios em Viena, Áustria. Com o eclodir da primeira Guerra Mundial, as comunicações com Berlim e Viena tornaram-se esparsas e o governo português considerava Roma como a única possibilidade de contacto com os seus diplomatas. Durante algum breve período era criada uma linha de comunicação entre Lisboa, Roma e Berlim/Viena. Entre os vários ofícios trocados pelas duas legações e Lisboa, via Roma, em 1914, destaque-se os vencimentos enviados por Eusébio Leão, por via do Banco de Itália, aos portugueses empregados nas

³⁵⁵ Sidónio Pais nasce em Caminha a 1 de Maio de 1872. Estuda em Coimbra, onde tira os cursos nas Faculdades de Matemática e Filosofia no ano de 1893. Torna-se artilheiro, fruto do curso tirado na Escola do Exército em 1892. Fruto de leituras positivistas e de cientismo, afasta-se da ideia de Deus e de Monarquia em prol das “ideias avançadas”, veiculadas pelos republicanos. Torna-se de seguida lente substituto na Faculdade de Matemática. Em 1902 leciona no Colégio São Pedro, e entre 1905 e 1911 é nomeado director na Escola Industrial Brotero. Já com a revolução republicana consumada, Sidónio Pais tornar-se-á Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, vice-reitor da Universidade de Coimbra, administrador interno do concelho e membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro Portugueses. Será eleito deputado pelo círculo de Aveiro, entrando de seguida nos dois primeiros ministérios constitucionais da República Portuguesa. No primeiro, liderado por João Chagas, assumirá a pasta do fomento e no segundo, liderado por Augusto de Vasconcelos, assumirá a pasta das Finanças. Já em 1912 aceita o convite que lhe é proposto de se tornar ministro plenipotenciário em Berlim, ficando no posto até 1916, ano da entrada de Portugal na guerra contra Portugal. A sua atitude, intitulada de germanófila, foi fortemente criticada. Já em 1917, fruto de um golpe militar que ocorreu entre os dias 5 e 8 de Dezembro, e que derrubou o 3º governo de Afonso Costa, Sidónio Pais virá a tornar-se Presidente da República, vindo a fundar aquilo que ficou conhecido como a “República Nova”. Morre a 14 de Dezembro de 1918, vitimizado por um assassinato. Vide Armando Malheiro da Silva, “Pais, Sidónio Bernardo Cardoso da Silva (1872-1918)” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 144-145.

³⁵⁶ Luiz de Arenas de Lima, nascido a 7 de Janeiro de 1863, foi um diplomata de carreira que dedicou toda a sua vida profissional à diplomacia portuguesa. Inicia os seus trabalhos em Junho de 1896 quando é nomeado adido à Legação de Portugal em Londres, cargo que não viria a assumir, sendo, ao invés, chamado a prestar serviço junto do gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros. Já em 1898 é nomeado 2º secretário para a legação portuguesa no Rio de Janeiro, cargo que manteria até 1901, ano em que é chamado para regressar a Portugal e, posteriormente, ser transferido para a legação portuguesa em Viena no mês de Outubro, onde ficaria durante dois meses, acabando por seguir para a legação em Paris, sempre na função de 2º secretário. A 4 de Novembro de 1903 segue para São Petersburgo onde assume o cargo de Encarregado de Negócios, vindo mais tarde (a 4 de Fevereiro de 1904) a assumir as mesmas funções em Washington. Nesta capital manter-se-á até Julho de 1907. Terá depois uma pausa de 3 anos, voltando ao activo em 1910 quando é nomeado delegado do governo português no 17º Congresso Internacional de Americanistas que ocorreu entre os dias 8 e 14 de Setembro daquele ano. Quanto aos cargos diplomáticos, é chamado a ocupar o papel de Encarregado de Negócios na legação portuguesa no México em Janeiro de 1910, sendo nesta legação promovido a 1º secretário. Ainda neste ano reassume o cargo que ocupou em Washington no ano de 1904, mantendo-se lá até 18 de Outubro de 1912. Irá de seguida assumir a gerência da legação portuguesa em Viena até 1916, ano em que lhe é concedido o título e honras de Conselheiro de Legação. A partir de 1917 assume interinamente o cargo de 1º secretário em Paris, vindo a gerir aquela Legação enquanto Encarregado de Negócios entre Dezembro de 1917 e Janeiro de 1918, e uma vez mais em 1919. Foi também Encarregado de Negócios das legações portuguesas em Madrid e no Vaticano. Por fim, a 21 de Março de 1927 é lhe concedido o grau de Chefe de Missão de 2º Classe e a 21 de Agosto de 1930 o de Ministro Plenipotenciário de 2ª Classe, cargo com que se haveria de reformar em 1933, terminando assim uma carreira bastante activa na diplomacia portuguesa, merecedora das nomeações que veio a receber no final da sua carreira. Vide [sem autor], “Arenas de Lima (Luiz de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 173-174.

referidas Legações³⁵⁷. Até ao final do mês de Setembro, ambas as legações receberiam o dinheiro devido (sabe-se que Eusébio Leão pediu para o Banco d'Itália transferir 6180 Libras a serem distribuídas – Sidónio País recebeu 632 Marcos; já de Arenas de Lima, em Viena, não se sabe o valor que recebeu, tendo sido o resto do dinheiro submetido por Eusébio Leão convertida à moeda austríaca) e o trabalho do diplomata português acabaria louvado pelos seus colegas e pelo ministério. Nem só diplomatas recorreram a Eusébio Leão; por exemplo, Manuel da Câmara Leite, estudante na Alemanha, contactou o ministro português em Itália para solicitar dinheiro à família³⁵⁸. O pedido foi aceite e Eusébio Leão viria efectivamente a servir de interlocutor.

Ao longo deste ano foram também enviadas condolências aos milhares de vítimas que pereceram devido à catástrofe natural ocorrida na Sicília, em nome do governo português e do Presidente da República. Da mesma autoria, foram também apresentadas condolências ao governo italiano pela morte do ministro dos negócios estrangeiros de Itália, o Marquês de San Giuliano.

Já no quadro das congratulações, tanto o governo português, como o Presidente da República, deram as suas felicitações à família real italiana pelo nascimento da princesa Maria Francesca, filha de Victor Emanuel III.

³⁵⁷ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 28 de Agosto de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº 340, L/R 46.

³⁵⁸ Vide carta de Manuel da Câmara Leite para Eusébio Leão, 12 de Outubro de 1914, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

Por fim, deverá salientar-se os elogios da imprensa italiana sobre a recuperação económica de Portugal, superado o *déficit* nas finanças públicas. Estas informações emanavam da imprensa periódica especializada, como o *Economista d'Itália*.³⁵⁹

No ano seguinte, de 1915, Eusébio Leão ver-se-ia envolvido no resgate feito aos 94 indo-portugueses, ex-tripulantes de vapores austríacos, que se encontravam retidos em Trieste, privados de dinheiro e documentação. Embora fosse uma matéria da tutela de Arenas de Lima, encarregado de negócios em Viena, Eusébio Leão prestaria um contributo relevante na organização dos transportes necessários para deslocar o grupo até ao local de origem³⁶⁰.

A ideia inicial de Eusébio Leão consistia na deslocação destas tripulações através do contratorpedeiro Liz e do rebocador Berrio (assunto a desenvolver no próximo subcapítulo), uma ideia inexecutável, devido à falta de espaço disponível³⁶¹. A 28 de Fevereiro, o diplomata português recebia uma carta da Marinha Italiana a informar a possibilidade da viagem dos 94 indivíduos serem levados para Bombaim, no barco “Piroscapo”, na 3ª classe e com desconto de 12% nos bilhetes. Para tal, a Marinha Italiana precisava de uma autorização de embarque das autoridades inglesas ou indianas³⁶². Para o efeito em apreço, o ministério dos Negócios Estrangeiros português transferia 30.000 francos à guarda do diplomata em Roma, dos quais Eusébio Leão só necessitou de despendar 27.618,40³⁶³.

³⁵⁹ Vide *A Lucta*, 26 de Janeiro de 1914, n.º 2915, p. 2.

³⁶⁰ Vide carta de Eusébio Leão para Arenas de Lima (Encarregado de Negócios em Viena), 30 de Janeiro de 1915, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador] (2) (1902-1917)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

³⁶¹ Vide Idem, *ibidem*.

³⁶² Vide carta da Marinha Italiana para Eusébio Leão, 28 de Fevereiro de 1915, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

³⁶³ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 7 de Abril de 1915, *Correspondência expedida para o MNE. Repartição de contabilidade (4) (1883-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, C – N.º5, L/R 63.

Ainda em 1915, a Legação portuguesa em Roma recepcionava uma carta do Ufficio Marconi³⁶⁴, subordinada ao contrato entre a empresa e o governo português em 1912; segundo o estipulado então, construir-se-iam estações radiotelegráficas em Lisboa, Porto, Funchal, São Miguel e São Vicente (Cabo Verde)³⁶⁵. Cumpridos três anos, esta companhia pretendia saber se o governo português desejava a concretização do projecto, assente na cedência pública de terrenos e trabalhadores enquanto a companhia Marconi construiria os equipamentos³⁶⁶. Este acordo foi efectivamente concluído a 10 de Julho de 1912, em muito devido ao entusiasmo de António Maria da Silva, director dos Correios e Telégrafos em

³⁶⁴ A Marconi (Companhia Marconi/MWTC – Marconi’s Wireless Telegraph Company Ltd), empresa inglesa, foi um sistema de radiocomunicação/telegrafia sem fios (TSF) desenvolvido por Guglielmo Marconi (1874-1937) - um engenheiro electrónico e inventor nascido em Itália - com o contributo de cientistas, militares e empresários. Foi um sistema bastante inovador no mundo, mobilizando grupos institucionais e comunidades científicas, relacionando-se e interagindo com múltiplas “culturas de investigação”, primeiro em Inglaterra e, de seguida, alargando-se a outros países. Foi uma empresa que se antecipou a outras e que investiu imenso nos meios de inovação e formação, na integração de grandes consórcios ou no espírito negocial que lhe foi sempre associado. Participou sempre na construção de um mundo mais global, mas apesar da sua concepção, na viragem do século XIX para o século XX, ser de base pacifista, a verdade é que acabaria por adquirir funções maioritariamente militaristas, tornando-se num instrumento de enorme potencial militar que se adaptaria à iminência de um conflito armado. Teria a sua estreia militar na segunda guerra Boer, isto é, entre 1899 e 1902. Tornar-se-ia numa clara ameaça aos cabos submarinos e telegrafias com fios, apesar de uma maior lentidão, mas numa fase inicial, assiste-se, não a uma substituição tecnológica, mas sim a um complemento. Quanto à sua ligação com Portugal, Marconi seria essencial no desenvolvimento da rede intercontinental e colonial de radiocomunicações portuguesas, de importação de conhecimentos e tecnologias, e para aproximar Portugal e as suas colónias a todo o mundo. Todo este sistema, apesar de ser vítima de um maior desenvolvimento já durante o Estado Novo, e de só ver os primeiros circuitos concluídos em 1925, é sugerido a Portugal por parte da sua empresa desde Março de 1902, e encontrará fortes entraves e hesitações por parte da Monarquia que, para além de estar perante uma empresa e tecnologia inovadora, tendia a estudar outras opções de empresas rivais à Marconi, como por exemplo a Telefunken, empresa alemã. Com a República, e apesar da hesitação de Sidónio Pais (ministro do fomento a partir de Setembro de 1911), que colocou vários obstáculos, derivado dos preços que eram propostos ao governo português, a verdade é que a maioria dos republicanos, onde se destaca, claramente, António Maria da Silva, preferenciava a Marconi a qualquer outra empresa, sendo os seus preços os mais acessíveis, após uma análise comparativa bastante aprofundada, levada a cabo por Estevão de Vasconcelos, ministro do fomento que substituiu Sidónio Pais na gerência desta pasta. Apesar da celebração do contrato, a verdade é que houve um total fracasso no que se refere à construção das variadas estações, que, como supra exposto, só teriam os primeiros circuitos concluídos em 1926. Este atraso era fruto de enormes condicionantes, como por exemplo: a aprovação parlamentar do contrato, a escolha dos terrenos, a persistência da companhia Marconi que queria analisar esses mesmos terrenos, a ausência de resposta por parte do governo ao longo dos anos, a exiguidade do prazo para construção de edifícios, associado a um processo complexo de expropriação e desbloqueio de verbas e a abertura de concursos para a concessão da construção dos edifícios. Com a Primeira Guerra Mundial e o período pós-guerra que inundou Portugal numa crise política e económica, aceleramentos neste processo não eram expectáveis. O seu desenvolvimento já só aconteceria com o Estado Novo e a ditadura militar que o precedeu (Maio de 1926), já com a Companhia Portuguesa Rádio Marconi (CPRM) criada, a 18 de Julho de 1925, ou seja, nas últimas “horas” da Primeira República. Vide Maria Inês Pires Soares da Costa Queiroz, *A Companhia Portuguesa Rádio Marconi na Rede Mundial de Comunicações (1906-1936)*, Tese de Doutoramento financiada pela FCT em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

³⁶⁵ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 4 de Maio de 1915, *Correspondência expedida para o MNE. Repartição de Contabilidade (4) (1883-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 63.

³⁶⁶ Vide Idem, *ibidem*.

Portugal³⁶⁷. No entanto sobreviviam um conjunto de entraves, para desespero da Companhia que, sucessivas vezes, apelava ao Estado português o cumprimento das cláusulas do contrato. Os primeiros circuitos só acabariam por abrir em Dezembro de 1926³⁶⁸.

Em termos políticos, ainda em 1915, coube a Eusébio Leão notificar o Rei de Itália da posse do novo Presidente da República, uma em Agosto de 1915 e a outra em Dezembro do mesmo ano³⁶⁹. Por outro lado, a Consulta avisava a legação portuguesa sobre a necessidade dos portugueses entrados em Itália se encontrarem munidos de passaporte carimbado pelas autoridades do país de origem e visado por um consulado italiano³⁷⁰. Por fim, os funcionários da legação portuguesa em Roma solicitavam a intervenção de Eusébio Leão junto do ministério dos negócios estrangeiros para sensibilizar as autoridades portuguesas sobre o agravamento das condições de vida na sequência do início da Grande Guerra³⁷¹.

2. Portugal e Itália na Grande Guerra (1914-1916)

Neste subcapítulo procede-se à análise dos contactos mantidos entre Portugal e Itália no domínio militar, através de acordos efectuados ou mesmo de outras iniciativas de cooperação que não subsistiriam. Interessa-nos também avaliar o entendimento político de Eusébio Leão sobre a guerra no contexto europeu, não só no ponto de vista português, como no ponto de vista italiano. Para tal, limitarmo-nos aos anos compreendidos entre 1914 e 1916

³⁶⁷ Vide Maria Inês Queiroz, “Companhia Portuguesa Rádio Marconi (1925-2002)” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, p. 774.

³⁶⁸ Vide Idem, *ibidem*.

³⁶⁹ Vide cartas do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 31 de Agosto de 1915 e 15 de Dezembro de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, n° 18 (15 de Dezembro de 1915), L/R 46.

³⁷⁰ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 20 de Outubro de 1915, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – N°32, L/R 69.

³⁷¹ Vide carta de M. de Brederade, Jayme de Séguier e Joaquim Pedroso, 29 de Julho de 1915, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

constituía uma opção redutora tendo em vista a natureza de articulação entre Portugal e Itália nos anos anteriores ao conflito mundial.

Em 1912, verificava-se o lançamento oficial do submergível “Espadarte”, o primeiro submergível português (uma primeira unidade experimental do modelo Laurenti-Fiat), construído em Itália por iniciativa do ministro da Marinha, João de Azevedo Coutinho, em Junho de 1910³⁷², nos estaleiros de Livorno, com um custo total de 100 contos³⁷³. A relevância deste facto para a República Portuguesa era inequívoco conforme se apreciava da sua associação ao segundo aniversário da República Portuguesa. Eusébio Leão acompanhara directamente esta matéria, mantendo contacto estreito com o chefe da missão naval portuguesa, Joaquim d’Almeida Henriques³⁷⁴, designado para supervisionar a construção do submergível³⁷⁵. Convidado por este para assistir à cerimónia oficial que assinalava a viagem inaugural do “Espadarte”, Leão seria igualmente solicitado para indicar a madrinha para o baptismo³⁷⁶. Não será surpreendente por isso que a opção tenha recaído em Sarah Leão Tavares, sobrinha do diplomata português³⁷⁷.

³⁷² Vide Capitão da Marinha Mercante José Ferreira dos Santos, *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Academia da Marinha, 2008, p. 104.

³⁷³ Vide Aniceto Afonso & Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, p. 102. Sublinhe-se que Portugal adquiriu o submergível muito antes da Espanha que só em 1916 tomara a decisão de o fazer. Todavia, a esquadra espanhola era muito melhor do que a portuguesa, que passava por uma requalificação e renovação. Vide Idem, *ibidem*, pp. 100 e 102.

³⁷⁴ Joaquim de Almeida Henriques, nascido em 1845, foi o comandante do submarino português “Espadarte”. No seguimento desta nomeação, acabaria por se tornar no grande organizador da instrução submarina, comandando durante alguns anos a esquadilha de submarinos, o primeiro também a fazê-lo. Chefiou a missão que acompanhou e fiscalizou a construção de alguns dos navios do programa naval de 1930, acabando por lhe ser concedida a chefia de um desses navios, o “Afonso de Albuquerque”. Já na década de 30, viria a ser nomeado Capitão-de-Mar-e-Guerra em 1933, e em 1937 acabaria promovido a Contra-Almirante. Por fim, destaque-se um episódio em que participa no 14 de Maio de 1915, onde Almeida Henriques se recusa a cumprir as ordens que recebe de afundar, com o seu “Espadarte”, o cruzador “Vasco da Gama”, revoltoso, comandado por Leote do Rêgo. Vide [sem autor], “Almeida Henriques (Joaquim de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 74.

³⁷⁵ Vide carta do Chefe da Missão Naval Portuguesa, Joaquim d’Almeida Henriques, para Eusébio Leão, 26 de Abril de 1912, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

³⁷⁶ Vide Idem, *ibidem*.

³⁷⁷ Vide carta de Eusébio Leão para o Chefe da Missão Naval Portuguesa, 1 de Outubro de 1912, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador] (2) (1902-1917)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

O evento foi promovido pela Casa Fratelli Orlando & C^a, companhia construtora do submergível, ao qual compareceram, por convite, as autoridades civis e militares brasileiras e italianas. Classificado de “[...] solenidade [...] com um carácter excepcional e de importância e esplendor”³⁷⁸, seria momento de Eusébio Leão e o chefe da missão naval tecerem agradecimentos mútuos pela dedicação e esforço em prol da República. O facto não passava despercebido à imprensa portuguesa que dele dava conta, enfatizando a sua relevância para a consolidação do regime republicano³⁷⁹.

Este ano era propício às considerações de Leão sobre as relações políticas europeias e as tensões crescentes no Velho Continente. Pela correspondência enviada a Lisboa, o representante português em Roma demonstrava-se convicto sobre a iminência de um conflito militar. Importaria, no entanto, apurar as causas imediatas do confronto, o seu alcance nas rivalidades existentes entre as potências europeias bem como o momento a partir do qual se processaria a generalização da beligerância no continente europeu, asserções complementadas pelo diplomata com uma ideia-chave: a persistência da guerra italo-turca e o seu impacto na transformação do conflito à escala europeia³⁸⁰. Observava, por outro lado, as dificuldades experimentadas pelas instituições monárquicas italianas em função de um confronto durável³⁸¹.

³⁷⁸ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Outubro de 1912 [sem dia], *Correspondência expedida para o MNE. (Letra A) (9) (1905-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°65, L/R 68.

³⁷⁹ *A Capital*, 6 de Outubro de 1912, n° 787, p. 1. Também *A Lucta* e *O Mundo* participaram nas suas colunas informativas a festa do lançamento do “Espadarte” à água. O primeiro resumiu muito brevemente o acto solene e aborda dos brindes feitos em prol da República Portuguesa e ao rei de Itália dos presentes na cerimónia. Vide *A Lucta*, 7 de Outubro de 1912, n° 2447, p. 2. Por parte do segundo, a notícia foi exactamente idêntica, abordando o sucesso da entrada do submergível português na água e os brindes feitos entre autoridades portuguesas, italianas e brasileiras, à República Portuguesa e ao rei de Itália. Vide *O Mundo*, 7 de Outubro de 1912, n° 4340, p. 3.

³⁸⁰ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 30 de Maio de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

³⁸¹ Vide Idem, *ibidem*.

Funcionando na base de uma monarquia constitucional, o mecanismo institucional do Estado italiano tinha no rei a sua figura mais representativa, detentora de um amplo conjunto de poderes. Este era o primeiro órgão constitucional da monarquia italiana, exercendo assim o poder do Estado em seu nome, exercendo os seguintes poderes: no poder legislativo, dá a iniciativa da lei, as suas sanções e promulgações; na administração, é o órgão constitucional essencial do poder executivo; e no poder judicial, toda a justiça emana e é administrada através do seu nome³⁸². Era-lhe também incumbida a nomeação do senado, a convocação do colégio eleitoral nacional, a abertura, o encerramento e a extensão das sessões parlamentares, sendo também sobre ele encarregue a nomeação dos altos cargos do governo italiano³⁸³. Em aspectos de foro militar, o rei tinha a tutela do comando de todas as forças militares, a mobilização dos cidadãos na eventualidade de um conflito militar, a representação do Estado nos palcos internacionais, as declarações formais de guerra, os tratados de paz, de aliança e de comércio³⁸⁴. Em suma, o rei participava em todos os poderes fundamentais do Estado italiano.

No que respeita ao poder executivo, exercido pelo rei por via do seu governo, este era nomeado pelo próprio rei e, por norma, decorria de uma comissão da maioria parlamentar, existindo então em Itália uma forma política com forte base no parlamentarismo³⁸⁵. Quanto ao líder do governo, o Presidente do Conselho tinha um papel superior a qualquer outro ao representar o governo, cabendo-lhe a união política e administrativa do Estado italiano, mas nunca esquecendo que era subordinado do Parlamento³⁸⁶. Este, repartido por duas câmaras

³⁸² Vide Annibale Alberti & Giovanni Tommasini, “Itália” in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Volume XIX, Giovanni Gentile (dir.), Milano, Istituto dell’Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 1933, p. 775.

³⁸³ Vide Idem, *ibidem*, p. 775.

³⁸⁴ Vide Idem, *ibidem*, p. 775.

³⁸⁵ Vide Idem, *ibidem*, p. 776.

³⁸⁶ Vide Idem, *ibidem*, p. 776.

(Câmara dos Deputados e Senado), pretendia propiciar um maior e melhor equilíbrio na política italiana, permitindo assim uma melhor representação de todas as partes participantes com o objectivo de criar um poder legislativo mais ponderado e perfeito³⁸⁷. Ambas as câmaras eram independentes uma da outra, sendo o Senado nomeado pelo próprio rei, tornando-a assim inalterável, independentemente do governo; ao contrário da Câmara dos Deputados que era constituída por via de eleição, o que resultava em constantes mudanças na sua constituição³⁸⁸. Por fim, o poder judicial, apesar de ser exercido em nome do rei, funcionava sempre de uma forma independente³⁸⁹.

Neste sentido, e no que à Primeira Guerra Mundial dirá respeito, a Itália de forma consensual, incluindo o seu governo, não tecia imagens positivas da guerra, com repercussões no sentimento gerado em torno da não beligerância³⁹⁰. Os próprios partidos políticos italianos rejeitavam uma possível entrada no conflito armado: os partidos mais à direita (liderados pelo católicos) estavam firmemente contra a beligerância uma vez que rejeitavam uma guerra contra Estados de religião maioritariamente católico, destacando-se nesse elenco, a Áustria; os partidos mais à esquerda (liderados pelos nacionalistas), descreviam a guerra como “vazia” e como um custo pesado para o proletariado; por fim, os socialistas viam na guerra o início de uma “crise final” do capitalismo e eram intransigentes na oposição a qualquer conflito³⁹¹.

No entanto, o rei de Itália, Victor Emanuel III, era um apologista da guerra – ao lado da Entente Cordiale, sendo o rei italiano casado com uma princesa montenegrina e um

³⁸⁷ Vide Idem, *ibidem*, p. 776.

³⁸⁸ Vide Idem, *ibidem*, p. 776.

³⁸⁹ Vide Idem, *ibidem*, p. 777.

³⁹⁰ Vide Francesco L. Galassi & Mark Harrison, “Italy at War, 1915-1918” in *The Economics of World War I*, Mark Harrison & Stephen Broad (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 276-309.

³⁹¹ Vide Idem, *ibidem*, pp. 276-309.

defensor do escravismo³⁹² - e tendo ao seu dispor o governo que nomeou, onde as duas principais figuras (António Salandra³⁹³, Presidente do Conselho, e Sidney Sonnino³⁹⁴, Ministro dos Negócios Estrangeiros) eram também defensores da entrada na guerra, o destino da Itália, estaria então traçado³⁹⁵.

³⁹² Vide Marco Picone Chiodo, "L'Italia nella "Grande Guerra": la contro storia" in *Emie – Scienza Politica e Cultura dei Popoli Minoritari*, Milano, [s. e.], nº 15, 1988, p. 5.

³⁹³ António Salandra (13/8/1854 – 9/12/1931) foi um pedagogo e político italiano de grande prestígio em Itália. Entra na Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Nápoles, e forma-se no ano de 1872, algo que não o impediu de continuar os seus estudos, apesar de já exercer a profissão. Torna-se professor em 1877 e no início de 1879 é chamado pelo Ministro da Instrução Pública italiano, De Sanctis, para se tornar docente na Universidade de Roma, lecionando Legislação Económico-Financeira. É também eleito deputado para a Câmara dos Deputados em 1886, algo que não o impediu de continuar a lecionar, a escrever livros e artigos sobre jurisprudência e economia. Colaborará no jornal *La Rassegna*, onde se tornará grande amigo de Sidney Sonnino. Enquanto deputado, segue a doutrina do Partido da Direita Histórica, defendendo uma política que elevasse ao máximo o prestígio italiano no mundo, que mantivesse bem viva a ideia da Pátria italiana, sem oportunistas parlamentares, e cheia de intenções puras, retirando assim os interesses particulares ou partidários dos políticos italianos. O seu primeiro cargo no Estado italiano, seria o de Primeiro Secretário das Finanças (02/1891 – 05/1892), de seguida seria Secretário no último ministério de Crispi (12/1893 – 03/1896), com Sonnino, alcançaria as primeiras pastas ministeriais, nomeadamente, das Finanças e, de seguida, a do Tesouro e, por fim, seria também Ministro da Agricultura (05/1899 – 06/1900). Contudo, o momento alto de toda a carreira profissional de Salandra, chegaria com a eclosão da guerra em 1914. Este político, enquanto Presidente do Conselho, ficará intimamente ligado à ligação italiana com a guerra, cabendo-lhe a decisão da neutralidade, primeiramente, e, de seguida, a da participação no conflito armado. Vendo na guerra uma oportunidade de alcançar os grandes objectivos italianos no Adriático, a Primeira Guerra Mundial provocou em Salandra um sentido de oportunidade que o ministro soube aproveitar. Manter-se-á no cargo máximo do governo italiano até Junho de 1916. Após a sua saída do governo, o seu trabalho político desce drasticamente, destacando-se a sua presença na Conferência de Paris em nome do governo italiano, e a sua nomeação para representante de Itália em Genebra, já com o fascismo em vigor. Desliga-se por completo da vida política em 1925 e entrega-se de novo à erudição. Por fim, voltará em 1928 à acção quando é nomeado Senador, o seu último cargo. Vide Augusto Torre, "Salandra, Antonio" in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Volume XXX, Giovanni Gentile (dir.), Milano, Istituto dell'Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 1936, pp. 491-492.

³⁹⁴ Giorgio Sidney Sonnino (11/3/1847 – 24/11/1924), filho de pai italiano e mãe inglesa, foi barão e alta figura do teatro político italiano. Nascido em Pisa, formou-se em 1865 na área da forense, mas não exerce a profissão, entrando, ao invés, logo no mundo político, mais concretamente, na área da diplomacia, tendo passado em diversas embaixadas, nomeadamente: Madrid (1867-1868), Viena (1868), Berlim (1869-1870), Paris (1870) e, novamente, Madrid (1871-1872), última embaixada onde trabalha antes de se retirar do ramo. No seu retorno a Itália, cria a revista *La Rassegna*. Em 1880 re-entra no mundo político italiano ao ser eleito deputado para a XIV Legislatura. Terá o seu primeiro cargo oficial entre Janeiro e Março de 1889 como Secretário do Tesouro. De seguida, assumirá a primeira pasta ministerial nas Finanças e no Tesouro (interino) (Dezembro 1893 – Junho 1894). Entre Junho de 1894 e Março de 1896 volta a assumir a pasta do Tesouro. Aqui, ficará responsável pelo balanço e revigoramento das finanças italianas e a reordenação da circulação bancária. Será, por fim, chefe de governo a 8 de Fevereiro de 1906, num cargo que durará pouco mais de 3 meses, retirando-se a 27 de Maio do mesmo ano. Já em 1909 voltará a assumir a liderança de um governo, o seu último que, por sua vez, teria praticamente o mesmo tempo de vida do seu primeiro governo, ficando em vigor entre 11 de Dezembro e 31 de Março de 1910. O seu último grande cargo político seria o de Ministro dos Negócios Estrangeiro durante três governos sucessivos (5/11/1914 – 23/6/1919), iniciados por António Salandra, sobrevivendo assim a toda a Primeira Guerra Mundial. O seu trabalho enquanto chefe da pasta dos estrangeiros destacar-se-á durante a Conferência de Paz, onde critica a falta de cumprimento das pretensões italianas assinadas no Tratado de Londres. No mesmo ano em que abandona o Ministério dos Negócios Estrangeiro, Sonnino decide abandonar a política, retornando, no entanto, a 3 de Outubro de 1920 quando é nomeado senador. Vide Augusto Torre, "Sonnino, Giorgio Sidney" in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Volume XXXII, Giovanni Gentile (dir.), Milano, Istituto dell'Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 1936, pp. 144-145.

³⁹⁵ Vide Marco Picone Chiodo, *op. cit.*, p. 7.

Quanto à dimensão temporal do início das hostilidades, Leão considerava que “*se não fosse agora, será dentro de um período de 3 a 4 anos*”, atendendo aos propósitos austríacos de neutralizar as aspirações sérvias³⁹⁶ no mar Adriático³⁹⁷. As percepções de política externa de Leão eram largamente tributárias das trocas de impressões mantidas com o ministro plenipotenciário da Bulgária em Itália, cujo entendimento sobre as relações políticas e militares nos Balcãs valorizava. Nessa medida, Leão não teria qualquer relutância em informar Lisboa sobre a forte possibilidade de eclosão do conflito a breve trecho, tendo em conta a direção que a diplomacia europeia estava a tomar³⁹⁸.

No domínio da política externa italiana, Leão revelava-se um espectador atento e crítico sobre os fundamentos e funcionamento da aliança com a Alemanha e a Áustria. Retratada como “*ignóbil comédia*”, a Entente não impedia a Alemanha de vender material de guerra em enorme quantidade aos turcos, em guerra com a Itália. De igual forma, não dissuadia a Áustria de atacar a Itália na imprensa, tecendo rasgados elogios aos turcos³⁹⁹.

³⁹⁶ Das grandes potências europeias, o Império Austro-húngaro era o mais fraco, tanto económica como politicamente. Casa de cinco grandes religiões e cerca de 12 línguas diferentes, este Estado vivia em constante receio de subversões étnicas, sendo a Sérvia a maior das preocupações. Este pequeno Estado era caracterizado como um reino cristão agressivo, palco de violências internas que obteve, fruto de rebeliões, a independência do Império Otomano. Contudo, esta Sérvia independente, não juntava entre si todos os sérvios, sendo que alguns estavam presentes na própria Áustria, e esses, como seria de esperar, rejeitavam por completo o domínio Habsburgo. Fruto dessa rejeição resultou o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando na Bósnia (província austríaca que albergava também uma quantidade significativa de sérvios), herdeiro ao trono do Império, vítima de um atentado levado a cabo pela organização intitulada de Mão Negra que, acima de tudo, defendiam a unificação de toda a Sérvia. Para os austríacos, os sérvios (minoría eslava) eram uma ameaça activa e crescente, uma vez que, para além de serem altamente violentos, conseguiram a independência dos otomanos e a conquista de alguns territórios nas guerras Balcãs de 1912-1913, algo que criou entre os sérvios um sentimento de renascimento nacional e a ideia de uma “Grande Sérvia” que fez nascer o projecto de juntar todos os sérvios, e isto incluía os alojados na Áustria e na Bósnia. A cedência da nacionalidade aos sérvios estava fora dos planos e, portanto, face a este crescimento perigoso, o Império Austro-húngaro via na guerra a única hipótese de conter os sérvios, e apesar de já em 1913 a diplomacia dos primeiros para com os segundos se ter tornado mais séria e agressiva, o assassinato do arquiduque acabaria por fomentar o início da beligerância. Vide John Keegan, *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Porto Editora, 2014, pp. 75-78.

³⁹⁷ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 14 de Novembro de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

³⁹⁸ Carta de Eusébio Leão para Augusto de Vasconcelos, 30 de Maio de 1912, *Espólio de Augusto de Vasconcelos*, AHD-MNE, Doc. 81, caixa 60.

³⁹⁹ Carta de Eusébio Leão para José Relvas, 13 de Maio de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

As considerações de Leão não se espraiavam no ano seguinte. Em 1913, o diplomata português em Roma tomava o encargo de preparar a visita do capitão de artilharia Fernando Augusto Freiria⁴⁰⁰ a Itália, com o objectivo de visitar escolas e estabelecimentos militares em nome do governo português, mais concretamente, pelo Conselho de Instrução da Escola de Guerra⁴⁰¹. De uma lista de várias escolas e estabelecimentos militares, o governo italiano concedeu autorização para a visita ao batalhão de estudantes de Torino⁴⁰². Certo é que no final da sua viagem, o militar português fez questão de agradecer a Eusébio Leão pelo seu louvável esforço em facilitar-lhe todas as faculdades necessárias na sua comissão⁴⁰³.

A 4 de Maio de 1913, o *Espadarte* iniciava a viagem com destino a Lisboa, uma vez concluída a fase de testes e verificações realizada no porto de La Spezia, após o lançamento ao mar do submergível⁴⁰⁴.

⁴⁰⁰ Fernando Augusto Freiria nasce a 12 de Janeiro de 1877 e morre a 13 de Abril de 1955. Destacar-se-á pelo seu trabalho na esfera militar, tendo também alguns rasgos participativos no mundo político. Frequenta a Escola do Exército, a Arma de Artilharia e o Curso de Estado-Maior. Atingirá o cargo de Coronel em 1919, faltando-lhe somente o de General. Entre 1912 e 1919 assume o cargo de professor da Escola de Guerra (datas compatíveis à da sua ida a Itália em nome do governo português para visitar e estudar as escolas e estabelecimentos militares daquele país, no sentido de apurar algumas ideias que pudessem melhorar o ensino português na vertente militar) e em Novembro de 1919 é nomeado director da Escola Central de Oficiais. Em 1910 é nomeado vogal da Comissão de reorganização do Exército e em 1912 na Comissão das Forças Militares Coloniais. Em 1914 torna-se Chefe do Estado-Maior do general Gomes da Costa na expedição a Flandres e estará incluindo nas individualidades que participariam na Missão Militar Portuguesa que foi a Londres debater a participação na Grande Guerra. Em 1917 e 1918 tornar-se-á chefe do Estado Maior da 1ª Divisão do Corpo Expedicionário Português e também da sua 2ª Divisão por breves meses quando da ofensiva sobre a Monarquia do Norte. Já em 1920 vai dirigir o Instituto Central de Oficiais e vai-se tornar director-geral dos Transportes do Ministério da Guerra. No que toca à esfera política, Fernando Freiria ocupará a pasta da Guerra por duas vezes, a primeira durante o governo presidido por Cunha Leal (16/12/1921-6/2/1922) e a segunda no governo de António Maria da Silva (7/12/1922-21/7/1923). Entre 1922 e 1925 será eleito deputado pelo círculo de Viana do Castelo. Por fim, destaque-se a sua oposição à Ditadura Militar que adveio do golpe de 26 de Maio de 1928 que o levará a tomar parte de várias revoltas, onde se destacam as do Porto (Fevereiro de 1927) e Madeira (Março/Abril de 1931), que o levaram a ser deportado em ambas as vezes, para São Tomé e Cabo Verde, respectivamente. Vide António Paulo Duarte, “Freiria, Fernando Augusto (1877-1955)” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 122-123.

⁴⁰¹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 22 de Maio de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 16, L/R 46.

⁴⁰² Vide carta do Ministério da Guerra italiano para Eusébio Leão, 13 de Junho de 1913, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁴⁰³ Vide carta de Fernando Augusto Freiria para Eusébio Leão, 28 de Junho de 1913, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁴⁰⁴ Vide telegrama do comandante do submergível “Espadarte”, Joaquim d’Almeida Henriques, para Eusébio Leão, 4 de Maio de 1913, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55. Após a sua entrega, e até 1915 foram efectuadas várias manobras no rio Tejo com a armada portuguesa, onde

O início das hostilidades, no Verão de 1914, inaugurava um novo ciclo nas relações luso-italianas, caracterizado pela neutralidade partilhada por ambas as potências. Esta condição era complementada pela certeza de uma beligerância a breve trecho. Em Julho desse ano, Leão dirigia extensa explicação sobre o posicionamento italiano no conflito surgido entre a Áustria e a Sérvia. Se os pressupostos da política externa italiana eram conformes aos acordos celebrados entre essa potência e a Áustria a 20 de Maio de 1882, respeitantes ao equilíbrio nos Balcãs e, em especial nas margens do Adriático, o confronto militar austro-sérvio representava uma ruptura neste sistema. Segundo as perspectivas transmitidas por Leão, a declaração de guerra da Áustria à Sérvia comportava um objectivo expansionista explícito do aliado italiano que, ao conter ou esmagar a pequena potência balcânica, aplicava um grave golpe nos interesses da Itália⁴⁰⁵, que passavam pela manutenção do equilíbrio na zona dos Balcãs. Sublinhe-se tratar-se de uma região da maior relevância para a política externa do reino de Itália que acalentava a inclusão das áreas povoadas por falantes de italiano no seu espaço nacional.

O avanço austríaco e a possível conquista da Sérvia, garante de equilíbrio na região, constituía um revés para as pretensões territoriais da Itália. Por seu turno, a não notificação do estado de guerra entre a Sérvia e a Áustria, da parte desta última potência à Itália, não impunha ao reino italiano o *casus foederis*: nenhum aliado havia sido atacado, antes pelo contrário. Este cenário abriu a possibilidade de beligerância italiana ao lado da Entente

se percebeu que o “Espadarte” conseguiria afundar todos os navios portugueses, a não ser que estes fugissem a alta velocidade. Vide Aniceto Afonso & Carlos de Matos Gomes, *Op. Cit.*, p. 102.

⁴⁰⁵ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Julho de 1914 [sem dia], *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 1, L/R 119.

Cordiale, caso recebesse as compensações territoriais pretendidas, inscritas maioritariamente, na aquisição de Trentino e Trieste, na posse austríaca⁴⁰⁶.

Como seria de esperar, a resposta austríaca foi negativa, e a 2 de Agosto a Itália declarava-se neutra. A mudança de posição italiana no conflito implicaria a assinatura do Tratado de Londres, posteriormente, a 26 de Abril de 1915, e a adesão à Entente Cordiale. Da parte da Alemanha e do Império Austro-Húngaro, a decisão de neutralidade italiana, não era considerada um acto de traição, não existindo qualquer tipo de protesto por parte da diplomacia destes dois países⁴⁰⁷. Por outro lado, os italianos revelavam-se receosos sobre o progresso do eslavismo na região do Adriático, enjeitando por completo a possibilidade de expansão marítima da Grécia, aparentemente suportada pela França e Inglaterra⁴⁰⁸. Apesar de defensores do eslavismo, através do seu soberano, e de entenderem a sua importância no equilíbrio dos Bálticos, o seu avanço naquela região alertava os italianos. Os factores elencados justificavam, aos olhos do diplomata português em Roma, o recrudescimento da aversão popular aos austríacos em Itália, um sentimento reforçado pela ausência de notificação prévia da Áustria ao aliado italiano da intenção de enviar um ultimato à Sérvia⁴⁰⁹.

Já a 4 de Agosto de 1914, no contexto da declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, Eusébio Leão mostrava-se convicto da não cooperação entre a Itália e as potências da Tríplice Aliança. Tais asserções fundavam-se no ódio crescente no país face aos austríacos, acrescido da superioridade naval inglesa aos adversários declarados: “*Parece-me, pois, que ou a neutralidade ou a cooperação com a Inglaterra que aqui tem muita simpatia,*

⁴⁰⁶ Vide *O Século*, 27 de Agosto de 1914, nº 11752, p. 1.

⁴⁰⁷ Vide Marco Picone Chiodo, *op. cit.*, p. 3.

⁴⁰⁸ Vide Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁹ Vide Idem, *ibidem*.

são os dois caminhos que mais convém à Itália”⁴¹⁰. No final do ano, as percepções iniciais de Leão eram objecto de uma revisão, comunicada a Lisboa. A Itália entraria certamente no conflito e, previsivelmente, optaria pela Primavera de 1915 para ingressar nas hostes da Entente Cordiale.

Os preparativos italianos para a mobilização eram inequívocos com a afectação de 900 milhões de liras e o desguarnecimento da fronteira com a França, deslocando todas as unidades para a fronteira com a Áustria⁴¹¹. Sublinhe-se, no entanto, os objectivos endógenos subjacentes à movimentação de tropas que, segundo Leão, era essencial para evitar uma revolução interna que destronasse a monarquia italiana⁴¹².

O MNE instruíra atempadamente o diplomata português em Roma sobre o posicionamento nacional quanto ao conflito: Portugal encontrava-se em paz com todas as nações. A intervenção na guerra ocorreria a pedido da Inglaterra, prevalecendo a aliança secular entre ambas, existindo uma decisão aprovada e autorizada em Congresso⁴¹³. O diplomata português revelava-se argúcia na apresentação das decisões portuguesas quanto à guerra ao ministro dos negócios estrangeiros italianos. Segundo explicava em carta ao MNE, fizera saber ao governo italiano que “*Portugal era um país não em guerra mas quase, não tendo mesmo declarado oficialmente a sua neutralidade*”⁴¹⁴. Procurava, desta forma, iludir

⁴¹⁰ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 5 de Agosto de 1914, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 2, L/R 119. Exemplo disso é a procrastinação que a Itália faz perante o pedido alemão de cooperação italiana, já que contavam apoiar a Inglaterra. Vide telegramas expedidos 4/8 Vide telegrama de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 4 de Agosto de 1914, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 10 – cifrado, L/R 128.

⁴¹¹ Vide Ide, *ibidem*.

⁴¹² Vide carta de Eusébio Leão para Bernardino Machado, 5 de Dezembro de 1912, Museu Bernardino Machado.

⁴¹³ Vide telegrama do Ministro de Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 25 de Novembro de 1914, *Telegramas recebidos do MNE (1) (1878-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123.

⁴¹⁴ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 7, L/R 119. Fruto disso era o início da mobilização do exército referentes a certas classes. Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 20 de Novembro de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 46.

as causas da declaração oficiosa de neutralidade portuguesa face ao conflito na Europa e afastar, no mesmo passo, as repercussões negativas associadas a esse facto, particularmente visíveis em França.

Sublinhe-se a polémica surgida nas chancelarias europeias sobre a eventual beligerância portuguesa nos primeiros meses do conflito; a divulgação de uma reportagem sobre as relações luso-inglesas e a celebração de um tratado entre as duas potências no âmbito da guerra num jornal de Copenhaga, valia a Leão um pedido de explicações de Lisboa. Segundo a notícia em apreço, atribuída a Leão, Portugal encontrava-se preparado para ceder à Inglaterra um contingente entre 80.000 a 130.000 soldados⁴¹⁵. Já na imprensa italiana, em particular no *Il Resto del Carlino*, choviam as críticas à organização militar portuguesa, caracterizada de ridícula por Coronel Caroucini⁴¹⁶.

A participação portuguesa na Grande Guerra não implicou o recurso a aeronaves contudo o executivo português fez várias tentativas para as obter e o mercado escolhido para o efeito foi o italiano. As negociações iniciaram-se a 16 de Agosto de 1914; o MNE instruiu Eusébio Leão à aquisição de quatro biplanos nas companhias consideradas pelo diplomata mais competentes. O período estabelecido para a compra era um mês e os termos do contrato a celebrar incluíam a possibilidade de pilotos portugueses fazerem testes de aviação nas pistas italianas⁴¹⁷. Eusébio Leão, após encontrar a empresa mais adequada, nomeadamente, a Fábrica Saboia, pediu licença de exportação ao governo italiano que, não obstante a regulamentação comercial implementada com o início da Grande Guerra, a qual incluía a

⁴¹⁵ Vide carta de Sidónio Pais para Eusébio Leão, 23 de Outubro de 1914, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁴¹⁶ Vide *O Século*, 27 de Novembro de 1914, nº 11843, p. 1.

⁴¹⁷ Vide telegrama de Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 16 de Agosto de 1914, *Telegramas recebidos do MNE (1) (1878-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123.

proibição expressa de venda de aeronaves, acedeu ao pedido devido à capacidade de persuasão do diplomata português⁴¹⁸. A autorização era confirmada a 27 de Agosto; Eusébio Leão carecia então de referência do executivo português para concluir as negociações. O MNE só se pronunciou sobre a matéria a 4 de Setembro seguinte, na sequência de reiterados pedidos do diplomata português, resultantes das solicitações da empresa, disposta já a inviabilizar qualquer tipo de transacção com o Estado Português⁴¹⁹.

O posicionamento de Portugal no contexto da beligerância portuguesa e, principalmente o interesse italiano pela referida questão inspirava Eusébio Leão a conceder duas entrevistas a dois jornais italianos. A primeira foi dada ao *Il Messaggero*, ao qual o diplomata português afirmava que Portugal não podia ficar indiferente ante o conflito europeu já que a base da política internacional portuguesa se baseava na aliança anglo-portuguesa⁴²⁰. A segunda era prestada ao jornal *La Tribuna*: Leão explicava que a participação lusa, apesar de não oficializada, encontrava-se perfeitamente justificada perante um cenário da Alemanha e da Áustria, revelador de perigo para a soberania portuguesa em África⁴²¹.

Entre os meses de Novembro e Dezembro de 1914, as relações luso-italianas eram dominadas pela aquisição inglesa do contra-torpedeiro “Liz” à Itália. Esta compra efectuava-se durante a neutralidade italiana, motivo pelo qual era necessário um intermediário. Portugal

⁴¹⁸ Vide telegrama de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 27 de Agosto de 1914, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 30, L/R 128.

⁴¹⁹ Vide telegrama de Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 4 de Setembro de 1914, *Telegramas expedidos do MNE (1) (1878-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123.

⁴²⁰ Vide *O Século*, 11 de Agosto de 1914, nº 11736, p. 2. Apesar de na mesma entrevista Eusébio Leão reiterar o facto do exército português se estar a reorganizar, a verdade é que Portugal estava mal preparado para qualquer conflito, muito menos a uma escala europeia. Desde 1815 que Portugal não preparava o seu exército para a criação de uma força expedicionária para a Europa. Vide António José Telo, *Op. Cit.*, 2010, p. 371.

⁴²¹ Vide *O Século*, 10 de Outubro de 1914, nº 11795, p. 3.

foi escolhido para a negociação do contra-torpedeiro, com a permissão do ministro italiano da marinha⁴²². Envolta em absoluto sigilo, para iludir as redes de espionagem e informação alemãs e austríacas⁴²³, a tarefa foi confiada ao primeiro-tenente da Armada, João Augusto d'Oliveira Muzanty⁴²⁴ a quem caberia trazer o navio para Portugal. A viagem do navio iniciou-se a 7 de Fevereiro de 1915, com pavilhão português⁴²⁵, com destino a Lisboa, onde foi entregue às forças inglesas – a entrega processava-se em local distinto do pretendido pelos ingleses que preferiam Ceuta⁴²⁶.

O executivo português considerou, neste período, a aquisição de outro submergível; tratava-se de uma encomenda originalmente destinada à Rússia que, reconsiderou a compra. A Itália aceitava vender o submergível a Portugal sob duas condições: a primeira versava a anuência do executivo russo, o que aconteceria⁴²⁷. A segunda implicava o compromisso português de não revenda a outros beligerantes⁴²⁸. Portugal tinha como objectivo dar

⁴²² Vide carta da Casa Ansaldo para Eusébio Leão, 1 de Dezembro de 1914, Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916), Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁴²³ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 15 de Dezembro de 1914, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 7, L/R 119.

⁴²⁴ João Augusto de Oliveira Muzanty, nascido em 1872 na cidade de Lisboa, vindo a falecer no ano de 1937, foi um oficial da armada e um colonialista. Assentou praça na armada, como aspirante de 2ª classe em 1888, e após terminar a Escola Naval viria a subir sucessivamente de posto até chegar a Contra-Almirante a 5 de Novembro de 1934. Foi comandante do torpedeiro nº3, da lancha-canhoneira “Capelo”, da canhoneira “Limpopo”, do contra-torpedeiro “Liz” e do cruzador “República”. Ao longo da sua carreira, viria a assumir importantes cargos, como o de vogal da Comissão Técnica de Artilharia Naval, comandante das Forças Navais do Norte, chefe da Repartição do Gabinete do Ministro da Marinha, Director do Material de Guerra, Chefe do Estado-Maior Naval, entre outros. Esteve também presente em várias campanhas militares e missões de serviço (como em Inglaterra, onde foi o representante português no funeral do rei Jorge V). Fez parte do Conselho da Ordem de Império Colonial, e entre 1906 e 1909 assumiria o cargo de Governador da Guiné. Fruto de todo o seu trabalho e grande carreira militar, viria a ser condecorado e louvado com diversas honras, portuguesas (como, por exemplo, a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis) e estrangeiras (quando se torna Oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra Francesa). Vide [sem autor], “Muzanty (João Augusto de Oliveira)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XVIII, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 321.

⁴²⁵ Vide carta do Comandante Muzanty para Eusébio Leão, 30 de Janeiro de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 46.

⁴²⁶ Vide telegrama de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 6 de Dezembro de 1914, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 103, L/R 128.

⁴²⁷ Vide telegrama de Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 6 de Dezembro de 1914, *Telegramas recebidos do MNE (1) (1878-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123.

⁴²⁸ Vide telegrama de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 27 de Novembro de 1914, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-19142)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 89, L/R 128.

cumprimento à aquisição, um processo não concluído devido à decisão posterior do governo italiano em integrar o referido submersível na sua frota.

A entrada da Itália na Grande Guerra, em 1915, representou uma redução das exportações do país, em áreas sensíveis como o material de guerra. Tal a explicação apontada para a recusa das autoridades italianas às propostas de compra apresentadas por Portugal. No entanto, neste ano o executivo português logrou a assinatura de um contrato com a *Società Fiat San Giorgio* para a construção de mais três submersíveis do tipo “Espadarte”⁴²⁹. A este, acrescia a aquisição de três navios encomendados pelo Arsenal da Marinha⁴³⁰.

A beligerância italiana não constituiu surpresa para Leão, conforme as informações expedidas ao MNE em 24 de Abril; segundo explicava, a entrada da Itália na guerra estava muito próxima⁴³¹, uma vez que o corpo consular alemão abandonava calmamente o país e a mobilização grande de efectivos já se iniciava, sem convulsões de vulto⁴³². Quanto ao alinhamento desta potência, Eusébio Leão transmitia as conclusões do diálogo travado com o embaixador inglês, segundo o qual “[...] sobre este ponto estava já inteiramente tranquilo”⁴³³. Concretizada a beligerância italiana, a 24 de Maio de 1915, Leão enfatizava o zelo deste país numa preparação silenciosa e cuidada, nos domínios militar e civil⁴³⁴. Referia os custos elevados da operação (avultava ao 1 bilião e meio de liras!) e os acordos financeiros

⁴²⁹ Vide carta de Eusébio Leão para Societá Fiat San Giorgio, 2 de Novembro de 1915, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador] (2) (1902-1917)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

⁴³⁰ Carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 13 de Novembro de 1915, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – N°37, L/R 69.

⁴³¹ Sobre este assunto é interessante anotar o ponto de vista de Emídio Garcia quanto à neutralidade italiana que, segundo este republicano “[...] apenas serviu para evitar que a Alemanha e a Áustria se irritassem e provocassem um casus belli, de surpresa, antes da preparação militar da Itália se ultimar.” *O Século*, 22 de Janeiro de 1915, n° 11896, p. 1.

⁴³² Vide Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 24 de Abril de 1915, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, A – N°2, L/R 119.

⁴³³ *Idem, ibidem*.

⁴³⁴ Vide Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 30 de Junho de 1915, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, A – N°4, L/R 119.

com outras nações⁴³⁵; uma despesa que, na óptica do diplomata português, seria de menor relevância caso as potências da Entente Cordiale ganhassem a guerra. Previa a possibilidade da Itália se transformar na potência dominante do Mediterrâneo, consolidando a sua economia e pondo-a em pé de igualdade com a Inglaterra, por exemplo⁴³⁶. A 2 de Dezembro, Eusébio Leão mencionava a adesão da Itália ao Tratado de Londres (assinado a 26 de Abril) e elencava as pretensões desta potência: os interesses na península balcânica (reivindicava as posições estratégicas marítimas – com a anuência da França, Inglaterra e Rússia, era-lhes prometido o Trentino até Brennero, a Veneza Julia [Friul – Veneza Julia], Valona e uma parte da Dalmácia⁴³⁷); a independência do povo sérvio; a integridade da Albânia e a importância do Mediterrâneo nos seus interesses políticos e económicos⁴³⁸.

No domínio da intervenção portuguesa no conflito mundial, Leão tornava-se mais cauteloso. Manifestava as suas reservas aconselhando ao estudo criterioso da conjuntura para a compreensão cabal dos benefícios e desvantagens, políticas e económicas, associadas à beligerância. Neste último ponto, o diplomata português realçava o fim das negociações

⁴³⁵ Sendo a Itália um país escasso em matérias-primas, especialmente combustíveis fósseis, com os seus lucros domésticos a serem redireccionados para uso militar, com a remessa dos emigrantes e turistas a decair e o investimento privado na Itália a desaparecer, o governo italiano, em prol de um bom desempenho militar na guerra, via-se na obrigatoriedade de pedir um empréstimo. Este, explícito no artigo 14 do Tratado de Londres de 26 de Abril de 1915, ficaria a encargo da Inglaterra, que se comprometeu a fazer um empréstimo de, no mínimo, 50 milhões de libras. Vide Francesco L. Galassi e Mark Harrison, “Italy at War, 1915-1918” in *Op. Cit.*, pp. 276-309.

⁴³⁶ Vide Idem, *ibidem*.

⁴³⁷ Vide Pietro Orsi, *Op. Cit.*, p. 333.

⁴³⁸ Vide Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 2 de Dezembro de 1915, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, A – N°7, L/R 119. Em suma, a Itália desejava a hegemonia no Adriático e, se possível, a no Mediterrâneo; eram estes os grandes objectivos da sua entrada na guerra que, no final, acabariam por não ser alcançados. Tal fracasso será visível logo nas negociações de paz, uma vez que, apesar de ter anexado o território a norte da península (junto aos Alpes) do Trentino até Brennero e de Veneza-Júlia até ao Monte Niveso, como pretendia, a verdade é que no que toca às suas pretensões no Adriático, mais concretamente a Dalmácia e Fiúme, os aliados – pela voz do presidente dos EUA, Woodrow Wilson – começaram a impôr algumas objeções às pretensões italianas, levando o governo italiano e a sua população a contestarem tal mudança de ideias que, em conclusão, acabaria por obrigar a Itália a abdicar de Fiúme e da maior parte da Dalmácia (à excepção da região de Zara e a ilha de Lagosta). No fim, o aspecto positivo da guerra, para a Itália, acabaria por ser a dissolução do seu rival fronteiriço de grande poder, o Império Austro-Húngaro. Vide Pietro Orsi, *op. cit.*, pp. 345-346. Economicamente, a Itália manteve-se, maioritariamente, intacta, não tendo existido qualquer tipo de colapso, um aspecto positivo, conseguido através de uma boa mobilização económica para a guerra, abordada por Eusébio Leão, que permitiu criar uma boa base para a Itália ganhar a guerra e não sofrer uma “recaída” no final desta. Vide Francesco L. Galassi e Mark Harrison, “Italy at War, 1915-1918” in *Op. Cit.*, pp. 276-309.

anglo-alemãs sobre as colónias portuguesas como uma oportunidade de demonstrar aos demais países europeus a força e independência nacionais, sem necessidade de ingressar directamente no conflito⁴³⁹. Tais os eixos fundamentais do pensamento do diplomata português em Roma na segunda metade de 1915.

Já o governo português, liderado por José de Castro (19/6/1915 – 29/11/1915), parecia decidido a entrar na guerra o quanto antes. Concomitantemente, Lisboa fazia chegar a Roma constantes solicitações no domínio do material de guerra, nomeadamente, armas e respectiva munição. Itália, por seu turno, encontrava-se impedida de corresponder a estes pedidos; a transacção de armas encontrava-se condicionada aos aliados beligerantes e a circulação deste material far-se-ia através de um sistema de trocas⁴⁴⁰, no qual só o ouro contava. Acrescia um último factor de relevância: as dificuldades económicas italianas dificultavam a produção em massa de material de guerra⁴⁴¹.

Em Julho de 1915, a Itália já tinha contraído um empréstimo de três biliões e setecentos milhões de liras⁴⁴². Nas sucessivas réplicas negativas dadas aos pedidos portugueses, o governo italiano recomendava a Portugal a reorientação das encomendas aos Estados Unidos da América com capacidade produtiva em massa e alheios ao esforço de guerra, factores que facilitavam as aquisições de material⁴⁴³. Não obstante, o executivo português remetia a Itália duas missões militares, a primeira liderada por Sobral Cid⁴⁴⁴ e

⁴³⁹ Vide Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 30 de Junho de 1915, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, A – N°4, L/R 119.

⁴⁴⁰ Vide telegrama de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 17 de Julho de 1915, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, n° 7, L/R 128.

⁴⁴¹ Vide Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 26 de Julho de 1915, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, A – N°5, L/R 119.

⁴⁴² Vide Idem, *ibidem*.

⁴⁴³ Vide Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁴ José de Matos Sobral Cid foi um homem de estado, professor e psiquiatra, tendo-se destacado nacional e internacionalmente nesta última área. Nascido no ano de 1877 em Lamego, Sobral Cid forma-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, começando logo aos 25 anos a dar aulas na mesma instituição. Acabaria transferido para a nova

Licínio Cantarino⁴⁴⁵ (Leão era informado a 1 de Setembro de 1915), já a segunda chefiada por Abel Hipólito⁴⁴⁶ e José Francisco Nico (governo comunicava a 30 de Junho de 1915). Ambas as missões terão decorrido durante o mês de Setembro, segundo as escassíssimas cartas disponíveis. No primeiro caso, o objectivo concentrava-se na aquisição de camiões a deslocação de tropas em Angola⁴⁴⁷; no segundo, Leão recebeu parca informação, a saber, era de grande interesse para a defesa nacional⁴⁴⁸.

O ano de 1916, âmbito temporal limite do presente trabalho, caracterizou-se pela escassa actividade diplomática no domínio militar. Iniciou-se com um pedido do governo português, intermediado por Eusébio Leão, ao homólogo italiano de consulta dos decretos

Faculdade de Medicina de Lisboa. Já na capital, acabaria por trabalhar também no Hospital de Rilhafoles, juntamente com o seu mestre, Júlio de Matos, e tornar-se-ia catedrático de psiquiatria e especialista no ensino da patologia mental. Homem culto, tem associado ao seu nome imensas obras nesta área, mostrou-se como progressista e inovador no que toca ao estudo da psiquiatria em Portugal. Quanto à sua participação na vida política, destaca-se pela breve passagem na pasta da instrução pública entre 9 de Fevereiro de 1914 e 22 de Junho de 1914 no executivo liderado por Bernardino Machado. Vide [sem autor], “Sobral Cid (José de Matos)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXIX, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 388-389.

⁴⁴⁵ Licínio Cantarino de Lima, nascido em Paços de Ferreira no ano de 1885, foi um Tenente-Coronel de Engenharia. Terminou o seu curso em 1909, organizou o Parque Automóvel Militar e participou na Grande Guerra comandando o Batalhão de Telegrafistas. Colaborou no movimento militar de 18 de Abril de 1925, liderado pelo Coronel Raúl Esteves, movimento este que falhou, levando Licínio Cantarino de Lima a ser internado no forte de Elvas. Foi também director da repartição de construções civis do Ministério da Marinha, onde foi um dos responsáveis da edificação do Arsenal do Alfeite, e administrador da Companhia Geral de Construções. Morre em Lisboa no ano de 1937, tendo durante a sua vida recebido vários louvores e condecorações, como por exemplo, as medalhas de Comportamento Exemplar e de Mérito Militar de Espanha, e as comendas das Ordens de Avis e de Santiago. Vide [sem autor], “Cantarino de Lima (Licínio)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume V, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], p. 757.

⁴⁴⁶ Abel Hipólito nasce em 1860 e viria a morrer a 12 de Outubro de 1929. Homem de grande carreira militar, com uma participação discreta no mundo político, cursa na Escola Politécnica e no curso preparatório para a Arma de Artilharia. Viria a atingir o mais alto cargo da carreira militar, tornando-se general em 1919 por distinção. Passaria à reserva em 1928. Foi comandante da Artilharia do Corpo Expedicionário Português, comandante das Escolas Regimentais da Arma de Artilharia, comandante de Artilharia Divisória da Divisão Auxiliar de Tancos em 1916, e comandante da Artilharia Pesada do CEP. Esteve também em serviço de campanha entre Dezembro de 1916 e Março de 1918. Lutou contra a Monarquia do Norte, liderando batalhões no Porto, Viseu e Guarda e outro batalhão que reprimiu a revolta de Macho Santos a 13 de Dezembro de 1916 na cidade de Viseu. Entre 1919 e 1921 é nomeado comandante da Guarda Nacional Republicana. Exercerá também o cargo de director da Escola de Guerra. Quanto à esfera política, será senador pelo círculo de Viseu entre 1919 e 1921, e pelo círculo de Coimbra entre 1921 e 1922. Ocupará a pasta do Interior entre 24 de Maio de 1921 e 20 de Agosto do mesmo ano durante o governo presidido por Tomás de Barros Queirós. Por fim, presidiu à Comissão dos Padrões da Grande Guerra, ao Conselho da Torre-e-Espada e ao Conselho Supremo da Liga dos Combatentes. Vide António Paulo Duarte, “Hipólito, Abel (1860-1929)” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 273-274.

⁴⁴⁷ Vide telegrama de Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 1 de Setembro de 1915, *Telegramas recebidos do MNE (3) (1915-1940)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 125.

⁴⁴⁸ Vide carta de Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 30 de Junho de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, officios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 46.

publicados no contexto do apresamento dos navios alemães ancorados nos portos italianos⁴⁴⁹. De igual modo, Lisboa apresentava uma proposta ao executivo italiano conforme ao estabelecimento de uma missão naval portuguesa em La Spezia para acompanhamento da construção dos três submergíveis encomendados por Portugal – Foca, Golfinho e Hidra. Tal pedido era, inicialmente, recusado por Roma⁴⁵⁰, uma posição revertida pelo governo italiano após a declaração de guerra alemã a Portugal.

À semelhança do ano anterior, as apreciações de Leão acerca da conjuntura económica e militar italiana não eram auspiciosas. A rendição do Montenegro, a 17 de Janeiro de 1916, e a paz celebrada entre essa potência e a Áustria reflectiu-se no acréscimo de descontentamento da sociedade italiana. O executivo era objecto de múltiplas críticas pela forma pouco eficaz de condução do esforço de guerra⁴⁵¹. Do ponto de vista económico, as carências de Itália, em sectores sensíveis como combustíveis e cereais, evidenciavam-se tanto quanto a elevação dos fretes praticados pela Inglaterra, os quais mereciam as observações críticas do diplomata⁴⁵². A temática supra constituía motivo de impopularidade crescente do executivo italiano e, por extensão, de tensões entre a Itália e a Inglaterra; viria, na avaliação do diplomata, a ser resolvido por intervenção francesa, em prol de mecanismos de aproximação entre a Itália e as potências da Entente Cordiale⁴⁵³.

⁴⁴⁹ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 7 de Janeiro de 1916, *Correspondência expedida para o MNE (Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos) (11) (1914-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°2, L/R 70.

⁴⁵⁰ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 21 de Março de 1916, *Correspondência confidencial: reservados (1916-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°14, L/R 120.

⁴⁵¹ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 19 de Janeiro de 1916, *Correspondência confidencial: reservados (1916-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°1, L/R 120.

⁴⁵² Vide Idem, *ibidem*.

⁴⁵³ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 14 de Fevereiro de 1916, *Correspondência confidencial: reservados (1916-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°8, L/R 120.

Para concluir, sublinhe-se as instruções do MNE ao diplomata português em Roma de informar o governo italiano sobre o apresamento dos navios alemães abrigados em portos portugueses⁴⁵⁴ sobre a declaração de guerra de Alemanha a Portugal, no dia 10 de Março⁴⁵⁵.

No âmbito cronológico em análise, sublinhe-se o diálogo entre Eusébio Leão e Sonnino, ministro dos negócios estrangeiros italiano após a morte de San Giuliano (a 16 de Outubro de 1914). Esta troca de impressões ocorreu no decurso da notificação do representante português sobre a entrada de Portugal na guerra. A réplica do responsável pela política externa italiana respeitava Espanha e as intenções expressas por esse país em absorver Portugal, uma opção justificada pelas correntes germanófilas. Nas palavras de Eusébio Leão: “[...] *um ataque da Espanha à nossa independência constituiria um problema tão grave quer sobre o ponto de vista da sua política interna, quer da política internacional, que certamente os homens responsáveis espanhóis não poderiam pensar em tal aventura. [...] nem à Inglaterra, nem à França, nem à Itália (acentuei) convém uma absorção de Portugal por parte da Espanha*”⁴⁵⁶. Face às declarações de Leão, Sonnino entendeu asseverar o desconforto de Itália com o semelhante cenário. Enfatizava, por outro lado, a decisão portuguesa de cooperação no esforço de guerra, confirmando, simultaneamente que “[...] *Portugal deve contar no futuro com a Itália política e comercialmente.*”⁴⁵⁷.

Neste contexto, pela primeira vez de forma inequívoca, Leão expressava apoio claro à causa da guerra e à participação portuguesa: “*Não pode hoje subsistir dúvida alguma de*

⁴⁵⁴ Vide telegrama de Ministro dos Negócios Estrangeiros, 24 de Fevereiro de 1916, *Telegramas recebidos do MNE e outros (2) (1915-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 124.

⁴⁵⁵ Vide telegrama de Ministro dos Negócios Estrangeiros, 10 de Março de 1916, *Telegramas recebidos do MNE e outros (2) (1915-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 124.

⁴⁵⁶ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 21 de Março de 1916, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação Portuguesa em Roma, AHD-MNE, nº 2, L/R 119.

⁴⁵⁷ Idem, *ibidem*.

que diplomática, militar e economicamente, os aliados formam um bloco adversário, o qual tem por fim, como declarou Sir Asquith, defender a causa da liberdade e fazer respeitar o direito de todas as nações, tanto das menos fortes como das mais poderosas”⁴⁵⁸. O impacto da notícia não se fazia esperar na opinião pública italiana⁴⁵⁹.

⁴⁵⁸ Carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 4 de Abril de 1916, *Correspondência confidencial: reservados (1916-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°20, L/R 120.

⁴⁵⁹ Vide Idem, *ibidem*.

Capítulo III – Eusébio Leão e a questão religiosa

No presente capítulo pretende-se abordar o trabalho de Eusébio Leão em assuntos de teor clerical. Representante português em Roma, sede da Igreja Católica, Eusébio Leão revelou-se observador atento e agente actuante em qualquer temática, incluindo as de natureza clerical. As repercussões da Lei de Separação do Estado das Igrejas não foram alheias à opinião pública italiana, gerando uma imagem crispada da realidade portuguesa. Sendo um dos aspectos de maior relevância na apreciação externa do regime republicano, Eusébio Leão procurou amenizar as tensões verificadas em Itália.

A contextualização do desempenho diplomático de Leão leva-nos à análise muito sucinta da conjuntura portuguesa na época. A Igreja Católica era uma das instituições mais influentes em Portugal, nos domínios culturais, económicos e políticos do país⁴⁶⁰. A ascendência era dominante na sociedade portuguesa conforme se apreciava no censo de 1911, em que 99,8% da população se declarava como católica, num país onde existiam 4000 paróquias para cerca de 6000 sacerdotes⁴⁶¹.

Neste contexto, o litígio entre Portugal e a Santa Sé⁴⁶² e as iniciativas anticlericais republicanas dificilmente seriam bem acolhidas. Sublinhe-se o contributo da concepção positivista da História, compartilhada por muitos republicanos, sobre o papado cuja extinção entendiam como uma necessidade histórica, tendo em vista o desenvolvimento de uma tendência de erradicação de todas as religiões para o progresso científico⁴⁶³.

⁴⁶⁰ Vide A.H. de Oliveira Marques, *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 18.

⁴⁶¹ Vide António José Telo, *Op. Cit.*, p. 181.

⁴⁶² Vide Bruno Cardoso Reis, “A Primeira República e o Vaticano (1910-1926): a sombra inglesa e o peso do império” in *A I República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 141.

⁴⁶³ Vide Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, 2014, p. 557.

A ruptura de relações ocorreu de forma atípica; oficialmente o novo regime republicano nunca informou a intenção de suspender relações com a Santa Sé. Por outro lado, não demitia formalmente o antigo embaixador português junto da Santa Sé, o Conde de Lagoaça, circunstância que determinou a decisão do Vaticano a manter a representação portuguesa no seu Anuário Pontifício e bem assim a assegurar contactos regulares, por intermédio da Nunciatura de Madrid⁴⁶⁴, com a Igreja Católica em Portugal⁴⁶⁵.

Até ao corte formal de relações, ocorrido em Julho de 1913, a República portuguesa implementou um conjunto de legislação de teor anti-clerical, o qual culminava na publicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de Abril de 1911. Logo no rescaldo da revolução republicana, as leis pombalinas antijesuíticas e a extinção das ordens religiosas foram repostas com efeito imediato. Em seguida promulgava-se a laicização dos feriados religiosos, a abolição do juramento religioso, a supressão do ensino da doutrina cristã no curso de Direito, a extinção da Faculdade de Teologia, a transformação dos dias santificados em dias de trabalho, excepto o domingo, a substituição das irmandades e confrarias por outras comissões, a proibição das Forças Armadas participarem em cerimónias religiosas, a lei do divórcio publicada a 3 de Novembro e as leis da família, publicadas a 25 de Dezembro, que faziam do casamento um mero contrato entre duas pessoas de sexos diferentes⁴⁶⁶.

Já em 1911, no dia 18 de Fevereiro, era conhecida a Lei do Registo Civil que, ao instituir o registo civil obrigatório e registado, subtraía à Igreja uma das suas mais antigas

⁴⁶⁴ O Núncio Apostólico em Portugal saía do país a 20 de Outubro de 1910, poucos dias após a revolução, como protesto às várias medidas laicizadoras tomadas pelos republicanos, e, acima de tudo, face à forma humilhante como trataram os padres e freiras. Vide Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, 2011, p. 142. A liderança da Nunciatura ficaria a cargo de Monsenhor Bento Aloisi Masella, encarregado de negócios. Vide António Matos Ferreira, “A Igreja e a República” in *História de Portugal*, Volume X, João Medina (ogr.), Amadora, Clube Internacional do Livro, [s.a.], p. 344.

⁴⁶⁵ Vide Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, 2011, p. 142.

⁴⁶⁶ Vide Fernando Rosas & Maria Fernanda Rollo, *Op. Cit.*, pp. 132-133.

funções administrativas e sociais⁴⁶⁷. Por parte dos Bispos, não se fez esperar a reação, e em Fevereiro de 1911 divulgavam uma carta (elaborada a 24 de Dezembro do ano anterior) em que expunham a impossibilidade de cooperação com um regime, caracterizado de hostil ao catolicismo. Nesse sentido, solicitavam a união dos católicos para o confronto anunciado com as estruturas políticas e a capacidade de mobilização, em contra-ataque com recurso todos os meios legais e honestos disponíveis⁴⁶⁸.

Estas medidas anti-clericais do novo regime republicano, atingiriam o clímax com a Lei da Separação do Estado das Igrejas. Inspirada pela legislação francesa promulgada em 1905, entre os 196 artigos expostos nesta nova e controversa lei, destacavam-se os seguintes: a proclamação da liberdade de consciência dos cidadãos, a liberdade religiosa, a autorização das confissões religiosas minoritárias, a abolição das cóngruas paroquiais, a punição para quem injuriasse ou ofendesse os padres, a remissão da religião na esfera privada, a permissão do culto público (diurno), a transferência da gestão da vida religiosa para associações culturais, a restrição das procissões, toques de sino e colocação de emblemas religiosos sobre as fachadas dos monumentos públicos ou dos edifícios privados, a nacionalização da propriedade da Igreja, o encerramento de seminários (excepto cinco – Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora), a imposição de reformas e vigilância por parte do Estado aos cursos de seminários e a obrigatoriedade de remeter os cultos para o interior dos templos⁴⁶⁹. Seriam também suspensos os subsídios atribuídos à Igreja Católica mas, em contrapartida, eram criadas pensões anuais oferecidas aos padres caso necessitassem ou requeressem e eram fixas em função da idade, do tempo de exercício nas suas funções

⁴⁶⁷ Vide António Matos Ferreira, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (org.), p. 343.

⁴⁶⁸ Vide Idem, *ibidem*, p. 344.

⁴⁶⁹ Vide Fernando Rosas & Maria Fernanda Rollo, *Op. Cit.*, pp. 134.

eclesiásticas, das prestações pagas para a caixa de aposentações, da fortuna pessoal, do custo de vida da região em que viviam, da média do rendimento benéfico dos 10 anos anteriores e do estatuto jurídico do provido⁴⁷⁰.

Em suma, esta lei de grande importância pretendia reduzir por completo a influência do clero na vida social, cujos ideais conservadores eram considerados contrários à visão positivista dos republicanos. De igual modo, pretendia restringir-se, forçosamente, o impacto do clericalismo na sociedade através de limitações impostas na formação do clero, das restrições nos meios de sustentação e ao criar uma desobediência no meio da hierarquia clerical através do celibato, por exemplo⁴⁷¹. Neste sentido, Afonso Costa e uma parte dos republicanos, pretendia acabar, por completo, com as ligações existentes entre o Estado e a Igreja, impondo-se a total liberdade religiosa e decretando a neutralidade do Estado perante assuntos de teor religioso⁴⁷². Em última instância, Afonso Costa teria por objectivo a erradicação do catolicismo em Portugal no espaço de duas gerações⁴⁷³.

Os protestos iniciaram-se de imediato: os bispos portugueses, num protesto colectivo, elaborado no dia 5 de Maio de 1912, consideraram a Lei como uma forma de submissão da Igreja, achando ilegal a aplicação de uma medida com tal alcance sem o parecer e aprovação da Assembleia Nacional Constituinte⁴⁷⁴. Criticaram, de igual modo, as pensões, entendidas como um convite à indisciplina e um ataque directo à disciplina da Igreja sobre o celibato, uma vez que as pensões abrangiam as viúvas, filhos legítimos e até ilegítimos (obrigatoriamente reconhecidos por parte do governo português), e a revolta acabaria por se

⁴⁷⁰ Vide Idem, *ibidem*, pp. 134-135.

⁴⁷¹ Vide António Matos Ferreira, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (org.), p. 343.

⁴⁷² Vide Fernando Rosas & Maria Fernanda Rollo, *Op. Cit.*, pp. 134.

⁴⁷³ Vide António Matos Ferreira, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (org.), p. 362.

⁴⁷⁴ Vide Maria Lúcia de Brito Moura, *Op. Cit.*, p. 77.

reflectir na fraca aderência que teve, uma vez que só 20% dos párocos a requereram⁴⁷⁵. O protesto e a revolta do episcopado português não ficaria por aqui: a 15 de Março de 1913, em carta enviada ao Presidente da República, Manuel de Arriaga, reafirmava as suas posições e condenava o tratamento a que a Igreja Católica era sujeita. A 10 de Julho do mesmo ano, apelava de novo à união dos católicos portugueses na defesa dos interesses da Igreja⁴⁷⁶. Por todo o país, a violência afluía entre membros do clero, população⁴⁷⁷ crente e anticlerical, uma situação que, aos olhos do governo provisório, mais concretamente, Afonso Costa, ministro da Justiça e obreiro da dita lei, era provocada pelos bispos portugueses. A elite da estrutura eclesiástica pressionava o baixo clero a não aceitar as pensões e, no intuito de contra-atacar a República, incentivava o movimento grevista ao exercício das funções religiosas⁴⁷⁸. Fruto deste conflito, onze bispos e arcebispos foram desterrados; dois deles, os de Beja e Porto, viriam a ser destituídos⁴⁷⁹.

A Santa Sé manifestou uma forte censura à vaga anticlerical semeada pela República, que resultou na prisão e exílio de vários padres⁴⁸⁰. Essa reacção foi publicitada através da

⁴⁷⁵ Vide A. H. de Oliveira Marques, *A 1ª República Portuguesa (para uma visão estrutural)*, Lisboa, Livros Horizonte, [s. a.], p. 71.

⁴⁷⁶ Vide António Matos Ferreira, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (org.), p. 347.

⁴⁷⁷ No que toca aos movimentos populares, existiram, no total, 381 tumultos com pretexto político-religioso, sendo que 296 desses foram considerados violentos. Este número, que abrangia os anos compreendidos entre 1910 e 1917, atingiu o seu valor máximo no ano de 1911 (167 dos 381 tumultos), não sendo de estranhar face à publicação da Lei da Separação e da Lei do Registo Civil naquele mesmo ano. Estes movimentos populares tinham como objectivo prescrições específicas da Lei da Separação, e neste sentido, 40% dos movimentos (152 dos 381 tumultos) eram feitos no âmbito dos cultos, dominando assim os tipos de resistências/movimentos. De resto, no segundo lugar destacavam-se as manifestações no âmbito dos bens e organização das igrejas, com 116 dos 381 tumultos e, por fim, desses 381, 113 tumultos foram no âmbito clerical, quer fosse a seu favor, quer fosse contra. No que toca à localização geográfica destas movimentações populares, todos os distritos, excepto a Horta, foram palco das suas acções, sendo que os concelhos/freguesias a norte do Vale do Tejo contemplavam um certo domínio, albergando 90% dos tumultos. Por fim, note-se que de 1911 até 1917, os conflitos foram decrescendo, até ao ponto em que deixou de haver algum que fosse, nomeadamente, em 1917. Vide David Luna, *Os Levantes da República (1910-1917). Resistências à laicização e movimentos populares de reportório tradicional na 1ª República Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, 2011, pp. 45-54.

⁴⁷⁸ Vide Idem, *ibidem*, p. 71.

⁴⁷⁹ Vide António Matos Ferreira, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (org.), p. 363.

⁴⁸⁰ Vide Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, 2014, p. 558. De lembrar também os assassinios, que o ambiente anticlerical causou, do padre Barros Gomes e do abade Fragues que, segundo o próprio José Relvas, não tinha sequer cometido crime algum. Vide José Relvas, *Op. Cit.*, Volume I, p. 161.

bula *Jamdudum in Lusitania*, confirmada em 1912, documento em que o Papa pretendia recordar o longo passado católico de Portugal e os seus contributos para a expansão da fé cristã; contudo, a circulação da referida bula acabaria por ser proibida pela República⁴⁸¹. Evidencie-se a reprovação e o desagrado suscitados por este ambiente na Europa, maioritariamente conservadora, que não perdeu tempo em questionar esta medida controversa, fazendo notícia em diversos jornais⁴⁸². O desconforto chegava aos próprios republicanos, divididos sobre esta Lei; alguns, como o próprio Eusébio Leão e José Relvas, desejavam um maior debate sobre o assunto, com maior tolerância, onde os conservadores e os radicais pudessem convergir ideias⁴⁸³. Concluindo, a breve trecho, a Lei da Separação, criada com o intuito (bem sucedido) de fragilizar a Igreja, com maior sucesso fragilizará a própria República, provocando graves divisões internas⁴⁸⁴.

Por fim, a 10 de Julho de 1913, verificava-se o corte, unilateral, de relações, formalizado pela República portuguesa: o executivo liderado por Afonso Costa determinava o encerramento da embaixada junto da Santa Sé.⁴⁸⁵

Enquanto ministro plenipotenciário em Roma, o labor de Eusébio Leão encontrava nos aspectos religiosos, e no que às balizas cronológicas contempladas nesta dissertação, reduzida incidência: à ruptura de relações entre Portugal e a Santa Sé sucedia a supressão da legação portuguesa, em Julho de 1913. Contudo, não devem surgir dúvidas relativamente aos

⁴⁸¹ Vide A. H. de Oliveira Marques, *Op. Cit.*, [s. a.], p. 72.

⁴⁸² Vide Maria Alice Samara, *Op. Cit.*, p. 62.

⁴⁸³ Vide José Relvas, *Op. Cit.*, Volume I, p. 102.

⁴⁸⁴ Vide António Matos Ferreira, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (drg.), p. 346.

⁴⁸⁵ Vide Bruno Cardoso Reis, “Portugal e a Santa Sé no Sistema Internacional (1910-1917)” in *Análise Social*, Volume XXXVI, nº 161, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002, p. 1023. Também a destacar é a retirada do estatuto diplomático que sempre pertencera ao Instituto Português em Roma, passando a sua superintendência, direção e vigilância da autoridade eclesiástica para as mãos do chefe da missão diplomática em Roma, na altura Lambertini Pinto e mais tarde Eusébio Leão aquando da sua nomeação. Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. Cit.*, Volume XII, p. 42.

seus esforços, verificados entre 1912 e 1916, conduzidos sob o mote da melhoria do relacionamento entre ambas as partes. A nível informativo, note-se, contudo, que já fora do âmbito cronológico em estudo, a “Questão Religiosa” teria enorme importância, de forma incontestável, na longa jornada de Eusébio Leão em Roma, após a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, nomeadamente, no que ao reatamento de relações entre Portugal e Vaticano dizia respeito, a pedido do então Presidente da República, Bernardino Machado.

Em 1912, Eusébio Leão confrontava-se com o chamado caso de Palazzola. O MNE solicitava a intervenção do diplomata para pôr cobro ao problema⁴⁸⁶. Mas o que era o Palazzola? Tratava-se de um convento, a 30 quilómetros de Roma, considerado propriedade portuguesa devido à doação do Papa Clemente XII a Frei José Maria da Fonseca de Évora em reconhecimento do seu trabalho pela Cristandade, em 1738. Por decisão do beneficiário da doação, o convento transitava para a coroa portuguesa⁴⁸⁷. O convento encontrava-se assim sob tutela do governo português e não do Instituto Português em Roma; logo, a direção constituía responsabilidade do representante da República portuguesa em Itália, inicialmente, Lambertini Pinto, e de seguida, Eusébio Leão⁴⁸⁸. O edifício encontrava-se em adiantado estado de degradação, aquando da chegada de Leão a Roma, fundamento para a decisão do executivo republicano em proceder ao seu arrendamento ou alienação. Os franciscanos que ocupavam o edifício pareciam constituir os principais interessados na transferência do imóvel⁴⁸⁹, motivo das negociações entabuladas entre o representante da República e a Ordem dos Franciscanos.

⁴⁸⁶ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 8 de Maio de 1912, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas* (3) (1894-1912), Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 11, L/R 45.

⁴⁸⁷ Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1937, pp. 113-114.

⁴⁸⁸ Vide Idem, *ibidem*, pp. 113.114.

⁴⁸⁹ Vide Idem, *ibidem*, p. 115.

Iniciadas sob bons auspícios, as conversações eram abruptamente interrompidas; a Ordem dos Franciscanos estabelecia como condição prévia ao contrato de arrendamento: “reconhecer a legalidade do governo italiano para nos reconhecer a posse daquela propriedade”⁴⁹⁰. Esta atitude dos franciscanos enfurecia o diplomata português: “Tratei aqueles mariolas com todas as amabilidades e atenção sempre que me procuraram para se fazer o arrendamento, estava tudo combinado, e afinal publicam aquele estúpido motivo na “Tribuna” e fazem queixa ao Ministério! Se não tivéssemos de pagar a um guarda pela saída d’eles, já lá não estavam”⁴⁹¹. À impossibilidade do arrendamento, colocava-se ao executivo português duas hipóteses: a venda ou a reabilitação do imóvel, estimada em 50.000 libras⁴⁹². A segunda possibilidade era inaplicável às capacidades financeiras do Estado português pelo que restava apenas a venda, ocorrida em Outubro de 1915. O comprador, Carlo Arnaldi, médico, adquiriu-a por 63.000 libras, com o propósito de construir uma casa de saúde⁴⁹³.

Ainda em 1912, Leão confrontava-se com os efeitos de uma acção judicial em desenvolvimento no tribunal de Soure que dividia o Ministério Público e o Papa Pio X. Esta disputa resultava de um legado deixado por um cidadão de Soure ao Papa; caso o chefe da Igreja Católica entendesse não o receber, o mesmo legado reverteria para o Hospital da Universidade de Coimbra⁴⁹⁴. Segundo o Ministério Público, a validade da decisão papal sobre este assunto tinha expirado; o legado era, de direito, do Hospital da Universidade de

⁴⁹⁰ Carta de Eusébio Leão para Augusto de Vasconcelos, 6 de Novembro de 1912, *Espólio de Augusto de Vasconcelos*, AHD-MNE, Doc. 79, caixa 60. Sobre esta afirmação, é preciso ter em conta que aquando da unificação da Itália, esta reconheceu a legitimidade do convento português, e que ainda faltavam alguns anos até à assinatura do Tratado de Latrão.

⁴⁹¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁹² Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1937, p. 116.

⁴⁹³ Vide Idem, *ibidem*, pp. 116-117.

⁴⁹⁴ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 29 de Novembro de 1912, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, n° 27, L/R 45.

Coimbra⁴⁹⁵. Em face da querela, o MNE pugnava por absoluta neutralidade, decidindo afastar-se por completo do caso, remetendo-se ao pedido de informação junto das autoridades italianas para clarificação de procedimentos⁴⁹⁶.

Os padres pensionistas constituíram igualmente um tema de preocupação a Leão. Em carta confidencial, o diplomata português definia como negativa a recepção da medida junto da opinião pública italiana, especialmente a produzida nos círculos clericais⁴⁹⁷, ao contrário do princípio de obediência à hierarquia, sob sanção, imposta aos padres⁴⁹⁸.

Igualmente constantes foram as notícias falsas divulgadas na imprensa italiana sobre os executivos portugueses; uma delas respeitava à alienação de objectos sagrados da catedral de Lisboa para um empréstimo de 3 milhões, não definindo, contudo, a unidade monetária.⁴⁹⁹

Leão seria visado pela imprensa católica francesa, concretamente no jornal *Le Croix*, com a publicação de artigos sobre a conduta do representante português em Roma enquanto governador civil de Lisboa. Segundo o referido periódico, fora decisão de Eusébio Leão expulsar Álvaro Pinheiro Chagas⁵⁰⁰. O diplomata português refutava as acusações,

⁴⁹⁵ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 29 de Novembro de 1912, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 27, L/R 45.

⁴⁹⁶ Vide Idem, ibidem.

⁴⁹⁷ Segundo os órgãos vaticanistas, tal disposição da lei era imoral. Vide *O Século*, 28 de Abril de 1912, nº 10911, p. 2.

⁴⁹⁸ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, Novembro de 1912 [sem dia], *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 31, L/R 119.

⁴⁹⁹ Vide telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 26 de Setembro de 1912, *Telegramas recebidos do MNE (1) (1878-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123.

⁵⁰⁰ Vide carta de João Chagas para Eusébio Leão, 18 de Junho de 1912, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

justificando a ordem de saída de Álvaro Pinheiro Chagas⁵⁰¹ e João de Azevedo Coutinho⁵⁰² com a salvaguarda da integridade física dos referidos⁵⁰³.

Antes de terminar o ano de 1912, Leão dava a conhecer ao MNE as impressões muito favoráveis colhidas em Itália da votação no parlamento português sobre a conservação da Legação de Portugal no Vaticano⁵⁰⁴. O *Corriere di Italia*, órgão oficioso do Vaticano, justificava tal decisão com o sentimento religioso da quase totalidade dos portugueses⁵⁰⁵. Um ano mais tarde, o mesmo periódico recebia com grande desagrado a supressão da mesma

⁵⁰¹ Álvaro Pinheiro Chagas (19/5/1872 – 27/1/1935) foi um escritor e jornalista que começou os seus trabalhos na redação do *Correio da Manhã*, jornal dirigido por seu pai, Manuel Pinheiro Chagas, acabando, mais tarde, por se tornar director do *Diário Ilustrado*, órgão do partido franquista. Sob este partido, é eleito deputado, mas raramente exerce o seu mandato no Parlamento, fruto do seu trabalho jornalístico. Ainda em 1909 faz reaparecer o *Correio da Manhã*, do seu pai. Com a proclamação da República, demite-se dos cargos de secretário do Instituto Industrial e da Companhia da Zambézia, acabando mesmo por se exilar, primeiro, na Baiona, e de seguida na Bretanha, aguardando que a monarquia fosse restaurada em Portugal. Não sendo, Álvaro Pinheiro Chagas decide regressar à mesma ao seu país, estabelecendo residência no Estoril. Neste período torna-se gerente da Sociedade Estoril e representante em Lisboa da Companhia de Carregadores Açorianos. Vide [sem autor], “Pinheiro Chagas (Álvaro)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXI, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 749-750.

⁵⁰² João de Azevedo Coutinho, nascido a 3 de Fevereiro de 1826, é oriundo de uma família de renome de origem genovesa e de alta importância em Portugal. Assenta praça no regimento de Cavalaria 4 em 1880 e cursou na Escola Politécnica. Ainda não era oficial quando iniciara levantamentos em África, e com 20 anos já contava no seu currículo com imensas missões bem sucedidas em África que lhe creditou fama, não só em Portugal, como no próprio continente africano, sendo o seu nome usado na denominação de vilas. Comandará cerca de 20 missões militares, e com o *Ultimatum* inglês tornar-se-á “Benemérito da Pátria”. Face às exigências britânicas, João de Azevedo Coutinho ficará encarregue do comando das forças coloniais a fim de manter a neutralidade. Fruto dos seus inúmeros trabalhos e campanhas ao longo dos anos em África, ganhará inúmeras condecorações, como por exemplo a medalha de prata de Bons Serviços, a oficialidade da Torre e Espada ou a medalha “Rainha D. Amélia”. A 9 de Dezembro de 1904 é nomeado governador geral de Moçambique, e em 1906 adido à Comissão de Cartografia. De volta a Portugal, será nomeado vogal da Junta Consultiva do Ultramar, governador civil de Lisboa após a morte de D. Carlos I e ocupará a pasta da Marinha entre 11 de Março e 14 de Maio de 1909, e novamente entre 22 de Dezembro de 1909 e 26 de Junho de 1910. Com a revolução republicana, João de Azevedo Coutinho dirige-se a Mafra para ir ter com o Rei e oferecer-lhe os seus serviços, aconselhando-o a ir para o Porto, uma vez que a partir de lá ele poderia liderar as forças reacionárias contra os republicanos. Não é posto em plano a sua ideia, mas acabaria nomeado lugar-tenente de D. Manuel II. Já em 1919, fará parte do movimento de Monsanto que acabaria fracassado e que o obrigou a ser um recluso em São Julião da Barra, no Lazareto e na Madeira. Com a amnistia, volta para os palcos políticos, tendo-se tornado senador pelo círculo político de Portalegre em 1925 e 1926. Já com a morte de D. Manuel II consumada, tornar-se-á lugar-tenente de D. Duarte Nuno, pretendente ao trono português. Por fim, com o Estado Novo será homenageado pelos seus feitos, sendo nomeado vice-almirante honorário. Morre em 1944. Vide [sem autor], “Azevedo Coutinho (João de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 929-930.

⁵⁰³ Vide carta de Eusébio Leão para João Chagas, 21 de Junho de 1912, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador]* (2) (1902-1917), Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

⁵⁰⁴ Vide telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 29 de Junho de 1912, *Telegramas recebidos do MNE (1) (1878-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123. Para além das palavras do ministro dos negócios estrangeiros, destaque-se a concordância de Afonso Costa perante tal decisão: “[...] nada nos impede de ter uma representação junto do Vaticano, junto do chefe duma religião que tem ainda uma enorme influência nos povos.” Vide *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 28 de Junho de 1912, p. 13.

⁵⁰⁵ Vide *O Século*, 20 de Junho de 1912, nº10964, p. 2.

legação, formalizada pelo governo português, classificando-a de “*violenta e despótica política anticlerical dos republicanos e mações*”⁵⁰⁶.

O ano de 1913 caracterizava-se pela acalmia relativa sobre matérias do foro clerical. As preocupações do MNE incidiam sobre as Oficinas de São José. Eusébio Leão era notificado sobre o carácter congreganista do ensino promovido no estabelecimento, com capela anexa e dirigido um sacerdote italiano, o Padre Colussi. Assim, o estabelecimento viria a ser encerrado pelas autoridades republicanas⁵⁰⁷. O diplomata português recebia ainda pormenores sobre as movimentações previstas pelo executivo português, a saber, a 15 de Abril de 1913 a capela seria fechada e o estabelecimento de ensino teria quinze dias para efectuar o encerramento⁵⁰⁸.

Tanto o encarregado italiano de negócios, Salvatore Contarini, em Lisboa, como as Oficinas de São José desejavam proceder à legalização do estabelecimento evitando, desta forma, o seu fim. Contudo, as exigências pedidas pelo governo português demoveram o diplomata e instituiu de tal ideia⁵⁰⁹. O MNE viria a notificar Leão sobre a possível intervenção do executivo italiano nesta matéria; apresentava-se, no entanto, convicto de actuar dentro do quadro de legalidade⁵¹⁰. Aliás, o próprio encarregado italiano de negócios

⁵⁰⁶ *O Século*, 1 de Junho de 1913, nº11305, p. 2.

⁵⁰⁷ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 21 de Abril de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 12, L/R 46.

⁵⁰⁸ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 21 de Abril de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 12, L/R 46.

⁵⁰⁹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 1 de Maio de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 14, L/R 46.

⁵¹⁰ Vide *Idem*, *ibidem*.

em Portugal havia admitido como responsável do problema o director das oficinas, devido à forma ilegal como administrava as Oficinas de São José⁵¹¹.

A situação evoluiria de forma diversa do esperado pelo executivo português. Em contactos com o executivo italiano, Leão era informado do desagrado suscitado pela desigualdade de tratamento, uma vez que os dominicanos, ordem também congreganista, não tinha sido abolida, por intervenção do governo inglês⁵¹². Em réplica, o MNE desmentia a referida afirmação, fundando-se no encerramento dos colégios ingleses, com aquiescência do seu governo, nomeadamente, o Colégio do Dafundo⁵¹³. Confrontado com a indicação chegada de Lisboa, o executivo italiano decidia acatar a decisão do governo português⁵¹⁴.

A pedido do executivo português, Leão remetia a Lisboa o elenco das leis italianas sobre a supressão das ordens religiosas; enfatizando a informação sobre o decreto de dissolução da Companhia de Jesus⁵¹⁵.

A acrimónia entre Portugal e a Santa Sé atenuava-se no ano de 1914⁵¹⁶. A correspondência entre o MNE e Leão reflectia esta melhoria; logo em Julho, Eusébio Leão enviava uma carta pessoal a Bernardino Machado (defensor uma maior aproximação à Santa Sé, tal como Eusébio Leão, não concordava com a agressividade imposta à religião portuguesa através da Lei da Separação⁵¹⁷) sobre as expectativas do Vaticano: “o Vaticano

⁵¹¹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, [s. d.], *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 15, L/R 46.

⁵¹² Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 4 de Maio de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 3, L/R 119.

⁵¹³ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, [s. d.], *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 15, L/R 46.

⁵¹⁴ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 4 de Maio de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 3, L/R 119.

⁵¹⁵ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 13 de Dezembro de 1913, *Correspondência expedida para o MNE. (Letra A) (9) (1905-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – Nº12, L/R 68.

⁵¹⁶ Vide Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, 2011, p. 144.

⁵¹⁷ Tenha-se em atenção uma carta de Eusébio Leão que evidencia a similitude de ideias entre ambos no que toca à religião e a Lei da Separação: “Eu que conheço bem as ideias de V.E. sobre a questão religiosa e que coincidem exactamente com

*espera alguma coisa do seu espirito tolerante [...]. O que agora deseja é um certo modus vivendi análogo ao que se dá com a França, e para isso contam com V.E.”*⁵¹⁸. Roma conhecia um novo líder com a eleição de Benedito XV⁵¹⁹, responsável, juntamente com o seu secretário de Estado o cardeal Gasparri, por uma nova orientação à Igreja Católica. Cessava a intolerância de Pio X e Merry del Val, seu secretário de Estado, uma oportunidade, aos olhos de muitos, para Portugal seguir o mesmo caminho da França e tentar negociar uma reconciliação com o Vaticano⁵²⁰. Nesta matéria, Eusébio Leão admitia, pela primeira vez, o seu entendimento sobre a questão clerical em Portugal: *“Eu, como é já conhecimento do Sr. Presidente do Conselho, tenho a arreigada convicção de que nós devemos procurar estabelecer a paz religiosa não só como elementar preceito de tolerância, mas ainda porque com ela muito aproveitamos, quer interna quer externamente”*⁵²¹.

Fruto deste possível início de reconciliação entre Portugal e a Santa Sé, prévio à eleição do novo Papa, com o qual se esperava encetar um novo diálogo de consenso, o ministro dos negócios estrangeiros português, Alfredo Freire de Andrade, concordava com a iniciativa sugerida por Eusébio Leão, a saber a saudação do diplomata português ao Patriarca

as minhas (não deve ter esquecido a nossa colaboração no principio da Lei da Separação). Trato de acreditá-los aqui.” Carta de Eusébio Leão para Bernardino Machado, 14 de Setembro de 1914, *Fundo Bernardino Machado*, Casa Comum – Fundação Mário Soares, Pasta 07841.007, p. 2.

⁵¹⁸ Carta de Eusébio Leão para Bernardino Machado, 3 de Julho de 1914, *Fundo Bernardino Machado*, Casa Comum – Fundação Mário Soares, Pasta 07841.005, p. 2. Eusébio Leão destaca o exemplo francês, e sobre eles recaia o exemplo que Portugal devia seguir: *“Ora aqui consideram (e com razão) a nossa lei da separação mais agressiva do que a francesa, [?] pior vontade em relação a nós. Mas desde que a França entre pelo caminho d’uma entente, creio que nos não será difícil a nós segui-lo também. O exemplo deve frutificar aí e aqui.”* Carta de Eusébio Leão para Bernardino Machado, 14 de Setembro de 1914, *Fundo Bernardino Machado*, Casa Comum – Fundação Mário Soares, Pasta 07841.007, p. 3.

⁵¹⁹ Emídio Garcia preza bastante a figura de Benedito XV, considerando-o, ao contrário de Pio X, um homem inteligente, ilustrado, de grande habilidade diplomática que não se deixa influenciar e que *“[...] governa com a sua cabeça.”* *O Século*, 25 de Dezembro de 1914, nº11870, p. 1.

⁵²⁰ Vide carta de Eusébio Leão para Bernardino Machado, 17 de Setembro de 1914, *Fundo Bernardino Machado*, Casa Comum – Fundação Mário Soares, Pasta 07841.007, pp. 5-6. Sobre o assunto, já o jornal a *La Tribuna* no dia 26 afirmava que o Vaticano admitia a possibilidade de, num breve período, iniciarem-se negociações para reatar as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, tendo sido a nomeação do português Mendes Belos a Cardeal um claro sinal. Vide *O Século*, 27 de Maio de 1914, nº11660, p. 5.

⁵²¹ Carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 17 de Setembro de 1914, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 3, L/R 119.

de Lisboa, então em Roma para o conclave (que se concluiria com a já referida nomeação do Papa Benedito XV)⁵²².

Este tema não voltaria a ser objecto de atenção do MNE e ou do diplomata português em Roma até Março de 1916, o limite cronológico do trabalho aqui exposto. O período imediatamente anterior à guerra enfatizava outros aspectos, eventualmente, em detrimento das questões clericais. Contudo, importaria salientar o papel crucial de Eusébio Leão no restabelecimento das relações entre Portugal e a Santa Sé, na segunda metade de 1916⁵²³. Em sucessivas reuniões com os agentes diplomáticos da Santa Sé, Leão inteirou-se das condições propostas pela Santa Sé para o reatamento de relações entre os dois estados⁵²⁴. Segundo a apreciação de Bernardino Machado: “*a nossa política de conciliação com Roma, não o devo esquecer, encontrou o mais convicto intérprete e eficaz colaborador no antigo propagandista, nosso ilustre ministro junto do Quirinal, o dr. Eusébio Leão.*”⁵²⁵

Segundo Emídio Garcia, o ponto de partida para o relançamento das relações entre Portugal e a Santa Sé⁵²⁶ fundou-se no descrédito de D. Sebastião de Vasconcelos, bispo de Beja, junto do Vaticano. Natural do Porto, fundou as Oficinas de São José tendo exercido a direcção do estabelecimento até à nomeação para o bispado de Beja aquando do franquismo⁵²⁷, concretamente, a 1 de Agosto de 1907. Na sequência da revolução republicana, o bispo de Beja era suspenso (a partir de 21 de Outubro de 1910) de funções, refugiando-se em Espanha⁵²⁸. Seria também destituído do seu cargo de Bispo de Beja, com

⁵²² Vide telegrama de Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 24 de Agosto de 1914, *Telegramas recebidos do MNE (1) (1878-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123.

⁵²³ Vide Bruno Cardoso Reis, *Op. Cit.*, 2011, p. 146.

⁵²⁴ Vide Maria Alice Samara, *Op. Cit.*, p. 105.

⁵²⁵ Idem, *ibidem*, p. 63.

⁵²⁶ Vide Idem, *ibidem*, p. 32.

⁵²⁷ Vide Raul Rêgo, *História da República*, Volume II, [s.l.], Círculo de Leitores, 1986, pp. 49-50.

⁵²⁸ Vide Fernando Rosas & Maria Fernanda Rollo, *Op. Cit.*, p. 132.

processo criminal por infração ao Código Penal⁵²⁹, mas nunca desterrado. Uma vez fora do país, o bispo de Beja fixava-se em Roma, junto do Papa, a quem apresentava uma versão sobre os motivos conducentes à sua saída, não compagináveis com os fundamentos contrapostos por Eusébio Leão. Tal facto induzia a Santa Sé a reformularem as suas percepções sobre a república portuguesa⁵³⁰.

⁵²⁹ Vide António Matos Ferreira, *Op. Cit.*, Volume X, João Medina (drg.), p. 363.

⁵³⁰ Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1937, p. 31.

Capítulo IV – A estratégia económica de Eusébio Leão. O desenvolvimento do mercado luso-italiano

A investigação realizada para o presente trabalho permite-nos extrair uma ideia essencial sobre o percurso diplomático de Eusébio Leão em Itália: as relações económicas constituíram um esteio fundamental. Em observância com as asserções enunciadas na entrevista concedida ao jornal *O Século* (vide Capítulo II, pp. 64-66), antes de partir, o seu objectivo consistia no fomento dos fluxos comerciais, pouco explorados, entre os dois países. Como veremos neste capítulo, tratou-se de uma tarefa árdua e de um esforço crescente, entre os anos de 1912 e 1916.

O nosso ponto de partida reporta-se a 1912, marcado por uma grave situação associada à indústria conserveira algarvia, na iminência de perda dos mercados italianos. O incidente deveu-se à reclamação apresentada por uma companhia italiana – Casa Pittaluga – das conservas *Foot-Ball*, produzidas pela fábrica Peninsular (de Vila Real de Santo António) resultante dos envenenamentos sucessivos, alguns mortais, verificados em vários pontos de Itália⁵³¹. A Direção Geral de Saúde Pública italiana ordenou o sequestro dos referidos produtos para proceder a análises⁵³². As conclusões eram devastadoras para a indústria conserveira algarvia: as amostras testadas apresentavam níveis excessivamente expressivos de sulfato de zinco, uma substância fatal em doses elevadas. A fábrica, por seu turno, defendia as suas conservas “*escrupulosamente tratadas e preparadas*”⁵³³. O parecer do

⁵³¹ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 21 de Setembro de 1912, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – N°32, L/R 69.

⁵³² Vide carta de cônsul de Génova para Eusébio Leão, 16 de Maio de 1912, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo n° 17, L/R 45.

⁵³³ Carta da Repartição dos Negócios Comerciais para Eusébio Leão, [s. d.], *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo n° 17, L/R 45.

Ministério italiano dos Negócios Estrangeiros, comunicado a Leão em tom de aviso, era conforme à suspensão das importações de conservas: “*se repetirem com maior frequência casos desta natureza, se tornara necessária a aplicação de medidas mais rigorosas e talvez a interdição de admissão neste país dos produtos da firma*”⁵³⁴.

O diplomata, por sua vez, transmitia ao MNE as informações recebidas, sublinhando o quão desastroso seria para a economia portuguesa, mas também para as relações comerciais luso-italianas a concretização desta expectativa⁵³⁵. Efectivamente, durante a I República, a indústria de conservas de peixe conheceu amplo desenvolvimento, passando mesmo para segundo lugar na tabela de exportações portuguesas⁵³⁶. Perder o mercado italiano, um dos mais importantes para a indústria conserveira portuguesa, logo após o mercado inglês, francês, belga e americano⁵³⁷, constituía um rude golpe para o país e, em especial, para todos os produtores de conservas.

No ano seguinte, Leão empenhava-se em negociações destinadas à criação de uma linha de navegação comercial entre Portugal (Lisboa) e Itália (Génova). Segundo a perspectiva do diplomata, o estabelecimento de uma carreira de navegação regular comportava um estímulo considerável às relações comerciais dos dois países, em termos gerais. Constituía, por outro lado, um instrumento adequado para a promoção dos produtos

⁵³⁴ Carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 21 de Setembro de 1912, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – N°32, L/R 69.

⁵³⁵ Vide Idem, *ibidem*.

⁵³⁶ Vide A.H. de Oliveira, *Op. Cit.*, [s.a.], p. 29. Durante os anos de 1912 e 1916 (baliza cronológica do presente trabalho), os valores da exportação de conservas de sardinha foram os seguintes: 1912 – 25490 ton., 1913 – 24554 ton., 1914 – 18488 ton., 1915 – 25269 ton., 1916 – 24537 ton. Vide Álvaro Garrido in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, p. 885.

⁵³⁷ Vide Idem, *ibidem*, p. 884.

portugueses – de géneros coloniais, dos vinhos, das cortiças e das conservas no mercado italiano – no mercado italiano⁵³⁸.

A concretização dos seus objectivos conduzia Leão a agir em duas frentes: ao MNE, o diplomata afirmava ser imperativo um aperfeiçoamento generalizado da produção nacional. Enfatizava, em particular, a impossibilidade de ocorrência de novos casos de intoxicação grave⁵³⁹. Por outro lado, Leão recorria a pessoas conhecedoras do assunto, nomeadamente, o Comendador Crespi, Presidente da Companhia Geral de Naves de Itália, o qual se comprometia a auxiliar os desideratos do diplomata português com o envio de um especialista a Portugal para efectuar o estudo das rotas⁵⁴⁰. Leão contava com o apoio expresso de Contarini, o embaixador italiano em Portugal, que se revelou um entusiasta da ligação marítima para expansão do comércio luso-italiano⁵⁴¹. Os representantes das associações comerciais e industriais portuguesas, com os quais preparou ao especialista italiano enviado pelo Comendador Crespi, manifestavam-se também muito favoráveis ao projecto⁵⁴².

O interlocutor de Eusébio Leão era a *Navigazione Generale Italiana* que, através do representante em Portugal, contactou o MNE para prestar informações primárias acerca do projecto a saber, a linha deveria ser concebida por cargo-boats até à desejada carreira marítima, a qual constituiria o alargamento de uma rota já existente (de ligação entre Génova,

⁵³⁸ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 10 de Julho de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 4, L/R 119. Sobre o assunto, muitas notícias foram publicadas em Portugal, onde se abordou o esforço de Eusébio Leão, Contarini e o Comendador Crespi. Vide *O Século*, 31 de Janeiro de 1913, nº11185, p. 5; *O Século*, 3 de Março de 1913, nº11215, p. 5; *O Século*, 21 de Maio de 1913, nº11294, p. 5.

⁵³⁹ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 10 de Julho de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 4, L/R 119.

⁵⁴⁰ Vide Idem, *ibidem*.

⁵⁴¹ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 30 de Março de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 2, L/R 119.

⁵⁴² Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 10 de Julho de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 4, L/R 119.

Londres e Antuérpia)⁵⁴³. Para o efeito, necessitava apenas da utilização de um cais⁵⁴⁴. Avançava de igual forma com a possibilidade do porto lisboeta servir de entreposto nas ligações entre a Itália e o Brasil⁵⁴⁵.

O enviado italiano, Guido Contesso⁵⁴⁶, delegado da *Navigazione Generale Italiana*, adoecia, facto determinante para o atraso das negociações que não podiam ser encerradas sem os relatórios técnicos⁵⁴⁷. A sua visita a Lisboa encontra-se escassamente documentada; persistem referências sobre os seus contactos com a Associação Comercial de Lisboa, a 22 de Julho⁵⁴⁸. Saliente-se, no entanto, a entrevista de Mário de Carvalho, um dos directores daquela Associação e sócio da firma Moos & Carvalho, a *O Século*. Questionado sobre este assunto, o entrevistado apresentava quatro factores de relevância para o estabelecimento da linha de navegação entre Portugal e Itália: o primeiro era a rapidez da deslocação de produtos – a viagem directa entre Lisboa e Génova demoraria 8 a 10 dias em vez do mês e meio, duração média do trajecto entre as duas cidades, compassado por múltiplas paragens.

O segundo aspecto respeitava ao acesso de produtos provenientes do Império Austro-Húngaro, do sul da Alemanha, da Suíça e de outras cidades do centro da Europa, no mercado português, através de Génova. O terceiro factor consistia na facilidade de colocação de produtos portugueses no mercado italiano (com relevo para o vinho português, mas onde também se destacavam outros géneros nacionais, como é o caso da cortiça, do cacau

⁵⁴³ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 19 de Agosto de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº38, nº 24, L/R 46.

⁵⁴⁴ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 14 de Outubro de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 7, L/R 119.

⁵⁴⁵ Vide Idem, *ibidem*.

⁵⁴⁶ A sua ida a Lisboa foi também noticiada pelos periódicos portugueses. Vide *O Século*, 13 de Julho de 1913, nº11347, p. 2.

⁵⁴⁷ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 25 de Agosto de 1913, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº35, L/R 69.

⁵⁴⁸ Vide *O Século*, 23 de Julho de 1913, nº 11357, p. 2.

proveniente das colónias e das conservas) bem como dos produtos italianos no mercado luso, como por exemplo: máquinas, cloreto de cálcio, extratos de castanheiro (essenciais para o curtimento do couro), tecidos, grandes carregamentos de enxofre (visíveis nos anos que se seguem), a fava. Neste contexto, Mário de Carvalho destacava o vermute, de fabrico exclusivo italiano, intitulado de “autêntico”, que pretendia usar como moeda de troca com o vinho português. Por último, Mário de Carvalho valorizava o papel da ligação directa na projecção de Lisboa como porto de escala entre a Itália e as suas as cidades brasileiras de Pará e Manaus, caracterizadas pela densidade demográfica da comunidade italiana⁵⁴⁹.

O fomento das relações comerciais luso-italianas inspirava Leão a outras iniciativas. Segundo explicava: “*não perco ocasião de estabelecer relações comerciais entre os dois países*⁵⁵⁰; e assim com Roma está-se montando uma casa comercial que se intitula: Agência Italo-Portuguesa – o que é muito exclusivamente a incitações minhas”⁵⁵¹. A referida agência foi constituída em Novembro de 1912⁵⁵² e legalizada em Maio do ano seguinte⁵⁵³. Concebida para a promoção dos produtos portugueses no mercado italiano, estava associada a Salvador Gabrielli di Montalbano, um “*infalível companheiro do Dr. Eusébio Leão*”⁵⁵⁴ e defensor da República portuguesa. Jornalista, auxiliou de forma considerável a Legação de Portugal em

⁵⁴⁹ Vide *O Século*, 23 de Julho de 1913, nº 11357, p. 2.

⁵⁵⁰ Exemplo disso é um banquete que comerciantes italianos fazem a Eusébio Leão a fim de organizarem os intercâmbios luso-italianos. Vide *O Século*, 26 de Janeiro de 1913, nº 11180, p. 2. Recebe também felicitações de variadas entidades comerciais e industriais italianas face ao seu esforço depositado na conclusão de uma linha de navegação marítima comercial, que em muito ajudaria o comércio de ambos os países. Vide *O Século*, 18 de Julho de 1913, nº 11352, p. 2.

⁵⁵¹ Carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 10 de Julho de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 4, L/R 119.

⁵⁵² Vide *O Século*, 8 de Novembro de 1912, nº 11104, p. 5.

⁵⁵³ Vide *O Século*, 14 de Maio de 1913, nº 11287, p. 5.

⁵⁵⁴ Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1937, p. 69.

Roma no período imediatamente subsequente à implantação da República⁵⁵⁵ e viria a ser um dos impulsionadores desta sociedade, assumindo as funções de director geral⁵⁵⁶.

Em 1913, Salvador Gabrielli di Montalbano dava uma entrevista a *O Século*, relevante para a melhor compreensão dos propósitos da Agência. O director geral, na sequência das várias pesquisas e estatísticas sobre o mercado português, concluía ser de elevado rendimento a projecção dos géneros portugueses na rede comercial italiana⁵⁵⁷, não obstante as dificuldades iniciais. Deslocara-se a Portugal para contactar com vários comerciantes em Lisboa, Porto, Setúbal e Algarve; havia agendado um encontro com a Associação Comercial de Lisboa e uma entrevista com o irmão de Eusébio, Ramiro Leão⁵⁵⁸.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, a linha de navegação comercial entre os dois países sofreria um enorme revés e viriam, por essa razão, a ser abandonadas.

Ainda em 1913 iniciaram-se as negociações para celebrar um acordo de regulação da entrada de amostras dos caixeiros-viajantes. Com grande dificuldade, o convénio era concluído em 1914, como mais adiante se tratará. Os objectivos do governo italiano respeitavam ao entendimento com Portugal em moldes semelhantes ao acordo assinado com o Reino Unido. Nesse documento, as autoridades aduaneiras de ambos os países possuíam a liberdade de julgar se os objectos transportados por agentes comerciais correspondiam a

⁵⁵⁵Vide Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁶ Vide *O Século*, 21 de Novembro de 1912, nº 11117, p. 5.

⁵⁵⁷ Numa outra entrevista ao jornal *O Século*, Salvador Gabrielli afirma o seguinte: “[...] é frequente ler-se nas listas dos restaurantes: Vinhos de Hespanha – Oporto, Madeira – como se a segunda cidade da República e a capital da sua formosíssima ilha fossem pertença do país vosso vizinho.” *O Século*, 15 de Fevereiro de 1913, nº 11199, p. 1.

⁵⁵⁸ Vide *O Século*, 21 de Novembro de 1912, nº 11117, p. 5.

modelos ou amostras, sem necessidade do importador apresentar o comprovativo consular dos selos⁵⁵⁹.

O MNE instruíra Eusébio Leão no sentido de apresentar ao homólogo italiano a possibilidade de reconhecimento como autênticos os selos das alfândegas dos países estrangeiros apostos nas amostras de caixeiros-viajantes⁵⁶⁰. As divergências iniciavam-se com a referida e embaraçavam as negociações arrastadas até à segunda metade de 1914. Sublinhe-se que a comunicação deficiente entre as duas chancelarias teria um papel importante no condicionamento das negociações e constituía o motivo fundamental do pedido de demissão apresentado pelo diplomata português, a 28 de Julho de 1914⁵⁶¹.

No final de 1913, o MNE informava Leão da extinção do défice nas contas públicas nacionais; acrescia ainda a relevância do *superávit* verificado no mesmo período, no montante de 967 mil escudos, do qual seriam extraídos 559 mil, destinado à reconstituição da marinha de guerra⁵⁶². Este *superávit* era obtido nos anos de 1912-1913 e de 1913-1914; nas previsões do executivo seria possível alcançar excedente financeiro no ano seguinte, não fosse o aumento das despesas militares na preparação para a guerra e a instabilidade política⁵⁶³.

⁵⁵⁹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália para Eusébio Leão, Janeiro de 1913 [sem dia], *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, 00760/2, L/R 46.

⁵⁶⁰ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 15 de Novembro de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº45, L/R 46.

⁵⁶¹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 28 de Julho de 1913, *Telegramas Expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº6, L/R 128.

⁵⁶² Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 1 de Julho de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº659, L/R 46.

⁵⁶³ Vide António Sousa Franco, “As Finanças públicas na I República: a continuidade das Finanças débeis” in *História de Portugal*, João Medina (org.), Volume XI, Amadora, Clube Internacional do Livro, [s.a.], p. 212.

No início de 1914, as relações luso-italianas eram dominadas ainda pelo acordo sobre o tratamento das amostras dos caixeiros-viajantes de ambos os países. Os desentendimentos resultavam da insistência do MNE em dispensar a aposição de novos selos ou marcas das alfândegas nas amostras trazidas pelos caixeiros-viajantes (Decreto nº253, de 13 de Dezembro de 1913, pelo que respeita ao tratamento aduaneiro dos modelos e amostras que acompanham os caixeiros-viajantes de comércio); pretendia, de igual forma, ser objecto de idêntico tratamento do Estado italiano que, por seu turno, retorquia com a necessidade dos selos para salvaguarda contra a fraude⁵⁶⁴. A posição de Roma conduzia Lisboa a uma retracção nas negociações que, nos moldes da proposta italiana, lhes eram inconvenientes. A hipótese da posição italiana implicar uma alteração do Decreto nº253, não era vista com bons olhos por parte do governo português⁵⁶⁵.

Eusébio Leão tentou amenizar as tensões entre Lisboa e Roma, procurando apresentar ao MNE novos contributos para a aceitação da proposta italiana. O argumento esgrimido pelo diplomata português incidiu sobre o acordo italo-alemão; Lisboa optava por ignorar as premissas avançadas por Leão: “*que leve a termo negócio do respectivo acordo tendo em vista (...) as instruções que foram enviadas com os exemplares do decreto nº253*”⁵⁶⁶. Surpreendentemente, Leão extraía da instrução supra a anuência portuguesa à proposta italiana e silencia os fundamentos da mesma a saber, o decreto nº 253⁵⁶⁷. Nessa medida, em 21 de Julho de 1914, Leão comunicava a Lisboa que a Consulta encontrava-se preparada para

⁵⁶⁴ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 29 de Julho de 1914, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº25, L/R 69.

⁵⁶⁵ Vide Idem, *ibidem*.

⁵⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁶⁷ Vide Idem, *ibidem*.

a assinatura do acordo. Caso o executivo português não se pronunciasse contrário, o mesmo seria oficializado, o que sucedeu em 27 de Julho seguinte⁵⁶⁸.

Até à data supramencionada, a correspondência trocada entre o MNE e Leão não fazia menção ao assunto. O acordo seria objecto de atenção do MNE na noite de 27 de Julho: após a assinatura respectiva, o diplomata português recebia instrução de Lisboa para suspender a sua conclusão⁵⁶⁹. Tarde de mais; Eusébio Leão reagia de forma lapidar “*se no caso há responsabilidades essas não me pertencem*”⁵⁷⁰. Convicto da sua razão, Leão viria a ser repreendido pelo MNE que, em simultâneo, rectificava as suas intenções nesta matéria com o executivo italiano. O diplomata português apresentava a demissão – “*Pela minha parte convencido correção meu procedimento, como justificarei, apresento minha demissão porém qualquer indicação que V.E. julgue dar-me sobre assunto para governo italiana. Leão*”⁵⁷¹ – a qual não seria aceite por Lisboa. Reiterando a confiança no italiano, Lisboa remetia novas instruções sobre o caso: o problema seria solucionado com alteração da alínea a) do artigo 3º⁵⁷², respeitante à lista de modelos ou amostras importadas. A Lisboa bastaria que o referido elenco fizesse referência aos agrupamentos ou classificações pautais dos ditos modelos ou amostras⁵⁷³. Leão retirou o seu pedido de exoneração e agiu conforme as directivas de Lisboa. Em 31 de Agosto, a Consulta comunicava oficialmente a aceitação da mudança requerida

⁵⁶⁸ Vide Idem, *ibidem*.

⁵⁶⁹ Vide Idem, *ibidem*.

⁵⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁵⁷¹ Telegrama de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 29 de Julho de 1914, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1945)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 6, L/R 128.

⁵⁷² O respectivo artigo diz o seguinte: “3º *Será entregue ao importador um certificado contendo: a) A lista dos modelos ou amostras importadas, com a especificação da qualidade das mercadorias e todos os elementos para a sua identificação; [...]*” Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais potências*, Volume I (1914-1919), [s. l.], Imprensa Nacional, 1970, p. 55.

⁵⁷³ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 29 de Julho de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº 87/13, nº5, L/R 46.

pelo governo português⁵⁷⁴. A 2 de Novembro de 1914, o acordo era publicado em *Diário de Governo*⁵⁷⁵ e entrava em vigor⁵⁷⁶.

O ano de 1914 ficou ainda associado à importação de camiões FIAT, autorizada pelo governo italiano⁵⁷⁷. O diplomata português era incumbido da realização de estudos sobre as potencialidades do mercado italiano para a economia portuguesa em áreas sensíveis como o sector farmacêutico. O resultado deste estudo resultaria como decepcionantes para as pretensões portuguesas, uma vez que a Itália impunha forte entraves à exportação de produtos medicinais e farmacêuticos. Esta característica não impediu Leão de informar o seu ministério que tentaria insistir junto do governo italiano para abrir uma excepção a Portugal, caso fosse o desejo do seu governo a importação de tais produtos⁵⁷⁸. Por outro lado, Leão procedeu igualmente à análise das possibilidades de aceitação em Itália de géneros nacionais e coloniais, o cacau em particular.

No domínio da articulação comercial entre os dois países, o MNE remetia a Leão o elenco dos artigos portugueses exportados para Itália, uma informação concedida pelo presidente da Associação Comercial de Lisboa⁵⁷⁹. Sem especificação de âmbito temporal, a lista registava os produtos exportados desde a implantação da República. O executivo português submetia a listagem à análise do homólogo italiano com o objectivo de inquirir

⁵⁷⁴ Vide Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Op. Cit.*, 1970, p. 56.

⁵⁷⁵ Vide *Diário do Governo*, I Série, nº203, 2 de Novembro de 1914, pp. 1117 e 1118.

⁵⁷⁶ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 6 de Novembro de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº 87/13, nº46, L/R 46.

⁵⁷⁷ Vide telegrama de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 6 de Setembro de 1914, *Telegramas expedidos para o MNE (I) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 128.

⁵⁷⁸ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 28 de Setembro de 1914, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – nº38, L/R 69.

⁵⁷⁹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 9 de Novembro de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº1002, nº47, L/R 46.

sobre eventuais alargamentos do volume exportado ou acerca da possível inclusão de novos artigos⁵⁸⁰.

A exportação portuguesa para Itália era constituída pelos seguintes produtos: (*de produção nacional*) desperdícios de seda, lã, cortiça em prancha, cortiça em quadros, cortiça virgem, sucata de ferro e de outros metais, vinhos do Porto, vinhos licorosos do sul, vinhos da Madeira, peixe salgado ou de qualquer forma preparado, conservas de sardinha, amêndoa e figo, ananases, rolhas de cortiça, ourivesaria de prata, azeite de baleia; (*de produção colonial e reexportação brasileira*) couros em bruto, despejos de animais, marfim, algodão em rama, borracha, goma cepal, óleo de pluma e coco, cera, milho, açúcar, cacau, café, tabaco, carne seca, piaçaba e coconete⁵⁸¹.

A Legação italiana em Portugal agia de igual forma, através da divulgação de um elenco das exportações italianas que, a partir do Verão de 1914, deixariam de ser acessíveis à transacção comercial. A saber, estanho, níquel e suas ligas, ligas ferro-metalúrgicas, borracha e gutapercha em bruto, benzoatos, carne ovina e bovina em caixas ou conservada por qualquer outra forma, batatas, alúmen de crómio e ovos, zinco, antimónio, latão, bronze, lenha, nitrato de potassa água régia (óleo de terbentina), trapos e resíduos de lã, vaselina, alcatrão, fragmentos de ferro, de aço ou da gusa, banha e toucinho, manganés e minerais de manganés, ossos, chifres e outros produtos similares em bruto, amianto e seus artefactos, ácido fénico, lâminas de ferro e de aço, estranhas ou zincadas⁵⁸². A interdição do comércio destes produtos resultava dos preparativos da economia italiana para a guerra e, igualmente, do facto daqueles pertencerem a um rol de produtos que integravam uma legislação sobre o

⁵⁸⁰Vide Idem, *ibidem*.

⁵⁸¹Vide Idem, *ibidem*.

⁵⁸² Vide *O Século*, 23 de Dezembro de 1914, nº 11868, p. 1.

contrabando de guerra, acordada antes do início desta. O *O Século* revelava-se auspicioso sobre o começo de conversações para a renovação do tratado de comércio e navegação luso-italiano⁵⁸³, uma expectativa incumprida nas balizas cronológicas do presente trabalho.

Surpreendentemente, 1915 revelava-se prolixo no domínio das relações comerciais entre Portugal e Itália. Apesar do parceiro comercial português se tornasse beligerante no mesmo ano, com reflexos na interrupção na venda de material militar (referido no capítulo II, subcapítulo 2) e na criação de um processo complexo nas transacções aplicável a qualquer produto, seja a países aliados e neutrais. As causas deste sistema, que não era exclusivo da Itália, baseavam-se na necessidade italiana em reter a maior quantidade de produtos e, simultaneamente, bloquear a reexportação do seu material a países inimigos.

O processo realizava-se da seguinte forma: a mercadoria a exportar era objecto de um pedido de licença, apresentado pela casa produtora ao Ministério das Finanças italiano. Esta solicitação deveria conter elevado descritivo a saber, o tipo de produto, a quantidade exacta a exportar e o destino da mercadoria. Este pedido deveria ser acompanhado de documento adicional, produzido pela Legação do país destinatário da exportação⁵⁸⁴. Em observância com a norma supra, durante o ano de 1915, Portugal dirigiu os seguintes pedidos de licença de exportação à Itália⁵⁸⁵: seis pedidos de exportação de cânhamo⁵⁸⁶, um de ferro com

⁵⁸³ Vide *O Século*, 26 de Janeiro de 1914, nº 11540, p. 1.

⁵⁸⁴ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 9 de Setembro de 1915, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº24, L/R 69.

⁵⁸⁵ Tendo em conta o que foi encontrado nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁵⁸⁶ A 24/12/1915 – 60 toneladas para a firma Ricardo Caetano Aires de Lisboa; a 10/12/1915 – 3000 kg para a firma Fernando Barbosa y Pego; a 17/11/1915 – um total de 120.000 kg a serem divididos por 8 meses com remessas mensais de 15.000 kg para a Companhia de Lanifícios Portuguesa; a 14/4/1915 – 40.000 kg para a Companhia de Lanifícios Portuguesa; a 22/7/1915 – 338 quintais; 10/12/1915 – 25 toneladas enviada em duas remessas. Sobre este produto, o pedido de exportação, segundo o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros deve-se à “*Escassez do produto brutal, de tal modo que pode levar os operários da indústria de fiação à miséria*”. Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 14 de Abril de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº256, L/R 46. A diminuição dos pedidos de exportação devem-se, exclusivamente, às dificuldades produtivas do produto na Itália que, tal como Eusébio Leão advertiria ao MNE, diminuiria drasticamente as exportações. Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 28 de

mercúrio⁵⁸⁷, dez de enxofre⁵⁸⁸, dois de peças para carros FIAT⁵⁸⁹, um de algodão⁵⁹⁰, dois de linho⁵⁹¹, um de ácido tartárico⁵⁹², um de “diversos” motores elétricos com destino à Fábrica Nacional de Cordoaria, dois de malte em pó⁵⁹³, um de aço e latão⁵⁹⁴ e um de cabo condutor⁵⁹⁵. Portugal tentaria ainda adquirir 30 camiões à FIAT, um pedido aceite pelo governo italiano a 25 de Julho daquele ano, contudo, sob reserva de compensações⁵⁹⁶, não especificados, uma vez que a exportação de camiões estava a ser fortemente restringida⁵⁹⁷.

Entre os produtos importados de Itália, enfatize-se a relevância do enxofre, particularmente necessário a Portugal, a braços com uma situação agrícola débil. Este foi, sem dúvida, o artigo sobre o qual Eusébio Leão realizou o maior número de pedidos, mas

Outubro de 1915, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – N°35, L/R 69.

⁵⁸⁶ Tendo em conta o que foi encontrado nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁵⁸⁷ Pedido de 18/12/1915 de 10 botijas para a Sociedade de Drogaria Lda.

⁵⁸⁸ A 17/12/1915 – 90 toneladas para a firma Guilherme Graham Jr & C^a de Lisboa; também a 17/12/1915 – 2000 sacos com 45 kg cada para a firma Victor Guedes & C^a de Lisboa; a 16/12/1915 – 67.500 kg para a firma John George & C^a; 10.000 sacos (sem peso definido) para a firma Braga, Bastos & Samuel de Lisboa; a 8/12/1915 – 2000 sacos de enxofre para a firma Buzaglos & C^a de Lisboa e a 30/11/1915 – 10.200 sacos (sem peso definido) para a mesma firma; a 30/11/1915 – 180 toneladas para a firma Guilherme Graham Jr. & C^a; a 5/11/1915 – 100 toneladas para a firma Abecassis, Irmãos de Lisboa; a 30/10/1915 – 2600 toneladas para a firma Companhia União Fabril (CUF) de Lisboa; a 30/10/1915 – 1350 toneladas para a firma Leite Sobrinhos & Cia de Lisboa; e, a 30/10/1915 – 1500 toneladas para a firma Abecassis, Irmãos de Lisboa.

⁵⁸⁹ Pedido de 27/8/1915 – 891 peças sobresselentes; e de 22/11/1915 – 112 peças sobresselentes.

⁵⁹⁰ Pedido de 20/11/1915 de 179 kg, sem indicação do destinatário.

⁵⁹¹ Pedido de Julho de 1915 de 40/50 toneladas de linho branco para a Fábrica Nacional de Cordoaria; e de 14/10/1915 – 400 metros de carcasas ou linho e 200 metros de sparterie para a firma Arthur Sequeira Pinto do Porto. O linho e o cânhamo foram, em conjunto, produtos que atingiram em importações no ano de 1914 para Portugal a quantidade exacta de 1225,592 kg proveniente de Itália, número inferior ao de 1913, onde se atingiu os 1804,504 kg. Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 8 Janeiro de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 46.

⁵⁹² Pedido de 21/10/1915 de 2000 kg para a firma Joaquim Henriques, de Lisboa.

⁵⁹³ Pedido de 16/5/1915 – seis barricas com destino à Sociedade “Nutricia de Lisboa Limitada”; e a 12/8/1915 para a mesma firma mas sem qualquer tipo de quantia especificada.

⁵⁹⁴ Pedido de 4/7/1915 – 160 toneladas de latão e 240 toneladas de aço, no intuito de construir viaturas e granadas, sem especificar o destinatário. Em resposta, Eusébio Leão informa que o latão não tem saída, e que o aço, apesar de ter, é em número bastante reduzido. Vide telegrama de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 5 de Julho de 1915, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, n° 9, L/R 128.

⁵⁹⁵ Pedido de Julho de 1915 efectuado pelo Conselho Administrativo das Construções Navais de 3000 metros.

⁵⁹⁶ Vide telegrama de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 25 de Julho de 1915, *Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, n° 9, L/R 128.

⁵⁹⁷ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 23 de Junho de 1915, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador] (2) (1902-1917)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

também aquele acerca do qual o governo italiano revelou boa vontade⁵⁹⁸. Na esteira dos princípios de sã cooperação, o governo português não hesitava na publicação de um decreto proibindo a reexportação do enxofre, a pedido do governo italiano⁵⁹⁹. Portugal importara no final do 2º trimestre de 1913 um total de 14482 toneladas de enxofre; no ano seguinte, no mesmo período, verificava-se uma redução para as 8427 toneladas, para ascender a 12779 toneladas em 1915⁶⁰⁰.

O ano de 1915 não ficou isento de incidentes entre os dois países no âmbito comercial: em Março de 1915, a Itália procedia à apreensão de 500 caixas provenientes da Casa Ramirez, com destino à Áustria, apesar da mercadoria em apreço ter sido comprada antes da declaração de guerra italiana⁶⁰¹. Leão procurou solucionar o problema com a oferta de 100.000kg de celulose, produto de elevada escassez em Itália, em troca das conservas de sardinha⁶⁰²; sem êxito.

A linha de navegação comercial entre Portugal e a Itália voltava a ser objecto de atenções. António de Sousa Carneiro Lara⁶⁰³, vice-presidente da Associação Comercial de

⁵⁹⁸ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1 de Dezembro de 1915, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº14, L/R 69.

⁵⁹⁹ Vide telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 24 de Novembro de 1915, *Telegramas recebidos do MNE e outros (2) (1915-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 124.

⁶⁰⁰ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 20 de Dezembro de 1915, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº51, L/R 69.

⁶⁰¹ Vide carta do Cônsul Geral de Viena para Eusébio Leão, 27 de Abril de 1915, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁶⁰² Vide carta do Cônsul Geral de Viena para Eusébio Leão, 20 de Abril de 1915, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁶⁰³ António de Sousa Lara, nascido em 1859, foi um afamado comerciante, industrialista e colonialista. É fora de Portugal que encontrará fortuna e sucesso, tendo emigrado logo aos 12 anos no Brasil, indo de seguida para Angola, onde iniciará as suas actividades comerciais enquanto director e fundador da Companhia dos Açucares. Ajudará também a criar e a gerir diversas sociedades e empresas essenciais para o desenvolvimento daquela colónia portuguesa. Todo o seu trabalho ao longo da sua carreira profissional será sempre com o propósito de fomentar as capacidades coloniais. Será sócio da Sociedade de Geografia onde desenvolve várias acções em prol de Angola; vice-Presidente da Comissão Africana entre 1900 e 1903; vogal das secções de Indústria, Comércio e Agricultura; vice-Presidente da secção de Agricultura (1915-1917); Presidente da Comissão de Protecção aos Indígenas das Colónias Portuguesas, e vogal da Comissão Africana em 1920. Morre a 11 de Outubro de 1928 em Lisboa. Vide [sem autor], “Lara (António de Sousa)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXIV, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 693-694.

Lisboa, revelava vontade de visitar Itália com o objectivo de propiciar novas relações comerciais, procurando visitar as câmaras de comércio italiano. Esta deslocação, instruída pelo executivo português, deveria ser preparada por Leão⁶⁰⁴; o comerciante partiria de Lisboa em 24 de Fevereiro de 1915 mas não subsiste referências adicionais à viagem.

No entanto, para embarço português, foi conhecida a intenção de estabelecimento de uma linha de vapores entre a Itália e o Brasil, com escala em Cádiz, não em Lisboa; em réplica, a Associação Comercial de Lisboa multiplicava-se em pedidos pela conclusão das negociações sobre a linha de navegação, preciosa para economia portuguesa⁶⁰⁵. Leão responderia ao presidente da entidade que não era possível corresponder às solicitações: a conjuntura política e económica não permitia os avanços desejados, apesar da boa vontade de ambas as partes⁶⁰⁶. Sugeria, no entanto, um primeiro passo, o envio regular de um vapor italiano a Lisboa a mando da *Maritima Italiana*.⁶⁰⁷

Antes do final do ano, a chancelaria lusa e o diplomata português em Roma debatiam o valor da lira e do escudo. Leão remetia avisos ao governo português sobre a perda de valor da lira face ao franco (100 francos equivaliam a 109/110 liras) e bem assim face escudo – Leão duvidava da adequação do câmbio, 18 centavos para 1 lira⁶⁰⁸. Face às dúvidas expressas

⁶⁰⁴ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 23 de Fevereiro de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº1081/14, L/R 46.

⁶⁰⁵ Vide carta da Casa António de Heredia de Lisboa para Eusébio Leão, 9 de Março de 1915, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁶⁰⁶ Vide carta do Cônsul Geral de Viena para Eusébio Leão, 20 de Abril de 1915, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁶⁰⁷ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 12 de Março de 1915, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº8, L/R 69.

⁶⁰⁸ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 7 de Abril de 1915, *Correspondência expedida para o MNE. Repartição de Contabilidade (4) (1883-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, C – Nº6, L/R 63.

pelo diplomata português, o executivo de Lisboa agia em conformidade fixando, primeiro, a taxa de 4,50 escudos por lira⁶⁰⁹ e, de seguida, a de 6 libras por escudo⁶¹⁰.

O ano de 1916 foi dominado pela exportação de enxofre. Os arquivos do MNE contêm informações mais aproximadas sobre o volume de transações entre os dois países neste período⁶¹¹. Tal acervo permite-nos saber que, entre Novembro de 1915 e Março de 1916, Portugal importou 20525,95 toneladas de enxofre provenientes sobretudo de quatro casas: *Unione Raffinerie Siciliane*; *Baller & C^a*; *Verderame* e *Mangano fu Matteo*⁶¹². Em Janeiro de 1916, Eusébio Leão expedia avisos a Lisboa sobre os limites de exportação de enxofre. Augusto Soares⁶¹³, então ministro dos negócios estrangeiros, solicitava ao diplomata

⁶⁰⁹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 27 de Abril de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo n.º [...]915, L/R 46.

⁶¹⁰ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 5 de Maio de 1915, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – N.º14, L/R 69.

⁶¹¹ A caixa L/R 198; *Exportação de mercadorias para Portugal (1915-1956)*. Apesar de ter início em 1915, este ano é somente usado inserido face à inclusão dos dois últimos meses daquele ano nas contas referentes à importação de enxofre.

⁶¹² Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 4 de Outubro de 1916, *Exportação de mercadorias para Portugal (1915-1956)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 198.

⁶¹³ Augusto Soares foi um advogado e político de grande prestígio, pertencendo a um lote de grandes republicanos sobre o qual carece uma maior, melhor e merecida biografia. Nascido a 5 de Outubro de 1873, torna-se bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1897. Exerce a sua profissão e entrará na política já no regime republicano como ajudante da Procuradoria-Geral da República. Em 1912 conseguiria mesmo chegar ao cargo máximo daquela instituição, tornando-se Procurador-Geral da República. É militante do Partido Republicano Português, mas após a fragmentação deste, seguirá Afonso Costa e entrará nos quadros do Partido Democrático, pertencendo mesmo ao Directório do partido. Neste seguimento, exercerá as seguintes pastas ministeriais: justiça (interinamente) no governo de Azevedo Coutinho entre 12 e 21 de Dezembro de 1914; e negócios estrangeiros no governo de Azevedo Coutinho entre 12 de Dezembro de 1914 e 24 de Janeiro de 1915, no governo de José de Castro entre 15 de Maio de 1915 e 29 de Novembro de 1915, no governo de Afonso Costa entre 29 de Novembro de 1915 e 15 de Março de 1916, no governo de António José de Almeida entre 16 de Março de 25 de Abril de 1917 e, novamente, no governo de Afonso Costa entre 25 de Abril de 1917 e 19 de Dezembro de 1917. Augusto Soares manterá então o seu posto ministerial no MNE ao longo de 4 governos consecutivos num total de 5, ocupando-o durante, aproximadamente, 3 anos, feito notável à época face à rotatividade ministerial existente na I República. Entre os seus vários trabalhos, destaque-se o pedido de empréstimo efectuado à Inglaterra de 2 milhões de libras, recusado, a tentativa precipitada da entrada de Portugal na guerra, e a entrada efectiva de Portugal na guerra. Para lá da pasta dos estrangeiros, Augusto Soares será também secretário-geral do Presidente da República em 1915, deputado pelo círculo de Santo Tirso entre 1915 e 1917 e um dos delegados da segunda delegação que representou Portugal na Conferência da Paz em 1919. Será também convidado a formar governo em 1921, nunca vindo a concretizar-se tal feito. Já em 1923 concorre a Presidente da República, mas perde para Manuel Teixeira Gomes. Fora da esfera política Augusto Soares foi Presidente do Banco Industrial Português (1920-1925), administrador da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Providência, administrador da Companhia de Moçambique e administrador da Companhia de Boror. Morre a 7 de Julho de 1954, tendo sido até então honrosamente condecorado com a grã-cruz da Torre-e-Espada, a grã-cruz de Isabel, *A Católica*, a Legião de Honra e a Great Cross of the British Empire. Vide David Pereira, “Soares, Augusto Luís Vieira (1873-1954)” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, pp. 879-880.

português os maiores esforços para aumentar a quota do referido produto, essencial ao vinho do Porto, à agricultura e à indústria⁶¹⁴. Leão contactou o governo italiano e, com recursos aos fundamentos de Augusto Soares reforçados pela intervenção do embaixador inglês em Itália, alcançava uma revisão dos limites máximos de exportação de enxofre para Portugal⁶¹⁵. A relevância desta concessão era enfatizada pelo diplomata, atento às opções italianas face aos demais países⁶¹⁶.

Em 30 de Março de 1916, o governo italiano revelava-se indisponível para proceder a novos aumentos no limite de exportação de enxofre, uma decisão comunicada a Lisboa pelo diplomata português⁶¹⁷. O MNE, por seu turno, felicitava Leão que havia ajudado “*na dissipação de problemas graves na agricultura*”⁶¹⁸. Não cabe nos objectivos deste trabalho a abordagem da agricultura portuguesa, contudo, importa-nos frisar que, desde a implantação da República e até 1930, a agricultura portuguesa registou constantes evoluções no crescimento do produto agrícola, crescendo a uma taxa média de variação anual de +1,7%⁶¹⁹. O enxofre, indirectamente, foi essencial para este resultado⁶²⁰.

As importações de enxofre aumentaram de 637 toneladas em 1882, para 133 819 toneladas em 1914⁶²¹. Em termos específicos, o enxofre era fundamental para a viticultura,

⁶¹⁴ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 25 de Janeiro de 1916, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº308/15, L/R 46.

⁶¹⁵ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 24 de Fevereiro de 1916, *Correspondência confidencial: reservados (1916-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº11, L/R 120.

⁶¹⁶ Vide Idem, *ibidem*.

⁶¹⁷ Vide carta de Eusébio Leão para Ministro dos Negócios Estrangeiros, 30 de Março de 1916, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 46.

⁶¹⁸ Telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 26 de Fevereiro de 1916, *Telegramas recebidos do MNE e outros (2) (1915-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 124.

⁶¹⁹ Vide Maria Carlos Radich & Fernando Oliveira Baptista, “Agricultura” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I, Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Coleção Parlamento, 2014, p. 56.

⁶²⁰ Vide Idem, *ibidem*, p. 48.

⁶²¹ Vide Idem, *ibidem*.

principalmente o vinho do Porto, no combate a duas doenças: o oídio e o míldio⁶²². A sua implementação ocorreu todo o país e não somente o Porto, apresentando resultados muito positivos, apesar da relutância dos produtores mais conservadores⁶²³. Daí a importância do enxofre na agricultura portuguesa e do agradecimento de Augusto Soares a Eusébio Leão, ou não fossem os vinhos portugueses líderes das exportações portuguesas, tendo três vezes mais valor que qualquer outro produto até à eclosão da guerra, seguindo-se da cortiça, das conservas e da fruta⁶²⁴.

Até Março de 1916, para além dos pedidos de enxofre⁶²⁵, Eusébio Leão fez os seguintes pedidos de exportação para os seguintes produtos: três de algodão⁶²⁶, um de linho⁶²⁷, um de arroz⁶²⁸ e um de ácido tartárico⁶²⁹.

No que toca à prestação no campo económico, o próprio Eusébio Leão afirma: *“Tenho, é verdade, feito todo o possível para fomentar o desenvolvimento das relações comerciais entre Portugal e Itália”*⁶³⁰. Por falta de informação, não se sabe ao detalhe o quanto Portugal importara ou exportara de Itália. Daquilo que foi recolhido e aqui exposto, percebe-se que o enxofre dominou, por completo, a lista das importações portuguesas, tendo

⁶²²Vide Idem, *ibidem*.

⁶²³Vide Idem, *ibidem*.

⁶²⁴ Vide A.H. de Oliveira, *Op. Cit.*, [s.a.], p. 33.

⁶²⁵ Contudo, para complemento informativo, para o enxofre, nos arquivos do MNE, durante os três primeiros meses de 1916, foram encontrados seis pedidos: Pedido de 22/1/1916 – 1.200.000 kg para a firma Narciso da Silva Coelho, do Porto; de 3/1/1916 – 10.000 sacos para a firma A. Ruy Garcia & C^a de Lisboa; de 4/2/1916 – 7500 sacos de 45 kg cada, mais 3000 kg para a firma Leite Sobrinhos & C^a de Lisboa; de 4/2/1916 – 1800 toneladas para a firma Jerveli & Knudsen de Lisboa; de 28/2/1916 – 2000 sacos de 45 kg cada para a firma F. H. de Oliveira & C^a (Irmão) de Lisboa; 10/3/1916 – 2000 sacos com um total de 90.000 kg para a firma Vieitas, Costas & Ventura de Lisboa.

⁶²⁶ Pedido de 11/7/1916 – várias remessas (sem qualquer medida/dado específico) para a firma António Nunes dos Santos de Lisboa; de 23/2/1916 – 10 peças de tecido de algodão para a firma Armazéns Hermínios do Porto; e de 28/2/1916 – 79 kg para a firma Francisco Soares da Silva de Lisboa.

⁶²⁷ Pedido de 11/2/1916 de 12.600 metros de canaprina/carcaça para chapéus/tela fasciada.

⁶²⁸ Pedido de 3/3/1916 de 2000 sacos de arroz, com um peso total de 203.000 kg, para a firma Duarte & Silva de Lisboa.

⁶²⁹ Pedido de 4/3/1916 de 1000 kg para a Sociedade de Produtos Químicos, Lda., de Lisboa.

⁶³⁰ Carta de Eusébio Leão para João V. Rocha, 3 de Agosto de 1915, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador]* (2) (1902-1917), Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

no ano de 1915 atingindo os seus valores mais altos, seguindo-se do cânhamo, outros lanifícios, como o linho, e o material relacionado com a indústria automóvel.

Nota-se também que os anos de 1912, 1913 e 1914 serviram como preâmbulo nas relações económicas entre Portugal e Itália, tentando Eusébio Leão (e o governo português) solidificá-las através da criação de uma linha de navegação entre os dois países, de visitas, de estudos e da afirmação do comércio português em Itália através da Agência Italo-Portuguesa. Em contrapartida, os anos de 1915 e 1916 tivemos um incremento exponencial no trabalho de Leão no que toca às trocas comerciais. Neste aspecto, é importante destacar o facto de no Arquivo Histórico-Diplomático do MNE a pasta “*Exportação de mercadorias para Portugal (1915-1956)*” que aborda toda esta temática, tendo no âmbito temporal desta dissertação contribuído, somente, para o ano de 1916 através de resultados concretos relativamente às importações portuguesas.

Capítulo V – A estratégia sócio-cultural de Eusébio Leão. A cultura portuguesa em Itália

Para Eusébio Leão, a cultura cumpria um papel da maior relevância na projecção diplomática de Portugal. Como já se viu, em Itália, Portugal não raras vezes era confundido com a Espanha, para choque e dissabor do diplomata português que, para reverter a tendência, concebeu um conjunto de ideias para promover o país. Era seu propósito uma larga divulgação cultural com recurso à pintura, música, literatura, história, teatro, entre outros. Contudo, esta ideia de “expressão cultural portuguesa” não era compartilhada pelos governos portugueses, existindo uma maior preocupação nos domínios económicos, políticos e militares. Fruto deste desinteresse facilmente se percebe o porquê da grande maioria das ideias do diplomata português não passarem exactamente disso: ideias.

Como na maioria dos assuntos tratados nos capítulos anteriores, o ano de 1912 apresentou-se como o início da actividade e, no que toca à cultura, o seu trabalho foi praticamente nulo. Destaque-se as incumbências adstrictas ao diplomata português de representar a República no IV Congresso de Educação Física, realizado entre os dias 24 e 27 de Outubro em Roma⁶³¹; as tentativas de angariação de compradores das jóias da falecida ex-rainha D. Maria Pia, vendidas em leilão a 24 de Julho em Lisboa⁶³²; a tentativa de vulgarização da literatura portuguesa em Itália, a pedido da Comissão de Escritores mas também a solicitação da mesma entidade de recolha de informações sobre tradutores,

⁶³¹ Vide carta sem remetente para Eusébio Leão, [s.d.], *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁶³² Vide carta do Governador do Banco de Portugal para Eusébio Leão, 13 de Julho de 1912, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

literatura e teatro estrangeiros, teatros dedicados à representação de obras estrangeiras, as bibliotecas mais importantes em Itália e tradutores italianos da língua portuguesa⁶³³.

Em 1913, os propósitos de Leão sobre a projecção cultural portuguesa em Itália ganhavam um novo folêgo. Em correspondência com Lisboa insistia no esforço de promoção do país e respectiva cultura nos jornais e revistas italianas. Contudo, este empenho revelava-se infrutífero, caso o governo português não se fizesse representar nos variados congressos internacionais. Em Roma, tal ausência enquistava a ideia humilhante de Portugal como região espanhola⁶³⁴. Por outro lado, a língua portuguesa não era ensinada nas escolas italianas⁶³⁵. Demonstrando o seu empenhamento, revelava-se envolvido na publicação de textos literários portugueses, da lavra de Teixeira de Queiroz em importantes revistas italianas. Além disso, mobilizava-se na organização de um concerto de música portuguesa e de uma exposição de pintura portuguesa⁶³⁶. Igualmente relevante, a criação do pensionato artístico em Roma, com o objectivo estreitar as relações intelectuais luso-italianas⁶³⁷.

Ainda em 1913, o diplomata recebia a representação portuguesa – capitão-de-mar-e-guerra, Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcelos, e o 1º Tenente Médico Naval, Francisco Xavier da Silva Telles – ao Congresso Internacional de Geografia, organizado em Roma nos dias 27 de Março e 3 de Abril⁶³⁸; Eusébio Leão recebia a incumbência de representar a

⁶³³ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, Maio de 1912 [sem dia], *Correspondência recebida do MNE: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 45.

⁶³⁴ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 10 de Julho de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 4, L/R 119.

⁶³⁵ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 28 de Março de 1913, *Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, B – Nº14, L/R 69.

⁶³⁶ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 10 de Julho de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº 4, L/R 119.

⁶³⁷ Vide *O Século*, 13 de Março de 1913, nº11225, p. 5.

⁶³⁸ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 14 de Março de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 46.

República no XIV Congresso Internacional contra o Alcoolismo⁶³⁹; e, de igual forma, representaria o Estado Português na Conferência de Verdi⁶⁴⁰.

Eusébio Leão recorreu aos periódicos italianos para publicitar a abertura de concurso para professores estrangeiros a contratar pela Escola de Utilidades e Belas Artes do Funchal, recolhendo uma proposta, a de uma professora chamada Emília Ernesta Veiga Pires de Locatelli que, segundo o diplomata, reunia as qualidades necessárias para a função⁶⁴¹. As autoridades civis endereçavam a Portugal, por intermédio de Leão, um convite para a participação na Exposição Internacional da Marinha e Higiene Marítima, realizado em Génova, no mês de Março de 1914⁶⁴².

Por fim, para terminar o ano de 1913, saliente-se a comunicação de Eusébio Leão ao MNE português sobre Emídio Garcia e o Instituto Português em Roma⁶⁴³. Quanto ao primeiro, num momento em que parecia disposto ao abandono do cargo de administrador do

⁶³⁹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 21 de Agosto de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas* (4) (1913-1922), Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº902, nº28, L/R 46.

⁶⁴⁰ Vide telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 20 de Novembro de 1913, *Telegramas recebidos do MNE* (1) (1878-1914), Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 123.

⁶⁴¹ Vide carta de Eusébio Leão para o Presidente da Comissão Distrital do Funchal, 17 de Setembro de 1913, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador]* (2) (1902-1917), Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

⁶⁴² Vide carta do Presidente da 2ª Sessão da Marina para Eusébio Leão, [s.d.], *Correspondência recebida de diversas entidades* (2) (1911-1916), Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁶⁴³ Segundo os estatutos aprovados em Janeiro de 1913, o Instituto Português em Roma (anteriormente designado de Instituto Português de Santo António em Roma) tinha por objectivo “[...] alojar e pensionar, na medida dos seus rendimentos disponíveis, artistas portugueses dos diversos ramos de belas artes e, excepcionalmente, indivíduos que pretendam dedicar-se a estudos de arqueologia e história de arte, nomeados pelo Governo da República, sobre proposta dos Conselhos de Arte e Arqueologia e do Conservatório de Lisboa, para na Itália completarem a sua educação.”. Tinha também a seu encargo pensões, subsídios extraordinários, médico, farmácia, funeral, etc., destinado a pessoas de nacionalidade portuguesa, reconhecidamente necessitadas e residentes em Itália (para tal, tinha o Instituto um orçamento de 5000 libras). Era um instituto dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefiado por um administrador-director (Emídio Garcia, à época da estadia de Eusébio Leão), mas com superintendência do Chefe da missão diplomática da República acreditado junto do Quirinal, neste caso, Eusébio Leão. Este, tinha como funções informar o MNE das suas nomeações para administrador do Instituto e o seu Gerente Doméstico, assim como das razões que o levaram a tomar tal decisão; ouvir o administrador, pelo menos, uma vez por semana, ajudando-o com o seu conselho sempre que necessário; receber do administrador relatórios e contas remetendo-os de seguida para o MNE; conceder licenças; e velar pelo cumprimento dos estatutos aprovados, tal como sugerir alterações que achasse necessárias para o Instituto. Vide *Estatutos do Instituto Português em Roma aprovados por Decreto de 4 de Janeiro de 1913*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. 5-8.

Instituto, o diplomata português tecia elogios ao trabalho desenvolvido. Na sua asserção desempenhava uma actividade essencial pelos conhecimentos e relações pessoais. Enfatizava, por outro lado, a natureza da propaganda concebida por Garcia⁶⁴⁴ e concluía: “[...] *da maior conveniência e até urgência para o interesse do Instituto e do país a permanência aqui do Sr. Manuel Emídio Furtado Garcia [...]*”⁶⁴⁵. A sua permanência era, de igual forma, vantajosa para Eusébio Leão, assim acompanhado por um correligionário republicano, dos poucos residentes em Itália⁶⁴⁶. Os demais, incluindo os colegas de trabalho da Legação, eram monárquicos e retratados por Eusébio Leão como “hipócritas” e “talassas”⁶⁴⁷.

Quanto ao Instituto Português em Roma, Eusébio Leão informava Lisboa sobre os procedimentos relativos à expropriação do edifício. Em simultâneo, o autor sugeria a a junção da Legação e do novo edifício do Instituto⁶⁴⁸. A Legação tornava-se inquilina do Instituto, e uma vez que a sede deste é propriedade extraterritorial portuguesa, a renda paga seria, indirectamente, uma receita do Estado⁶⁴⁹. Nas palavras de Eusébio Leão, a efectivação desta ideia seria vantajosa já que se teria “[...] *a sede da Legação e Consulado em propriedade portuguesa, possibilidade de maior vigilância do Instituto e pensionistas [...]*”⁶⁵⁰. Esta ideia nunca se viria a concretizar.

⁶⁴⁴ À sua nomeação no verão de 1911, por parte de Bernardo Machado, ministro dos negócios estrangeiros do governo provisório, este terá incumbido Emídio Garcia, pessoalmente, dos serviços de propaganda e publicidade em Itália. Não se deve esquecer que o administrador do Instituto Português em Roma era considerado, por lei, como adido à Legação portuguesa junto da Santa Sé, o que acabaria por ajudar Emídio Garcia na luta contra os periódicos clericais de Roma. Vide Emídio Garcia, *Op. Cit.*, 1937, pp. 9-10.

⁶⁴⁵ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Julho de 1913 [sem dia], *Correspondência expedida para o MNE. (Letra A) (1905-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – N°9, L/R 68.

⁶⁴⁶ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 4 de Julho de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

⁶⁴⁷ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁸ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 10 de Julho de 1913, *Correspondência confidencial: reservados (1909-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, n° 4, L/R 119.

⁶⁴⁹ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁰ Idem, *ibidem*.

No início de 1914, o diplomata português voltava a mobilizar-se no sentido de “publicitar” a República; nessa medida, observava ao governo de Lisboa a necessidade de se fazer representar em todos os congressos programados para o efeito ano. No corrente ano, dois avultavam de particular interesse: o Congresso Internacional de Filantropia, organizado pelo Instituto Internacional de Agricultura – com lástima, Eusébio Leão assinalava a ausência de Portugal – o único país integrante da organização que não se fez representar⁶⁵¹. O segundo consistia no Congresso Internacional de Meteorologia, o qual também acabaria por não ter representação portuguesa⁶⁵².

A abertura dos arquivos da Santa Sé, por iniciativa de Leão XIII, inspirava o pedido do diplomata a Bernardino Machado, então presidente do ministério, no sentido da participação de Portugal no movimento de renovação histórica em curso em toda a Europa através do envio de investigadores a Roma⁶⁵³. Por outro lado, lembrava que, segundo os estatutos do Instituto Português, os investigadores podiam ficar hospedados na instituição caso viessem em missão oficial⁶⁵⁴. Reforçava a sua tese através da evocação de países – França, Áustria e Alemanha – onde se instituíram escolas ou institutos exclusivamente para o estudo daqueles arquivos⁶⁵⁵. Os argumentos de Eusébio Leão surtiam efeitos positivos sobre o governo português, que decidiu enviar José Maria Rodrigues⁶⁵⁶ numa missão de

⁶⁵¹ Vide carta de Eusébio Leão para Bernardino Machado, 5 de Abril de 1914, *Museu Bernardino Machado*.

⁶⁵² Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 24 de Julho de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº 167/A, L/R 46.

⁶⁵³ Vide carta de Eusébio Leão para Bernardino Machado, 14 de Abril de 1914, *Correspondência expedida para o MNE (Direção-Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos) (11) (1914-1919)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – Nº9, L/R 70.

⁶⁵⁴ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁵ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁶ José Maria Rodrigues foi um erudito e professor catedrático. Nascido a 27 de Junho de 1857, doutorou-se em Teologia em 1888 com a dissertação *Pensamento e Movimento*, pela Universidade de Coimbra, vindo a especializar-se, mais tarde, em estudos camonianos. Após a finalização dos seus estudos, torna-se professor na mesma casa, vindo a terminar a sua estadia em Coimbra após convite de João Franco para dirigir o Liceu do Carmo em Lisboa, cargo que manteve durante 7 anos. Face ao seu prestígio e conhecimento, será também nomeado preceptor do príncipe D. Luís Filipe e do infante, futuro Rei, D. Manuel. De seguida rege a cadeira de Filologia Latina no Curso Superior de Letras (mais tarde, Faculdade de Letras

estudo aos arquivos⁶⁵⁷. Embora a deslocação fosse agendada para o ano lectivo de 1915-1916, esta decisão representava uma “vitória” para Eusébio Leão que conseguiu mover o governo português no sentido de melhorarem a sua diplomacia no aspecto cultural. Para além da ida do José Maria Rodrigues, existiram outros beneficiados com idas a Roma no sentido de aprofundarem os seus estudos e trabalhos: Cacilda de Sá Pereira, que fora nomeada para um pensionato de canto numa escola de canto em Roma⁶⁵⁸, e Virgílio Correia Pinto da Fonseca, conservador do Museu Etnológico Português, a quem foi concedido uma licença de dois meses para uma missão de estudo de arqueologia e etnografia⁶⁵⁹, tendo sido este o primeiro português a desfrutar do pensionato artístico criado por Eusébio Leão.⁶⁶⁰

Por fim, Leão alcançava o seu desiderato com a publicação de textos de Teixeira de Queiroz na *Rassegna Contemporanea*. Não se dando por satisfeito, defendia a existência de um longo caminho a percorrer, através da difusão de mais textos/autores portugueses no maior número possível de publicações italianas com base na semelhança linguística existente entre os dois países⁶⁶¹. Reiterava o objectivo de organizar um concerto de música

da Universidade de Lisboa), exercendo-a até se jubilar, em 1928. Será também sócio da Academia das Ciências, vindo aqui a defender a reivindicação do descobrimento da Austrália. Os seus estudos sobre Camões acabariam por ser fulcrais para a sua fama, tendo escrito sobre o assunto inúmeríssimas obras. Morre a 20 de Janeiro de 1942. Vide [sem autor], “Rodrigues (José Maria)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXV, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., [s. a.], pp. 932-934.

⁶⁵⁷ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 17 de Agosto de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº455, nº33, L/R 46. A nível de interesse, o artigo de Emídio Garcia nas suas “Cartas de Itália” do dia 23 de Abril aborda, exactamente, este assunto, comparando a forma como Portugal tratava da sua história, ao invés de países como Alemanha e França. Vide *O Século*, 23 de Abril de 1914, nº11626, p. 1.

⁶⁵⁸ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 21 de Outubro de 1914, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº69, L/R 46. A 11 de Agosto de 1915, Eusébio Leão é informado que o pensionato desta aluna seria prorrogado. Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 11 de Agosto de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº69, L/R 46.

⁶⁵⁹ Vide carta de Eusébio Leão para Emídio Garcia, 13 de Junho de 1914, *Correspondência expedida para diversas entidades [copiador] (2) (1902-1917)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 107.

⁶⁶⁰ Vide *O Século*, 10 de Agosto de 1914, nº11735, p. 3.

⁶⁶¹ Vide carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 7 de Janeiro de 1914, *Correspondência expedida para o MNE (Letra A) (9) (1905-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – Nº2, L/R 68.

portuguesa⁶⁶² e concluía: “*O que deixo apontado pode parecer de pequeno valor para muitos. Eu penso de modo contrário, porque um povo precisa mostrar que tem todos os caracteres de civilizado, e a literatura e a arte são certamente dois poderosos elementos de característica nacional*”⁶⁶³.

O ano de 1915 era ainda marcado pelo concurso de exploração do Teatro de São Carlos: Leão era instruído para divulgar o concurso, com recurso aos seus contactos pessoais⁶⁶⁴. De seguida, o MNE abordava o diplomata português a propósito de uma negociação entre Emídio Garcia e uma empresa italiana, interessada na exploração do Teatro de São Carlos. A actividade de Leão neste domínio viria a ser coarctada pela posterior resolução do executivo português em ceder a exploração do referido teatro a uma companhia nacional⁶⁶⁵.

Desconhecedor das negociações encetadas em Itália pelos diplomatas, e terminando o concurso em 25 de Janeiro de 1916⁶⁶⁶ (portanto, só no ano seguinte àquela publicação), o MNE português pedia explicações. As respostas seriam endereçadas por Emídio Garcia o qual explicava o interesse expresso por Sorti, director da agência teatral Storti & Bertini, uma das mais importantes agências em Itália, na aquisição dos direitos do Teatro de São Carlos.

⁶⁶² Vide Idem, *ibidem*. Estes concertos foram noticiados em 1913 e 1915 na imprensa portuguesa como estando agendados para a “próxima temporada”, contudo, acabariam por nunca acontecer. Vide *O Século*, 22 de Junho de 1913, nº11326, p. 2; *O Século*, 7 de Maio de 1915, nº12000, p. 3.

⁶⁶³ Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 7 de Janeiro de 1914, *Correspondência expedida para o MNE (Letra A) (9) (1905-1914)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, A – Nº2, L/R 68.

⁶⁶⁴ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 17 de Dezembro de 1915, *Assuntos Culturais diversos, Teatro de São Carlos, reparação monumentos nacionais, atribuição de nomes de ruas (1915-1935)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 219.

⁶⁶⁵ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 17 de Julho de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 46.

⁶⁶⁶ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 14 de Janeiro de 1916, *Assuntos Culturais diversos, Teatro de São Carlos, reparação monumentos nacionais, atribuição de nomes de ruas (1915-1935)*, Legação De Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 219.

Garcia notificou o candidato sobre o funcionamento do teatro e o programa do concurso, publicado em Diário de Governo a 27 de Novembro de 1915⁶⁶⁷.

A réplica de Sorti era paradigmática; acusando a inexistência de traduções em língua italiana ou, no mínimo, em francês, do contrato do teatro⁶⁶⁸. Uma vez conhecedor do mesmo, Storti considerava o programa tardio, não havendo sequer tempo para contratar cantores - precisaria de três meses para a preparação⁶⁶⁹. Tratando-se de um negócio com dimensão financeira avultada, o empresário italiano criticava a informação disponibilizada, muito escassa⁶⁷⁰. Por fim, considerava fundamental ser conhecedor das intenções do Estado/municípios sobre a cedência gratuita dos teatros e de ajuda das despesas em caso de grandes espetáculos⁶⁷¹.

A 14 de Janeiro de 1916, o governo português respondia com a possibilidade da 1ª temporada começar entre 15 de Novembro e 31 de Janeiro de 1917, o que permitia mais tempo de preparação ao conceituado director italiano⁶⁷². Além disso, o governo esclarecia que a Associação de Classe dos Músicos Portugueses oferecia 34 bons professores para a orquestra; não existiam além de dez figuras para o corpo de baile, nem coristas diplomados ou qualquer subsídio do Estado. O executivo concedia instrumentos musicais e o guarda-roupa do Teatro era razoável, coadjuvado por uma grande variedade de cenários, oriundos

⁶⁶⁷ Assuntos culturais 30/11 Carta de Eusébio Leão para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 30 de Novembro de 1915, *Assuntos Culturais diversos, Teatro de São Carlos, reparação monumentos nacionais, atribuição de nomes de ruas (1915-1935)*, Legação De Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 219.

⁶⁶⁸ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁶⁹ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁰ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁷¹ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁷² Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 14 de Janeiro de 1916, *Assuntos Culturais diversos, Teatro de São Carlos, reparação monumentos nacionais, atribuição de nomes de ruas (1915-1935)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 219.

das peças mais famosas do mundo. Quanto a adereços, não escasseavam, sendo necessário um aderecista⁶⁷³.

Por fim, o governo português estabelecia como requisito obrigatório na submissão ao concurso a apresentação de um depósito pela entidade candidata, a efectuar até dia 25 de Janeiro de 1916 (11 dias após a recepção desta carta). Esta seria, porventura, a razão determinante da renúncia da agência teatral à gerência do Teatro de São Carlos⁶⁷⁴. Terminaria assim a questão da concessão do Teatro Nacional de São Carlos, que se prolongou até 1916.

Quanto a 1915, e terminando ao que a este ano diz respeito, refira-se a inscrição de dois aspirantes da marinha na Real Escola Naval Superior de Génova;⁶⁷⁵ e o voto de aclamação ao povo português, unanimemente decidido pelos sócios fundadores do comício da “Latina Gens”⁶⁷⁶.

De 1916, à excepção da finalização do processo de exploração do Teatro de São Carlos com o agente teatral italiano, Storti, salientamos o pedido endereçado pelo MNE português a Eusébio Leão de solicitação da reprodução fotográfica da missiva enviada por D.Afonso IV ao Papa Clemente VI, em 1345. O referido pedido, a dirigir ao Arquivo do Vaticano resultava do objectivo de investigação preconizada por Faustino da Fonseca, então director da Biblioteca Nacional de Portugal. Autor de várias obras⁶⁷⁷ sobre os descobrimentos portugueses, publicadas no final do séc. XIX e inícios da centúria seguinte, Faustino da

⁶⁷³ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁴ Vide *O Século*, 24 de Janeiro de 1916, nº12258, p. 2.

⁶⁷⁵ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 6 de Novembro de 1915, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº14, L/R 46.

⁶⁷⁶ Vide carta dos Sócios Fundadores do Comício “Latina Gens” para Eusébio Leão, 9 de Setembro de 1915, *Correspondência recebida de diversas entidades (2) (1911-1916)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, L/R 55.

⁶⁷⁷ Relativamente às suas obras sobre os descobrimentos portugueses, destaque-se as seguintes: *Descoberta do Brasil*; *A Viagem Maravilhosa*; *Escândalo dos Dramas do Concurso do Centenário da Índia*; *Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia*; *Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*; *Os bravos do Mindelo*, e a *Descoberta da Índia*.

Fonseca retomava o labor historiográfico⁶⁷⁸ com o intuito de desmentir certas informações estrangeiras que tentavam denegrir os feitos ultramarinos portugueses⁶⁷⁹.

⁶⁷⁸ Ao que tudo indica, a controvérsia aqui abordada referia-se à descoberta das Canárias por parte de Portugal em 1336, e que D. Afonso IV acabaria por notificar ao Papa Clemente VI na carta requerida por Faustino da Fonseca. Este autor afirma ainda que a conquista daquela ilha não se efectuou devido à guerra contra a Espanha que absorveu aos portugueses toda a sua atenção e esforços. Vide Faustino da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Editora Guimarães, Líbano, [s.a.], p. 7. Contudo, quanto à reprodução fotográfica requerida por Faustino da Fonseca da carta do dito rei a Clemente VI, é praticamente certo que este requerimento se tivesse efectuado para a construção da obra “*História dos Descobrimentos Portugueses*”, cuja organização e elaboração lhe fora decretada pelo governo português a 17 de Julho de 1915 com o auxílio da Imprensa Nacional enquanto editora, o que acabaria por explicar a natureza deste pedido que contou com o MNE como intermediário. Face à morte prematura do autor, a 1 de Abril de 1918, a obra acabaria por não ser publicada.

⁶⁷⁹ Vide carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Eusébio Leão, 28 de Fevereiro de 1916, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, Processo nº232, L/R 46.

Capítulo VI – Conclusão: o papel de Eusébio Leão no desenrolar das relações luso-italianas até à entrada de Portugal na Grande Guerra

A nomeação de Eusébio Leão para a Legação de Portugal em Roma acompanhou linha diplomática desenvolvida pela jovem República, assente no desejo de reafirmar a posição portuguesa na Europa e nas colónias bem como o reconhecimento do novo regime político. Tais propósitos explicaram as nomeações de figuras republicanas de elevada relevância no Partido Republicano Português, caracterizadas pela capacidade intelectual. Nessa medida, a designação de Eusébio Leão não diferia das motivações subjacentes às opções de José Relvas, Manuel Teixeira Gomes, João Chagas e Sidónio Pais, por exemplo, para as legações portuguesas em Madrid, Londres, Paris e Berlim, respectivamente.

O trabalho desenvolvido pelo nosso biografado, não isento de sobressaltos como o ocorrido no Verão de 1914 que o conduziram ao pedido de demissão a 27 de Julho de 1914 (Vide Capítulo IV, p. 129), caracterizou-se pelas dificuldades inerentes à circunstância de representar a República Portuguesa junto de uma monarquia ligada por via familiar à família real portuguesa, desapossada a 5 de Outubro de 1910.

Politicamente, o objectivo primordial do diplomata português consistia na promoção das relações luso-italianas, um desiderato que obrigava à aceitação cabal do representante português destacado para Itália quer pelo chefe de estado, Victor Emanuel III, quer pelo executivo, em especial pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros desse reino. Economicamente, os propósitos de Leão repartiam-se pela criação de uma linha de navegação entre Portugal e Itália, que nunca chegou a ser concretizada, e pelo reforço das ligações comerciais entre os dois países, ímpeto subjacente à fundação da agência comercial luso-

italiana, pela mão do próprio Eusébio Leão. No âmbito clerical, a sua actividade intensificava-se a partir de 1916. Contudo, até 1914, Leão debateu-se com a parte da imprensa periódica italiana, de influência claramente católica. A partir desse ano, na esteira das orientações de Bernardino Machado, presidente do conselho de ministros, empenhava-se no restabelecimento das relações entre o Vaticano e a República portuguesa. Finalmente, em termos culturais, no sentido de dissipar a ignorância que grassava na opinião pública italiana, Eusébio Leão mobilizou-se na divulgação da literatura, da música, do teatro e da pintura portuguesas em Itália, obtendo resultados escassos face aos seus propósitos.

Em suma, o trabalho desenvolvido por Leão em Roma entre 1912 e 1916 correspondeu globalmente aos interesses da República portuguesa e cumpriu, de forma parcial as aspirações traçadas pelo diplomata aquando da sua nomeação. O próprio assim o confirmava numa entrevista cedida ao jornal *O Século*, durante uma estada breve em Portugal devida à lei nº3, de 3 de Julho de 1913, cujo artigo 8º⁶⁸⁰ ditava a incompatibilidade de funções cumulativas, aplicáveis a funcionários civis e militares uma vez eleitos para Congresso da República⁶⁸¹.

Na esteira de outros correligionários em situação semelhante, José Relvas por exemplo, Eusébio Leão acabaria por se demitir do seu cargo, preferindo retomar o seu assento no Senado em Portugal. Partia de Roma, a 3 de Janeiro de 1914⁶⁸², chegando a Lisboa no dia 9 do mesmo mês⁶⁸³, não sem antes receber instrução do MNE para proceder à entrega dos discursos do Presidente do Ministério e do Ministro das Finanças às entidades políticas,

⁶⁸⁰ Vide *Diário do Governo*, 3 de Julho de 1913, I Série, nº 153.

⁶⁸¹ Vide carta da Direcção Geral da Contabilidade Pública para Eusébio Leão, 20 de Dezembro de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, nº745, L/R 46.

⁶⁸² Vide *O Século*, 4 de Janeiro de 1914, nº11518, p. 2.

⁶⁸³ Vide *A Lucta*, 10 de Janeiro de 1914, nº 2899, p. 1.

comerciais e industriais competentes italianas. Este procedimento deveria obedecer a um padrão de absoluta normalidade, subtraindo aos parceiros italianos qual perspectiva de mudança na Legação portuguesa⁶⁸⁴.

De facto, susceptível à mudança do executivo português (fim do governo ministério de Afonso Costa, substituído por um ministério de várias facções parlamentares liderado por Bernardino Machado), a posição de Eusébio Leão nunca pareceu estar em risco⁶⁸⁵.

Na entrevista a *O Século*, Leão fazia um balanço da sua actividade diplomática em Itália: *“A nossa situação diplomática na Itália é perfeitamente normal e regular, havendo para o representante da República as mesmas considerações que há para os de todos os países amigos. O acolhimento que me dispensaram foi sempre o mais afectuoso possível. Fazia-se uma campanha grande nos jornais conservadores contra a República, como reflexo de todas essas notícias, inventadas e caluniosas umas, outras transformadas e deturpadas ao sabor das tendências dos inimigos do novo regime. A legação, porém, tem dado sempre as informações mais verdadeiras, claras e precisas, de modo a mostrar a situação real do país e da República, que não pede favores, mas apenas deseja justiça.”*⁶⁸⁶.

⁶⁸⁴ Vide carta da Direcção Geral da Contabilidade Pública para Eusébio Leão, 20 de Dezembro de 1913, *Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922)*, Legação de Portugal em Roma, AHD-MNE, n.º745, L/R 46.

⁶⁸⁵ Como por exemplo, numa entrevista que Leão cede ao jornal *O Século* na esteira da formação de um novo governo, após a queda do ministério de Afonso Costa, onde o republicano gavionense é tratado como “[...]nosso ministro em Roma, [...]”. Por curiosidade, destaque-se o que Leão diz na resposta à pergunta que lhe fazem relativamente à missão do novo ministério que se adivinha. Nesta, o diplomata português afirma que é necessária uma “[...] política de acalmação, que traga ao país a confiança e tranquilidade indispensáveis para ele poder caminhar e desenvolver-se. Estabeleçamos a paz na vida portuguesa, de uma vez para sempre, dando-lhe ordem, porque só assim poderemos avançar e fazer progredir o país, colocando-o a par das outras nações.” Em termos concretos, afirma: “Esse ministério será também de administração, [...], e deverá promulgar várias medidas de fomento, [...], devendo, [...] continuar-se a política financeira, e, simultaneamente, olhar com carinho para o problema das subsistências, de forma a baratear a vida do pobre tanto quanto possível.” Por fim, termina defendendo a democratização do processo eleitoral e a sua introdução nas próximas eleições: “Por último, dir-lhe-ei que esse ministério deve oferecer aos partidos a garantia de que as eleições futuras se farão com toda a liberdade, sendo o resultado a representação exacta do sufrágio.” Vide *O Século*, 28 de Janeiro de 1914, n.º11542, p. 1.

⁶⁸⁶ *O Século*, 22 de Janeiro de 1914, n.º11536, p. 1.

Destacava a imagem positiva suscitada pela República portuguesa na sequência da redução do deficit: “*Hoje já se faz absoluta justiça à obra financeira da República, e quando foi apresentado o orçamento com a extinção do deficit, o facto foi assinalado em todos os jornais e acolhido com as maiores provas de confiança no futuro do nosso país*”⁶⁸⁷.

Já no domínio económico, o diplomata deixava transparecer algum desalento: “*Por enquanto – diz o nosso ilustre entrevistado – estão longe de corresponder aos desejos e conveniências dos dois países, porque lutamos com um grande obstáculo – a deficiência de comunicações.*”⁶⁸⁸, mas lembrava que “*Logo que o problema esteja de todo resolvido, o desenvolvimento comercial entre os dois países será considerável [...]*”⁶⁸⁹. Para resolver o problema, Eusébio Leão contactava o Comendador Crespi, presidente da Companhia Geral de Navegação Italiana, que enviou correspondentes italianos a Portugal para estudar a construção de uma rota. Como apreciámos no Capítulo IV, os esforços supramencionados não frutificaram âmbito temporal deste trabalho.

Finalmente, quanto aos aspectos culturais, Eusébio Leão, intencionalmente, salientava as sucessivas tentativas de fomentar a cultura portuguesa em Itália, sem efeito, uma vez que encontrava no governo português um entrave: “*Consegui a inscrição de trechos de prosa portuguesa em revistas literárias e científicas; procurei realizar um concerto com música nossa, que se não fez por dificuldades de cá, e não de lá, e empreguei esforços para que os nossos pintores concorressem à próxima exposição internacional de pintura em Roma. Não foi possível concorrerem agora por falta de verba no ministério da instrução e*

⁶⁸⁷ *Ibidem*, p. 1.

⁶⁸⁸ *Ibidem*, p. 1.

⁶⁸⁹ *Ibidem*, p. 1.

*belas artes [...]”*⁶⁹⁰. No entanto, persistindo neste propósito, Leão ousava enunciar um conselho à República, o investimento na arte portuguesa, em museus e no turismo, apelando às receitas geradas pelo sector artístico em Itália⁶⁹¹.

A entrevista ao *O Século* era esclarecedora da ligação estreita desenvolvida por Leão em relação à Itália: “*Esta alusão à arte italiana provoca no nosso entrevistado frases de alta admiração por esse belo país, onde em tudo se revela uma ância enorme de perfeição e beleza. É com entusiasmo, e quase com saudade, que ele nos fala de tudo quanto ali observou*”⁶⁹². De observador atento, Leão tornar-se-ia um participante activo em terras dos cézares, na qual viria a desenvolver vínculos familiares⁶⁹³ e desenvolveria actividade até 1926, data do seu regresso definitivo a Portugal.

Em vésperas do início da Grande Guerra, Leão volvia ao seu posto diplomático – partiu de Lisboa a 20 de Fevereiro de 1914⁶⁹⁴. A eclosão do conflito reflectia-se numa mudança substancial das funções do diplomata, ditadas pelas questões militares e pelas trocas comerciais em contexto de beligerância. Leão acreditava firmemente numa nova projecção de Itália no Mediterrâneo, na sequência da aliança com a Inglaterra e da intervenção militar na Grande Guerra. Mais, o diplomata português considerava a Itália como a potência predominante no Adriático no rescaldo da Grande Guerra, percepção em que fundava as recomendações de maior proximidade entre Portugal e Itália.

⁶⁹⁰ *Ibidem*, p. 1.

⁶⁹¹ *Ibidem*, p. 1.

⁶⁹² *Ibidem*, p. 1; Vide Testamento de Francisco Eusébio Lourenço Leão, *Torre do Tombo*.

⁶⁹³ Eusébio Leão viria a casar com Bianca Sparapani, com quem viria a ter uma filha, Ana. Com esta sua família italiana fixaria residência na Via Aniene, nº8, 2º andar. Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁹⁴ Vide *O Século*, 20 de Fevereiro de 1914, nº11564, p. 4.

No decurso do conflito, Eusébio Leão teria oportunidade de rever as suas posições; segundo explicaria a Lisboa, os aliados da Itália não permitiriam a concretização das aspirações territoriais daquele reino, a braços com uma destabilização económica que ameaçava as estruturas institucionais do estado italiano. A Leão não seriam imperceptíveis nem o declínio do regime monárquico, nem o recrudescimento do movimento socialista ou, por último o fortalecimento das tendências nacionalistas.

As visões de Leão sobre a beligerância portuguesa, por seu turno, revestiam-se de uma indisfarçável cautela; conforme escrevia, mostrava-se favorável a uma avaliação apurada das repercussões do conflito para a realidade portuguesa, política, económica e social. Mais, defendia uma ponderação sobre qual a posição, beligerância ou neutralidade, mais propícia à prossecução dos interesses nacionais. Em 1914, Leão parecia inclinar-se pela via da não intervenção, a qual garantia a Portugal uma oportunidade de destaque no pós-guerra entre as demais potências europeias, devastadas em função do conflito armado. Contudo, a sua posição acabaria por mudar, preferindo que Portugal participasse no conflito armado junto dos seus aliados, em prol da liberdade e do fim da opressão alemã e austriaca.

Por fim, para terminar o presente trabalho, sublinhe-se o entendimento de Eusébio Leão sobre o rumo político da República Portuguesa. Crítico da evolução política posterior a Outubro de 1910, Leão revelava-se céptico sobre as possibilidades de estabilização institucional em Portugal. No período entre 1912 e 1916, observava Brito Camacho como a reserva de integridade e a sanidade moral/intelectual⁶⁹⁵, ao contrário de António José de

⁶⁹⁵ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 13 de Maio de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

Almeida, definido como “pataratas”⁶⁹⁶, e de Augusto de Vasconcelos, o qual acusava de “[...] só responder a expedientes de secretaria, não informa os embaixadores do que se passa politicamente em Portugal”, como de andar “[...] à mercê dos acontecimentos, quando há necessidade de uma mão firme que coordene, sistematize e dirija tudo”⁶⁹⁷.

Segundo Leão: “*Francamente, tenho apreensão. O futuro dirá se me engano. Mas desagrada-me muito aquela luta de ódios, de invejas e de aneio de mandar: E aquele miserável Bernardino! Aquilo não tem classificação. Enfim, cumpramos o nosso dever e pensemos sobretudo nos superiores interesses do país*”⁶⁹⁸. José Relvas revelava-se o interlocutor do diplomata português em Itália a quem confiava, sem reservas, as suas perspectivas sobre a política republicana. Em 1915, expressava-se sem subterfúgios: “*Que triste figura, estamos fazendo aos olhos do mundo inteiro que aliás nos observa com tanta curiosidade! E não vejo meio de isso melhorar*”⁶⁹⁹. Obreiro da revolução de Outubro de 1910, mostrava-se lapidar na caracterização do fracasso do regime republicano e, por extensão, na prossecução dos augúrios de esperança e regeneração portuguesas: “*A República, como expressão d’uma moral política superior, falhou incontestavelmente. E, francamente, não tenho grandes esperanças no futuro. Em todas as hipóteses vejo negro*”⁷⁰⁰.

⁶⁹⁶ Carta de Eusébio Leão para Augusto de Vasconcelos, 30 de Maio de 1912, *Espólio de Augusto de Vasconcelos*, AHD-MNE, Doc. 81, caixa 60.

⁶⁹⁷ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 13 de Maio de 1912, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 374.

⁶⁹⁸ Vide Idem, *ibidem*.

⁶⁹⁹ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 4 de Janeiro de 1915, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 375.

⁷⁰⁰ Vide carta de Eusébio Leão para José Relvas, 19 de Abril de 1915, *Correspondência Diplomática*, A.H.C.P.A., caixa 375.

Bibliografia

Arquivos:

Arquivo do Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão;

Arquivo Fundação Mário Soares – Casa Comum, Lisboa:

Fundo Bernardino Machado

Arquivo Histórico Casa dos Patudos, Alpiarça:

Correspondência Diplomática, caixa 374;

Correspondência Diplomática, caixa 375;

Correspondência Pessoal Recebida, caixa 023.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa:

Assuntos Culturais diversos, Teatro de São Carlos, reparação de monumentos nacionais, atribuição de nomes de ruas (1915-1935), Legação de Portugal em Roma, caixa 219;

Correspondência confidencial: reservados (1906-1916), Legação de Portugal em Roma, caixa 119;

Correspondência confidencial: reservados (1916-1919), Legação de Portugal em Roma, caixa 120;

Correspondência expedida para diversas entidades [copiador] (2) (1902-1917), Legação de Portugal em Roma, caixa 107;

Correspondência expedida para o MNE (Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos) (11) (1914-1919), Legação de Portugal em Roma, caixa 70;

Correspondência expedida para o MNE (Letra A) (9) (1905-1914), Legação de Portugal em Roma, caixa 68;

Correspondência expedida para o MNE (Letra B) (10) (1911-1918), Legação de Portugal em Roma, caixa 69;

Correspondência expedida para o MNE. Repartição de Contabilidade (4) (1883-1919), Legação de Portugal em Roma, caixa 63;

Correspondência recebida de diversas entidades [2] (1911-1916), Legação de Portugal em Roma, caixa 55;

Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (3) (1894-1912), Legação de Portugal em Roma, caixa 45;

Correspondência recebida do MNE Português: despachos, ofícios, telegramas (4) (1913-1922), Legação de Portugal em Roma, caixa 46;

Espólio de Augusto de Vasconcelos, caixa 60;

Exportação de mercadorias para Portugal (1915-1956), Legação de Portugal em Roma, caixa 198;

Processo Individual de Francisco Eusébio Lourenço Leão

Telegramas expedidos para o MNE (1) (1912-1942), Legação de Portugal em Roma, caixa 128;

Telegramas recebidos do MNE (1) (1878-1914), Legação de Portugal em Roma, caixa 123;

Telegramas recebidos do MNE (3) (1915-1940), Legação de Portugal em Roma, caixa 125;

Telegramas recebidos do MNE e outros (2) (1915-1918), Legação de Portugal em Roma, caixa 124;

Espólio de Basílio Teles, Biblioteca Municipal do Porto:

Correspondência, Caixa P5A;

Correspondência, Caixa P11A.

Torre do Tombo, Lisboa:

Testamento de Francisco Eusébio Leão Lourenço.

Legislação:

Diário do Governo, I Série, 1910;

Diário do Governo, I Série, 1913;

Diário do Governo, I Série, 1914.

Fontes – Periódicos:

A Capital, 1910-1914;

A Lucta, 1908

A Lucta, 1910-1914;

Diário da Câmara de Deputados, sessão de 28/6/1912;

Diário de Notícias, 1910;

Diário de Notícias, 1912;

Diário do Senado, sessão de 2/2/1912;

Diário do Senado, sessão de 6/6/1912;

Diário do Senado, sessão de 7/3/1912;

Ilustração Portuguesa, 1911;

Jornal de Notícias, 1911;

La Stampa, 1910;

O Aurora do Lima, 1911;

O Dia, 1910;

O Dia, 1913;

O Mundo, 1911-1912;

O Occidente, 1911;

O Século, 1912-1916;

O Thalassa, 1914;

Fontes – Fontes Impressas:

AZEVEDO (CRISPIM), E. Severim de, *À Janella*, Lisboa, [s.e.], 1912;

AZEVEDO (CRISPIM), E. Severim de, *No Paíz dos Luminosos*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1914;

CHAGAS, João, “Carta ao Congresso de Setúbal, ao reunir-se para eleger o último Directório do Partido Republicano Português” in *Cartas Políticas*, I Série, Lisboa, [s.e.], 1909;

CHAGAS, João, *Correspondência Literárias e Políticas*, Volume II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1958;

Estatutos do Instituto Português em Roma aprovados por Decreto de 4 de Janeiro de 1913, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913;

GONÇALVES, Caetano, *A Primeira Legislatura da República Portuguesa (1911-1914)*, Lisboa, Torres & C^a, 1914;

MARTINS, Rocha, D. *Manuel II (Memórias para a História do seu reinado)*, Volume I, Lisboa, Sociedade Editora “José Bastos”, 1910;

MNE, *Anuário Diplomático e Consular Português (1910-1913)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913;

MNE, *Anuário Diplomático e Consular Português (1915)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916;

MNE, *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais potências*, Volume I (1914-1919), Lisboa, Imprensa Nacional, 1970;

RELVAS, José, *Memória Políticas*, Volume I, Lisboa, Terra Livre, 1977;

SANTOS, Machado, *A revolução portuguesa (1907-1910)*, Lisboa, Sextante Editora Lda., 2007;

SILVA, António Maria da, *O Meu Depoimento – Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*, Volume II, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Lda., [s.a.];

Obras Gerais:

GENTILE, Giovanni (dir.), *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Volumes XI, XIX, XXII, XXVI, XXX, XXXII, Milano, Istituto dell’ Enciclopédia Italiano fondata da Giovanni Treccani, 1931-1936;

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volumes II, III, IV, V, VI, VII, XVIII, XXIV, XXV, XXIX, XXXII, XXXIV, Lisboa, Editorial Enciclopédica, Lda., [s.a.];

MARQUES, A.H. de Oliveira e Joel Serrão (coord.), *Nova História de Portugal*, Volume XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991;

MATTOSO, José, *História de Portugal*, Volume VI, [s.l.], Círculo de Leitores, 1994;

MEDINA, João, *História de Portugal*, Volume X, Amadora, Clube Internacional do Livro, [s.a.];

MEDINA, João, *História de Portugal*, Volume XI, Lisboa, Companhia Internacional do Livro, [s.a.];

RÊGO, Raul, *História da República*, Volume II, [s.l.], Círculo de Leitores, 1986;

ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da 1ª República e do Republicanismo*, 3 Vols., Lisboa, Coleção Parlamento, 2014;

ROLLO, Maria Fernanda e Fernando Rosas, *História da Primeira República*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011;

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume X, [s.l.], Editorial Verbo, 1995;

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume XI, [s.l.], Editorial Verbo, 1995;

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume XII, [s.l.], Editorial Verbo, 1993;

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Volume I e III, Lisboa, Companhia Editora do Minho, 1984;

Obras Específicas:

AFONSO, Aniceto e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, Matosinhos, Quidnovi, 2010;

BARBOSA, Dias, *O governo português e a crise do Papado nos anos 1848-1870*, Lisboa, Editorial Verbo Divino, 1979;

CHIODO, Marco Picone, “L’Italia nella “Grande Guerra”: la controstoria” in *Etnie – Scienza Política e Cultura dei Popoli Minoritari*, n°15, Milano, [s.e.], 1988;

CORREIA, Margarida Sérvulo, *O Caso de Barbacena – Um pároco de aldeia entre a Monarquia e a República*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011;

COSTA, Fernando, “A Política Externa: do Ultimato à República” in *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo. Actas do 1º Ciclo de Conferências*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *História da Expansão do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014;

FERNANDES, Jorge Gabriel, *Eusébio Leão – A Agenda de um governador civil (1910-1912)*, Caldas da Rainha, Património Histórico – Grupo de Estudos/Governo Civil de Lisboa, 2010;

FLORINDO, João M.A., *Ester Leão – Uma Actriz da República*, Gavião, Editora Ramiro, 2010;

GALASSI, Francesco L. e Mark Harrison, “Italy at War, 1915-1918” in *The Economics of World War I*, ed. Mark Harrison & Stephen Broad, Cambridge, Cambridge University Press, 2005;

GARCIA, Emídio, *O Infante D. Afonso de Bragança*, Lisboa, Parreira António Maria Pereira, 1939;

GARCIA, Emídio, *Um Republicano na cidade dos Papas: Crónicas de uma época (1911-1928) vivida em Roma*, Volume I, Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1937;

KEEGAN, John, *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Porto Editora, 2014;

LOPES, Maria Antónia, *Rainhas que o povo amou – Estefânia de Hohenzollern-Maria Pia de Saboia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011;

LUNA, David, *Os Levantes da República (1910-1917). Resistências à laicização e movimentos populares de reportório tradicional na 1ª República Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, 2011;

LUSITANO, Grémio, *Magalhães Lima (1850-1928) – No Cinquentenário da sua morte*, Lisboa, [s.e.], 1978;

MADUREIRA [BRAZ BURITY], Joaquim, *Na “Fermosa Estrivaria” [notas d’um diário subversivo]*, coord. Miguel Dias Santos, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011;

MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), *Correspondência Política de Afonso Costa (1896-1910)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982;

MARQUES, A.H. de Oliveira, *A 1ª República Portuguesa (para uma visão estrutural)*, Lisboa, Livros Horizontes, [s.a.];

MARQUES, A.H. de Oliveira, *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988;

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, [s.l.], Editorial Verbo, 1992;

MARTINS, Pedro Miguel Páscoa Santos, *O Republicanismo Autoritário de Basílio Teles (1850-1923)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2011;

MENESES, Filipe Ribeiro de e Pedro Aires de Oliveira, *A 1ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011;

MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A “Guerra Religiosa” na 1ª República*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004;

NUNES, Teresa Maria Sousa, *D. Carlos*, Lisboa, QuidNovi, 2009;

ORSI, Pietro, *História de Itália*, Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1927,

RAMOS, Rui, *D. Carlos (1863-1908)*, Lisboa, Temas & Debates, 2007;

REIS, Bruno Cardoso, “Portugal e a Santa Sé no Sistema Internacional (1910-1917)” in *Análise Social*, Volume XXXVI, nº161, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002;

SAMARRA, Maria Alice, *Bernardino Machado: uma vida de luta*, Lisboa, Coleção Parlamento, 2012;

SANTOS, Capitão da Marinha Mercante José Ferreira dos, *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Academia da Marinha, 2008;

TELO, António José e Hipólito de la Torre, *Portugal e Espanha – Nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000;

TELO, António José Telo, *Os Açores e o controlo no Atlântico*, Porto, Edições ASA, 1993;

TELO, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994;

TELO, António José, *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010;

TENGARRINHA, José (dir.), *História do Governo Civil de Lisboa*, Volumes I e II, [s.l.], [s.e.], 2002;

VENTURA, Antónia (org.), *O 5 de Outubro Por Quem o Viveu. Reportagens, Depoimentos e Relatórios*, Lisboa, Livros Horizontes, 2010;

VENTURA, António, *Eusébio Leão – Um Paladino Discreto da República*, Gavião, Edição da Câmara Municipal de Gavião, 1991;

VENTURA, António, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011;

VENTURA, António, *Os homens do 5 de Outubro – Nos bastidores da República*, Lisboa, Ésquilo, 2010;

Teses:

DÓRIA, Luís Miguel Perdigão, *Do Cisma ao Convénio (Estado e Igreja de 1831 a 1848)*, Tese de Mestrado de História do Século XIX apresentado para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, [s.a.];

ENGROSSA, Vanessa Sofia Batista, *Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)*, Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, FLUL, 2016;

QUEIROZ, Maria Inês Pires Soares da Costa, *A Companhia Portuguesa Rádio Marconi na Rede Mundial de Comunicações (1906-1936)*, Tese de Doutoramento financiado pela FCT em História Contemporânea apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 2015.